

TC 2019/2

SÂRLEI FERREIRA OLIVEIRA DA MOTA

Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Tocantins

REVITALIZAÇÃO NA ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM PALMAS-TO



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

SÂRLEI FERREIRA OLIVEIRA DA MOTA

**REVITALIZAÇÃO NA ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM PALMAS-TO**

PALMAS – TO
NOVEMBRO – 2019

SÂRLEI FERREIRA OLIVEIRA DA MOTA

**REVITALIZAÇÃO NA ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM
PALMAS-TO**

Trabalho elaborado e apresentado como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Curso – TC, à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do curso de graduação, da Universidade Federal do Tocantins.

Orientador: Prof. Arq. Me. Edis Evandro
Teixeira de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M917r Mota, Sârlei Ferreira Oliveira da.
Revitalização na Antiga Sede da Assembleia Legislativa em Palmas. /
Sârlei Ferreira Oliveira da Mota. – Palmas, TO, 2019.
133 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2019.
Orientador: Édis Evandro Teixeira de Carvalho
1. Revitalização urbana. 2. Patrimônio Histórico e Cultural. 3. Vázios
urbanos. 4. Conselho Regional de Arquitetura do Tocantins - CAU/TO. I.
Título

CDD 720

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SÂRLEI FERREIRA OLIVEIRA DA MOTA

REVITALIZAÇÃO NA ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM
PALMAS-TO

Trabalho avaliado e apresentado à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – TO, Curso de Arquitetura e Urbanismo, para a obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 06/12/2019

Banca Examinadora:

Edis T. de Carvalho

Prof. Arq. Msc. Édis Evandro Teixeira Carvalho

Universidade Federal do Tocantins

Orientador

Rodrigo Botelho de Holanda Vasconcelos

Prof. Arq. Msc. Rodrigo Botelho de Holanda Vasconcelos

Universidade Federal do Tocantins

Avaliador Interno

Camilla de Azevedo Pimentel Lopes

Arquiteto e Urbanista

Avaliador Externo

**Tudo acontece na hora certa.
Tudo acontece, exatamente quando deve acontecer.**

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, a toda minha família, especialmente meus pais, Veraneide e Evaldo Junior, pois sem eles nada disso seria possível, aos meus irmãos Suéden e Gabriel, que sempre me acompanharam e me ajudaram, também a minha prima Auana e sua filha Isabelle, por todo carinho e amizade, fazendo parte desse processo sempre me animando e me dando forças.

A meus familiares, que contribuíram de forma direta e indireta, e especialmente minha tia Anália, que sempre acreditou em mim, me dando força e ânimo para continuar, mas que infelizmente não se faz mais presente, levarei sempre em meu coração. Também agradeço a todas as pessoas que conheci ao longo dos anos, por contribuírem de forma valorosa para meu conhecimento e evolução nesta jornada.

Sou grata a todos os colegas os quais estudei no período de graduação, a minha turma maravilhosa que sempre se mostrou unida, especialmente os amigos Isabela Cerqueira e Neemias Gregório, dois anjos que me acompanharam durante esta jornada, compartilhando momentos inesquecíveis.

Ao meu querido orientador Édis Carvalho, pela paciência, dedicação e empenho, por ter acreditado em mim. A todos os meus professores que doaram seus conhecimentos contribuindo, assim, para o meu crescimento acadêmico e profissional, sobretudo a minha banca examinadora, pelas contribuições e conselhos.

Enfim, a todos envolvidos nessa jornada. Obrigada!

RESUMO

O trabalho em estudo tem como foco a conceituação teórica em três vertentes, revitalização urbana, vazios urbanos e patrimônio histórico cultural, nas quais se relacionam e proporcionam ao produto final soluções teóricas, técnicas e sociais tomando como ponto de partida a ideia de conservar e restaurar um bem tombado, preservando a história da criação da capital, Palmas. O objetivo da revitalização na antiga Sede da Assembleia Legislativa de Palmas é solucionar os problemas de descaso com o patrimônio além dos problemas de vazios urbanos presentes na região. A escolha do referencial teórico é resultado de como o projeto confronta com a demanda existente, buscando soluções que possam atingir um produto o mais satisfatório possível. O novo uso atribuído ao edifício é a sede do CAU-TO (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). A ideia do projeto é preservar e reutilizar o máximo possível da estrutura existente, dando enfoque também para a área externa, com o objetivo de contribuir na preservação da vegetação existente e espaços públicos, evidenciando a relação com o entorno imediato e sítio. A proposta visa garantir conforto térmico ambiental, ventilação natural, e estudo da orientação solar para um melhor conforto térmico no edifício. O terreno contribui diretamente nas estratégias de conforto, pois está numa cota mais elevada em relação a cidade como um todo, também é papel fundamental na interação entre o espaço público, semipúblico e privado, solucionando problemas técnicos, sociais e ambientais.

Palavras-chave: Assembleia Legislativa; Revitalização Urbana; Vazios Urbanos; Patrimônio Histórico e Cultural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema do método de pesquisa	15
Figura 2 – Berlim destruída pela 2ª Guerra Mundial	18
Figura 3 – Reichstag destruída em um incêndio	18
Figura 4 – Palácio do Reichstag restaurado.....	19
Figura 5 – Praça dos Girassóis	23
Figura 6 – Ordenamento Territorial de Palmas aprovado pela lei n. 155/2007 (PDPP)	30
Figura 7 – Área macroparcelada e fases de ocupação do solo urbano previstas no projeto da capital	32
Figura 8 – Mapa da Densidade populacional da cidade de Palmas.....	33
Figura 9 - Aspectos demográficos de Palmas - Padrão de renda por domicílio.....	34
Figura 10 – Vista da descida da Rua das Flores, em 1946	42
Figura 11 – A mesma vista, em 2013	42
Figura 12 – Pelourinho, Salvador – BA. 1859	44
Figura 13 – Pelourinho depois da Reforma da ACM	44
Figura 14 - Implantação.....	49
Figura 15 - Volumetria	50
Figura 16 - Sótão, revestimento de madeira	51
Figura 17 - Detalhe teto e piso.....	51
Figura 18 - Vista superior passarela	52
Figura 19 - Vista passarela	52
Figura 20 - Vista interna.....	53
Figura 21 - Paginação de piso	53
Figura 22 - Implantação.....	54
Figura 23 - Utilizando o potencial do existente.....	55
Figura 24 - Isométrica do módulo das salas	55
Figura 25 - Humanização do projeto	56
Figura 26 - Museu da Língua Portuguesa.....	57
Figura 27 - Incêndio no Museu da Língua Portuguesa São Paulo	57
Figura 28 - Ilustração de como era o Museu d Língua Portuguesa	58
Figura 29 - Planta – Térreo.....	59
Figura 30 - Estrutura metálica	60
Figura 31 - Espaço expositor.....	61

Figura 32 - Praça da Língua	62
Figura 33 – Centro Comunitário de Fa Chang	63
Figura 34 – Implantação	64
Figura 35 – Espaços abertos	64
Figura 36 – Perspectiva da edificação	65
Figura 37 – Análise da estrutura.....	66
Figura 38 – Integração com a paisagem	67
Figura 39 – Paisagem natural entorno	67
Figura 40 – Parede de tijolos	67
Figura 41 – Vista interna	67
Figura 42 – Vista Nordeste.....	77
Figura 43 – Vista Noroeste.....	77
Figura 44 – Vista Sudeste.....	78
Figura 45 – Vista Sudoeste.....	78
Figura 46 – Prédio antes das intervenções	81
Figura 47 – Prédio após as intervenções	81
Figura 48 – Detalhe esquadrias	81
Figura 49 – Pavimento Superior.....	81
Figura 50 – Piso Térreo	82
Figura 51 – Piso Superior	83
Figura 52 – Fachada Oeste	84
Figura 53 – Fachada Leste.....	84
Figura 54 – Fachada Norte	85
Figura 55 – Fachada Sul	85
Figura 56 – Vista interna	86
Figura 57 Revestimento cerâmico	86
Figura 58 – Detalhe escada.....	86
Figura 59 – Vista piso superior	87
Figura 60 – Detalhe inexistência das divisórias	87
Figura 61 – Vista circulação superior.....	87
Figura 62 – Pilar destruído pelo incêndio.....	88
Figura 63 – Piso degradado pelo fogo	88
Figura 64 – Vedações externas, fachada oeste	88
Figura 65 – Vedação com parede de tijolo cerâmico	88

Figura 66 – Telhado danificado.....	89
Figura 67 – Ausência de telhas.....	89
Figura 68 – Piso superior danificado.....	89
Figura 69 – Pilar com ataque de insetos xilófagos.....	90
Figura 70 – Ataque de agentes xilófagos.....	90
Figura 71 – Presença de vegetação arbustiva ao redor de toda a edificação.....	90
Figura 72 – Ausência de corrimão.....	91
Figura 73 – Ausência de peças sanitárias.....	91
Figura 74 – Iluminação danificada.....	91
Figura 75 – Antigo anexo demolido.....	91
Figura 76 – Guarita.....	91
Figura 77 – Porcelanato simplesmente branco 60x60cm.....	96
Figura 78 – Tinta Suvinil Proteção Total Fosco.....	96
Figura 79 – Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural.....	96
Figura 80 – Guarda-corpo atual da Assembleia.....	97
Figura 81 - Guarda-corpo da proposta.....	97
Figura 82 – Pavimento Térreo.....	99
Figura 83 – Pavimento Superior.....	100
Figura 84 – Fachada Oeste.....	101
Figura 85 - Fachada Leste.....	102
Figura 86 - Fachada Norte e Sul.....	103
Figura 87 – Fluxograma.....	106
Figura 88 - Planta demolir/reconstruir/construir pavimento térreo.....	107
Figura 89 - Planta demolir/reconstruir/construir pavimento superior.....	108

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Quadro-resumo estudo das referências projetuais	68
Quadro 2 – Programa de necessidades	105
Quadro 3 – Espécies sugeridas.....	115
Tabela 1 – Levantamento de carga.....	111
Tabela 2 – Dimensionamento do sistema fotovoltaico.....	112
Tabela 3 – Dimensionamento ar condicionado.....	113
Tabela 4 – Taxa de ocupação	113
Tabela 5 – Consumo diário	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Contexto na cidade	70
Mapa 2 – Comércio e serviços	71
Mapa 3 – Sistema de Fluxo e Transporte	72
Mapa 4 – Tipologias Habitacionais	73
Mapa 5 – Características Ambientais	75
Mapa 6 – Topografia	76
Mapa 7 – Mapa de Danos – Fachada Oeste.....	93
Mapa 8 – Mapa de Danos – Fachada Leste	94
Mapa 9 – Mapa de Danos – Fachada Norte e Sul	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 MÉTODO DE PESQUISA	14
2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 REVITALIZAÇÃO URBANA	16
2.1.1 Renovação, Requalificação e Revitalização Urbana.....	16
2.1.2 Breve Histórico	17
2.1.3 Definição de Revitalização	19
2.1.4 Processo de Revitalização	20
2.2 VAZIOS URBANOS.....	25
2.2.1 Vazios urbanos em Palmas	30
2.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL.....	36
2.3.1 Lúcio Costa e o IPHAN	36
2.3.3 Definição de Patrimônio Histórico Cultural	38
2.3.4 Ouro Preto	41
2.3.5 Requalificação do Pelourinho, Salvador	43
2.4 TEORIAS DA RESTAURAÇÃO	46
3 ESTUDOS DE CORRELATOS	49
3.1 MUSEU RODIN BAHIA	49
3.2 REQUALIFICAÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA, BOLÍVIA	54
3.3 MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	56
3.4 CENTRO COMUNITÁRIO DE FA CHANG	63
3.5 SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES.....	68
4 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PALMAS.....	69
4.1 INSERÇÃO URBANA E ENTORNO	69
4.2 HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA	79
4.2.1 Intervenção em 2010.....	80
4.3 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	84
4.3.1 Análise física da condição atual.....	88

4.3.2 Mapa de Danos.....	92
4.3.3 Ações de Restauro.....	96
4.4 LEVANTAMENTO MÉTRICO ARQUITETÔNICO	99
4.4.1 Plantas baixas – Pavimento Térreo	99
Pavimento Superior.....	100
4.4.2 Fachada Oeste.....	101
Fachada Leste.....	102
Fachada Norte e Sul.....	103
5 ASPECTOS RELATIVOS AO PROJETO.....	104
5.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES	104
5.2 PROPOSTA GERAL DE INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO.....	109
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	117
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO.....	123
PRANCHAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

Nos séculos XIX e XX, após a Revolução Industrial e o processo de Higienismo, o tema revitalização urbana surgiu como tema importante a ser levado em consideração, evidenciando projetos de requalificação em áreas em processo de desindustrialização, edifícios de patrimônio histórico cultural, e revitalização em áreas de vazios urbanos.

O tratamento dos bens de patrimônio preservando a história das cidades, possibilitam que futuras gerações possam também usufruir desses espaços. No ano de 1931, a antiga capital de Minas Gerais já havia recebido uma legislação especial que proibia qualquer tipo de alteração nas fachadas dos edifícios históricos, logo depois a cidade foi elevada a Monumento Nacional (CUNHA e CALDEIRA, 2017, p.193), surge então o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.

Com o crescimento desenfreado das cidades, algumas áreas, muitas vezes esquecidas pela gestão presente e no qual deveriam ser protegidas pela legislação do bem tombado, encontram-se marginalizadas, degradadas e necessitadas de uma manutenção ou intervenção urbana.

Estes projetos são fundamentais na conservação da história das cidades em que o meio urbano está inserido, promovendo qualidade de vida a seus habitantes, trabalhando a favor da preservação do patrimônio histórico, da manutenção dos edifícios, da vitalidade dos centros urbanos, solucionando os problemas de vazios urbanos.

Enquanto espaço social coletivo, a revitalização de bens tombados se mostra como ambientes de interação, troca de experiências e comunicação entre os usuários, que representa papéis fundamentais em sua formação, na qualidade de vida e na preservação da história. Projetar espaços que possam garantir conforto e preservação da história é uma das propostas deste trabalho, por meio da conservação do existente, mantendo sua estrutura de madeira, mas dando um novo uso ao local como eixo estruturante do projeto, estabelecendo aspectos de cunho social, ambiental e técnico a proposta.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Palmas cidade planejada, localizada no centro de Tocantins, começou a ser construída em 1989. Teve uma estratégia de implantação por etapas do plano básico, a partir do núcleo central, foi logo rompida pela pressão do mercado imobiliário. A velocidade com que a população chegava em busca de oportunidades provocou pressão para a abertura de novas áreas urbanas para acomodar os migrantes. Naquela situação de acelerada urbanização, incentivou uma formação de um bairro periférico a Palmas.

Com o crescimento das cidades seus limites se expandiram, principalmente com a periferização dos loteamentos populares aos arredores das cidades, deixando em seu interior grande quantidade de espaços “vazios”. Sendo geradores de problema nas cidades, causando problemas sociais e econômicos e distanciando a população dessas áreas para áreas mais afastadas, gerando uma fragmentação urbana.

Segundo Coriolano (2010), com o aumento do número de imigrantes em Palmas, o Estado utilizou como estratégia para manter a população de baixa renda fora do plano urbanístico, barreiras policiais nas entradas da cidade, e dessa forma, induziu a ocupação da região sul com moradias destinadas à população de baixa renda, à revelia do plano urbanístico. A implantação da cidade ocorreu, por consequência, de maneira esparsa, provocando vazios urbanos e a prática da especulação imobiliária.

A requalificação de áreas centrais em processo de esvaziamento têm a proposta de inovação da imagem da cidade, redefinindo funções, produzindo espaços que causam impactos relevantes na configuração dos fluxos urbanos, como diversidade social e de funções, imprescindíveis para a manutenção da dinâmica da área (SANTOS, 2007, P.17).

Os problemas na cidade de Palmas, como sociais e econômicos, marcado pela exclusão da população de baixa renda, por uma ocupação desordenada, repleta de “vazios urbanos”, distanciam a população das áreas centrais com uma grande parcela da população de baixa renda residindo em regiões periféricas, causando fragmentação urbana, resultando numa queda da qualidade de vida da população, em relação ao déficit de equipamentos sociais, infraestrutura e moradia adequada.

O tema Revitalização na antiga Sede da Assembleia Legislativa, foi escolhido em função do caráter do próprio objeto de estudo. Por tratar-se de um projeto que se propõe a dar

nova vitalidade tanto à estrutura da edificação existente quanto à região a qual ela está inserida. Entendendo os processos de formação e transformação da formação de Palmas e do edifício, compreendendo a importância da preservação de um bem de Patrimônio Histórico Cultural.

A antiga Sede da Assembleia Legislativa, foi escolhida por tratar-se de um dos primeiros edifícios que acompanharam a construção e formação da cidade, e teve grande importância, sendo utilizado como a primeira Sede da Assembleia Legislativa, logo após a construção de Palmas. Está numa área afastada do centro urbano, distante dos equipamentos públicos, em uma quadra não intensificada, mas com um possível adensamento. Há na área uma pouca preocupação, e esquecimento, por parte da população e dos órgãos responsáveis em preservar o edifício. A complexidade da situação atual e possibilidade de revitalizar um edifício preservado, justificam a escolha do tema.

Levando em consideração a situação da antiga Sede da Assembleia Legislativa, que se encontra em fase de degradação, no ano de 2017 após um incêndio no matagal que terminou atingindo o prédio e prejudicando a sua estrutura. A presente pesquisa irá explorar as relações de patrimônio e a cidade, o interesse de preservar e manter viva a história da construção de Palmas, com a importância de revitalizar um bem histórico, dando vida a uma área esquecida pela população.

Mesmo sendo um local de grande importância para a cidade, por ser um patrimônio histórico e cultural da cidade, fazendo parte da história de Palmas, a estrutura do prédio está em decadência, e por ser afastado do centro, torna a atração das pessoas bem difícil prejudicando o reconhecimento por parte dos habitantes para esta área. Torna-se oportuna a ideia de examinar a intervenção no espaço urbano visando o reaproveitamento de acervo arquitetônico protegido, recuperando e dando-lhe nova utilização.

Considerando todos os aspectos citados, verifica-se a possibilidade de aprofundar o estudo em relação ao tema, buscando as possíveis causas do esquecimento dessa área, e propor um projeto de revitalização do edifício, a fim de resgatar o visual estético da região, dando um novo uso. Além disso, a análise chamará atenção para a importância do tema e serão disponibilizados mais conteúdos a cerca do assunto para futuros estudos.

O objetivo será mostrar o descaso do edifício que causou o seu declínio, desenvolvendo um projeto de restauração, visando a reinserção do edifício na dinâmica urbana através de uma nova proposta de uso. enfatizando um crescimento na diversidade e vitalidade da região.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta de anteprojeto de revitalização na antiga Sede da Assembleia Legislativa, com conceitos relacionados a preservação do patrimônio cultural, com ênfase no paisagismo e na conservação da sua estrutura.

1.2.2 Objetivos específicos

- Elaborar revisão bibliográfica para melhor compreensão acerca de revitalização, problemas de vazios urbanos e patrimônio cultural;
- Apresentar estudos de correlatos que exemplifiquem projetos de revitalizações e projetos que utilizam de estruturas de madeira;
- Compreender o apogeu e declínio da antiga Sede da Assembleia Legislativa;
- Desenvolver o projeto sem descaracterizar a arquitetura existente, que supra as necessidades de uma Sede do CAU-TO;
- Produzir interação entre os espaços públicos e privados, por meio da proposta de paisagismo, considerando áreas de recreações, sombreamento, passeio e atividades.

1.3 MÉTODO DE PESQUISA

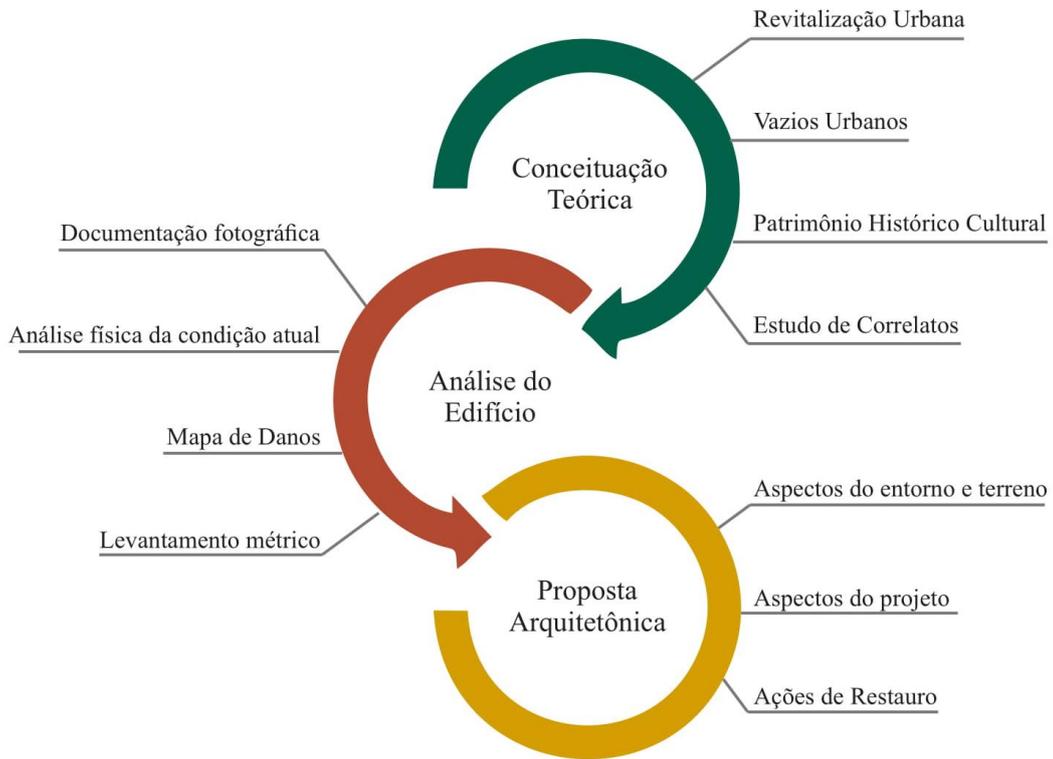
O tema tomará base da forma que a revitalização é tradicionalmente tratada e como seria em teoria a melhor forma de recuperar um patrimônio histórico cultural, além dos problemas que podem ser gerados, tomando como referência os assuntos anteriormente estudados por especialistas apresentados na fundamentação teórica. Para atingir os objetivos retratados acima, se faz necessário um aprofundamento do tema Revitalização Urbana, a partir do desenvolvimento de etapas de pesquisa, divididas em duas fases.

1ª Fase: A primeira etapa constitui-se a reconstruir teoria, conceitos, ideias, condições explicativas da realidade e discursões permanentes de autores sobre o tema, fragmentando o tema em três eixos distintos, Revitlização Urbana, Vazios Urbanos e Patrimônio Histórico Cultural, gerando uma argumentação diversificada e uma boa capacidade explicativa, em fontes que possam contribuir para a pesquisa, como sites de internet, livros, artigos, teses e também pesquisa documental sobre leis e normas sobre o tema.

Combinadas a essas leituras, será realizado uma pesquisa em campo aos arquivos disponibilizados pela Seden (Secretaria da Indústria, história e serviços), para ter acesso a informações sobre a história da antiga Sede da Assembleia Legislativa e sua influência para a cidade. Também será feito um levantamento das condicionantes projetuais como: estudo e análise do local (terreno, e a atual situação da área), a partir de observações *in loco* e fotografias.

Na sequência, o estudo de correlatos será feito com revitalizações importantes de áreas degradadas, edifícios abandonados, que aconteceram no Brasil e no mundo, que possam servir de base para o projeto, o critério de escolha dessas revitalizações foi o fato de seu grau de importância e os impactos e benefícios causados à comunidade, com preocupações em preservar o Patrimônio Histórico Cultural. Foram escolhidos três projetos arquitetônicos, que pudessem, colaborar com a proposta desenvolvida neste trabalho.

2ª Fase: Nessa etapa foram realizadas estudos do edifício e seu entorno imediato, analisando a condição física atual do edifício e seus danos, propondo ações de reparo para a restauração da edificação. Após, foi produzido o programa de necessidades a partir do programa de necessidades ofertado pelo concurso do CAU/TO. Essa fase se estende, ao desenvolvimento da proposta de restauração, o detalhamento dos materiais e as soluções propostas para reparação dos danos, adaptando o projeto a normas de bombeiros e acessibilidade.

Figura 1 – Esquema do Método de Pesquisa

Fonte: Autora, 2019.

2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

É preciso estabelecer uma base teórica a fim de possibilitar uma compreensão mais ampla das questões que cercam o tema deste trabalho, para isso, foram escolhidos três temas que fossem capazes de abordar as principais questões envolvidas no processo de intervenção no espaço urbano visando ao reaproveitamento de acervo arquitetônico protegido, recuperando-o e dando-lhe nova utilização.

Foram abordados pontos que derivam do tema central da pesquisa, de maneira a obter um referencial teórico amplo. A ideia é que essas questões possibilitem a esclarecer nos leitores os muitos conceitos que facilitarão o entendimento da pesquisa.

2.1 REVITALIZAÇÃO URBANA

2.1.1 Renovação, Requalificação e Revitalização Urbana

Os projetos urbanísticos fazem uso de nomenclaturas que vêm se distinguindo de formas diferentes, com o objetivo de criar conceitos e critérios específicos para cada caso. Diante disso, será feita a conceituação dos termos renovação, requalificação e revitalização, com o objetivo de justificar a escolha para o tema.

“A renovação urbana como forma de intervenção surge em um cenário mundial pós-guerra, entre os anos de 1950 e 1970, com propósitos apoiados nas concepções do Movimento Moderno, visando à reestruturação dos centros urbanos” (LIMA, 2017, p.13).

Segundo Lima (2017, p.13), há uma diferença nas intervenções europeias e dos Estados Unidos, se diferenciando com problemas de mobilidade urbana e reconstrução dos espaços urbanos, porém impedindo demolições, que se distinguem das propostas americanas que buscavam a destruição de partes do tecido urbano para a ampliação do traçado viário, causando uma completa mudança no uso do solo das cidades.

De acordo com Lima (2017, p.13), esse método de intervenção despontou no começo dos anos de 1960 e traz concepções do movimento progressista italiano, onde visa projetos para a preservação e restauração de centros urbanos históricos e edifícios com valor cultural

importante para a cidade. O processo de revitalização urbana vai além de projetos arquitetônicos:

[...] é possível concluir que a revitalização urbana não aparece somente como intervenções em formas de projetos para a pólis e que o “revitalizar” de uma região culminam um processo de reconstrução e transformação do convívio da população em relação à cidade. Um exemplo de revitalização de sucesso no meio urbano é o projeto do High Line em Nova Iorque - EUA, já concluído, que transforma uma antiga ferrovia em um parque elevado, integrando novos usos e a participação popular para uma área abandonada sem deixar de lado a história por trás da linha ferroviária (LIMA, 2017, p.13).

O termo requalificação urbana, como uma maneira de intervenção dos espaços, surge nas terminologias do urbanismo a partir do final da década de 1990, uma época de contradição de ideologias, a requalificação é utilizada para ações que procuram o reordenamento, proteção e a recuperação dos centros urbanos, sempre integrando as questões econômicas, ambientais e socioculturais para uma melhor qualidade de vida (LIMA, 2017, p.13).

O termo revitalizar segundo Choay (2006) significa garantir uma nova roupagem ao bem a ser trabalhado. No processo de revitalização, não há necessidade de se seguir critérios rigorosos como no caso da restauração. É a tentativa de romper com o passado ao instaurar elementos contemporâneos e atribuir outras funções ou intencionalidades ao bem patrimonial a ser revitalizado. A revitalização urbana vem na contramão de todos os princípios da renovação, evidenciando o patrimônio histórico e a reestruturação dos núcleos urbanos.

A partir da abordagem dessas três terminologias e o que cada uma delas carrega, foi possível identificar o termo Revitalização Urbana como a ação que mais se enquadra na visão de futuro para o tema proposto.

2.1.2 Breve Histórico

A reforma urbana se difunde a partir do século XIX, designando tanto renovação, como reestruturação ou reabilitação de áreas urbanas. Todos esses conceitos, a grosso modo, podem ser considerados como descendentes das intervenções higienistas.

De acordo com Albuquerque (2018) o “higienismo” surgiu entre os séculos XIX e XX, quando médicos e sanitaristas refletiam sobre sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças, devido o emergente crescimento industrial das cidades, os higienistas defendiam padrões sociais e de comportamento em nome da saúde.

Foi na Revolução Industrial que as cidades passaram por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, à medida que, romperam com a união entre campo e cidade. Portanto, foi sob os impactos desse fato histórico que se produziu a matriz de planejamento urbano modernista/funcionalista, que moldou o desenvolvimento urbano durante o século XIX e início do XX (SPOSITO, 2009, p.56).

Figura 2 - Berlim destruída pela 2ª Guerra Mundial



Fonte: Cultura e Viagem – Fábio Lins

Segundo Judt (2011, p.6) o processo de revitalização no mundo, se intensificou pós 2ª Guerra Mundial, 1945, com a destruição da cidade de Berlim, Alemanha, tinham a possibilidade de que as coisas tomassem um rumo diferente. Após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, se iniciaram os processos de reforma e concursos de restauração na Alemanha.

Figura 3 - Reichstag destruída em um incêndio



Fonte: Cultura e Viagem – Fábio Lins

Um exemplo é o edifício de Reichstag, danificado pelo incêndio causado durante a Segunda Guerra mundial. Em 1945, o Reichstag foi um dos principais alvos durante a dominação da cidade pelo Exército Vermelho. Durante a Guerra Fria e com a transferência da capital da Alemanha Ocidental para Bonn, o prédio ficou semiabandonado. Em 1956 foi decidido que ele não seria demolido, mas sim restaurado, o prédio foi restaurado entre 1961 a 1964 por Paul Baumgarten, e 1995 a 1999 por Norman Foster.

Figura 4 – Palácio do Reichstag restaurado



Fonte: Norman Foster, 2017.

2.1.3 Definição de Revitalização

Revitalização, segundo o dicionário Aurélio significa “conjunto de medidas que visam criar novo grau de eficiência (para um) conjunto urbanístico, de uma região”.

Inicialmente podemos entender o conceito de revitalização como uma prática projetual ou um processo socioespacial liderado estrategicamente por determinados grupos associados ao planejamento urbano contemporâneo. Segundo Sotratti (2014, p.1), o planejamento urbano promove a organização de fluxos que evitam a dispersão funcional e espacial das cidades, transformando o espaço metropolitano, com o aumento do poder de atratividade e influência.

A refuncionalização de espaços urbanos degradados consiste no processo de transformação de funções de elementos arquitetônicos de um determinado processo histórico pretérito. A refuncionalização é uma consequência natural da própria reestruturação socioespacial de determinada cidade, liderada por alguns grupos sociais. Dependendo da força dos grupos sociais e de suas intencionalidades, esse processo pode abranger escalas distintas, como edifícios, bairros, cidades ou mesmo regiões (SOTRATTI, 2014, p.1).

Esse processo pode receber denominações distintas, todas estas se referem comumente à estratégia de valorização de áreas dotadas de patrimônio cultural que passam por processos degradativos (SOTRATTI, 2014, p.1).

Objetivamente, a revitalização pode ser definida como um “conjunto de medidas que visam a criar nova vitalidade, a dar novo grau de eficiência a alguma coisa: a revitalização de um conjunto urbanístico, de uma região” (JARDIM, 2012, p.40).

No entanto, os processos de revitalização também podem gerar um impacto significativo sobre o valor do solo e dos imóveis, com a consequente substituição da população original.

2.1.4 Processo de Revitalização

Conforme Gaspar et al. (2017, p.2) ao longo do tempo, os centros das cidades passaram por diversas transformações, processos de produção e consumo do espaço, ocasionando mudanças econômicas e sociais que inverteram as formas de ocupação da zona urbana. Atualmente a área central das cidades está vivenciando um processo denominado revitalização urbana. Diversas ações urbanísticas têm sido associadas à intervenção de antigas áreas centrais no mundo inteiro, o recurso do ordenamento do território a partir de práticas urbanas como a revitalização de centros históricos e a preservação do patrimônio, é conceituado como uma prática para inserir as cidades no contexto da economia global.

De acordo com Santos (2007, p.17) as propostas de requalificação, ou revitalização, de áreas centrais em processo de esvaziamento têm um caráter voltado para a inovação da imagem da cidade em resposta aos novos modelos de planejamento e gestão, a redefinição de funções tem por consequência a produção de espaços que causam impactos relevantes na configuração dos fluxos urbanos, sendo diversidade social e de funções, nestes casos, imprescindíveis para a manutenção da dinâmica da área.

Os processos de reestruturação e remodelação urbana, conhecidos pelos nomes de qualificação, requalificação ou revitalização, ou pelo anglicismo gentrificação, permitem que os espaços urbanos retomem seu caráter público (Leite, 2002). No entanto, que tem sido alvo de muita discussão, sobretudo em função da eliminação nestes espaços, de moradores pertencentes às classes menos favorecidas.

Entretanto, a requalificação de um dado espaço por meio da recuperação de imóveis, de espaços públicos e locais de interesse histórico, o incremento dos equipamentos já existentes e a inserção de novos, além da melhoria da acessibilidade e da circulação local – ou seja, as intervenções para dar nova qualidade aos espaços urbanos, independente do termo que se utiliza para rotular tais intervenções – que não pretendam adotar o modelo da gentrificação, precisam levar em consideração que as áreas centrais antigas, vazios urbanos ou industriais e outras áreas de comércio e serviços, que se apresentem em processo de desaceleração, nem sempre se encontram totalmente abandonadas e desempenham funções importantes para os grupos que ali subsistem, como é o caso da área do Comércio em Salvador (SANTOS, 2007, p.46).

A urbanização expressa o processo histórico de intensificação da vida nas cidades, a partir da especulação imobiliária que promove valorização de áreas urbanas, sendo a configuração de uma cidade segmentada em espaços para cidadãos e não cidadãos, onde se materializa o processo de segregação e exclusão. Neste sentido, Dumont (2014) evidencia:

Utiliza-se o termo urbano para designar as atividades e as relações que as caracterizam. Numa mesma cidade, o ritmo de transformações decorrentes do crescimento urbano pode gerar formas desiguais de uso e organização do seu espaço. Tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno de vantagens e desvantagens do espaço urbano, sob a segregação socioespacial da cidade, sob a junção entre força de produção e reprodução da força de trabalho (DUMONT, 2014, p.132).

Segundo Santos (2007, p.33), a escolha de áreas centrais para o processo de revitalização, se dá pelo fato destas constituírem ambinetes urbanos significantes, pois permitem a implantação de equipamnetos ou empreendimentos capazes de atrair novos investimentos, utilizando-se do apelo à valorização ou revalorização do patrimônio histórico e cultural como argumento.

A cidade de Palmas, mesmo sendo a capital mais nova do Brasil, vem sofrendo com problemas frequentes que acontecem em cidades grandes mais antigas, relacionados a áreas ociosas, vazios urbanos, falta de vitalidade nos centros (os centros comerciais só tem “vida” durante horário comercial, ou em pontos específicos distantes um dos outros) e nas quadras residenciais que são voltadas para dentro, gerando uma segregação ao restante da cidade, além do problema da descontinuidade (quadra voltadas para dentro, grandes canteiros centrais, rotatórias), gerados pelo ordenamento da cidade, na qual é dividida por setores definidos no seu desenho urbano.

O desaparecimento de espaços públicos multifuncionais não é apenas um caso a ser lamentado: pode gerar terríveis consequências sociais dando início a um processo de declínio. À medida que a vitalidade dos espaços públicos diminui, perdemos o hábito de participar da vida urbana da rua. O policiamento natural e espontâneo das ruas, aquele produzido pela própria presença das pessoas, é substituído pela segurança oficial e a própria cidade torna-se menos hospitaleira e mais alienante [...] (ROGERS, 2001, p.10).

A vida pública de Palmas acontece em pontos específicos da cidade, muita das vezes, distantes, como é o caso do Parque Cesamar, Praça da Graciosa e a Avenida Palmas Brasil, porém, se intensificam mais a noite. O que é diferente em relação a região Sul, Taquaralto e Aurenny's, que a vitalidade do centro dessas áreas é bem intensa. A falta de vida pública cria uma sociedade segregada, como afirma Rogers (2001):

[...] a busca deste objetivo estreito minou a cidade em sua vitalidade. A complexidade da comunidade foi desvendada e a vida pública foi dissecada em componentes individuais. Paradoxalmente, nesta época global de democracia em ascensão, cada vez mais, as cidades estão polarizando a sociedade em comunidades segregadas. O resultado desta tendência é o declínio da vitalidade de nossos espaços urbanos. [...] o bairro residencial distante, o conjunto habitacional, o centro empresarial, a zona industrial, o estacionamento, a passagem subterrânea, a rotatória, o shopping center e mesmo o automóvel criam espaços monofuncionais. Mas a praça lotada, a rua animada, o mercado, o parque, o café na calçada, todos representam usos do espaço multifuncional. No primeiro tipo de espaço, em geral, estamos apressados, no segundo estamos sempre prontos a olhar, encontrar e participar (ROGERS, 2001, p.19).

Segundo Rogers (2001) “espaços multifuncionais nos trazem algo em comum: reúnem partes diferentes da cidade e desenvolvem um sentimento de tolerância, consciência alerta, identidade e respeito mútuo”. A diversidade de uso pode ser suficientemente para prover a segurança urbana, o contato do público e a interação de usos, as cidades geram diversidade a partir de combinações de usos econômicos diferentes. Afirma Jacobs (2000):

Porém, embora as cidades possam ser apropriadamente chamadas de geradoras naturais de diversidade econômica e incubadoras naturais de novas empresas, isso não significa que as cidades gerem diversidade *automaticamente*, pelo simples fato de existirem. Elas a geram por causa das diversas e eficientes combinações de usos econômicos que formam. Quando fracassam na formação dessas combinações de usos, conseguem no máximo gerar um pouco mais de diversidade do que os núcleos urbanos menores. E não faz nenhuma diferença o fato de elas, ao contrário dos núcleos menores, precisarem de uma diversidade social maior. Dentro do que nos propomos aqui, o fato mais surpreendente é a extraordinária inconstância com que as cidades geram diversidade (JACOBS, 2000, p.106).

A acessibilidade, o patrimônio instalado e o simbolismo das áreas centrais, os vazios, as descontinuidades e os limites internos, geram as fronteiras, que em Palmas, são causadas pelas grandes áreas verdes, as quadras fechadas para dentro (fachada cegas de muros), e os dois eixos que cortam a cidade, Avenida Teotônio Segurado (Norte/Sul) e a Avenida Juscelino Kubistchek (Leste/Oeste), além da Praça dos Girassóis e a sua monumentalidade com vegetação espessa e pouca iluminação a noite, dificultando a passagem de pedestres.

As fronteiras tendem, assim, a formar hiatos de uso em suas redondezas. Ou, em outras palavras, devido ao uso supersimplificado da cidade em certo lugar, em grande escala, elas tendem a simplificar também o uso que as pessoas dão às áreas adjacentes, e essa simplificação de uso – que significa menos frequentadores, com menos opções e destinos a seu alcance – se autoconsome. Quanto mais estéril essa área simplificada

se tornar para empreendimentos econômicos, tanto menor será a quantidade de usuários e mais improdutivo o próprio lugar. Tem início então um processo de desconstrução ou deterioração (JACOBS, 2000, p.178).

Figura 5 - Praça dos Girassóis



Fonte: Google Earth, 2019.

Segundo Jacobs (2000, p.181), “além da tendência em produzir esses vazios no espaço público adjacente (e, portanto, em lugares extraordinariamente pobres para o crescimento da diversidade ou da vitalidade social), as fronteiras subdividem as cidades. Elas separam as vizinhanças da cidade "comum" que se encontram ao seu lado. [...] Entender as desvantagens das fronteiras deve ajudar-nos a evitar a criação de fronteiras desnecessárias, como fazemos atualmente, no equívoco de que construir gratuitamente nessas fronteiras representa uma forma avançada de organização nas cidades”.

A monotonia causada pela uniformidade de usos, a “organização” de Palmas pode significar também uma desorganização na cidade, a reprodução quase idêntica das quadras residenciais e comerciais, trazem a ideia de monotonia, não tem uma identidade forte para a área, é uma espécie de caos. Como relata Jacobs (2000):

Do ponto de vista estético, porém, ela lamentavelmente traz consigo uma desorganização profunda: a desorganização de não implicar direção alguma. Você anda por lugares marcados pela monotonia e pela mesmice, mas, apesar de ter andado, tem a sensação de não ter ido a lugar algum. O Norte é igual ao sul ou ao leste ou ao oeste. Às vezes norte, sul, leste e oeste são bem parecidos [...]. É necessário haver diferenças – muitas diferenças – aflorando em várias direções para não perdermos a orientação. As perspectivas visuais inteiramente uniformes carecem desses avisos naturais de direção e movimento, ou os têm em número insuficiente, e, portanto, são muito desnordeantes. Isso, sim, é uma espécie de caos (JACOBS, 2000, p.155).

As cidades vivas têm a capacidade de compreender, comunicar, planejar e inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades. “As cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas” (JACOBS, 2000, p.296).

Os espaços públicos são, ou deveriam ser, para todos. No entanto, a medida do crescimento das cidades houve uma apropriação de alguns setores das mesmas, por diferentes atores sociais, o que levou, aos poucos, à segregação espacial.

“Usos de lazer como esses deveriam ser trazidos para as beiradas dos grandes parques e implantados como elos entre o parque e a rua adjacente. Eles podem fazer parte do mundo da rua e, pelo outro lado, do mundo do parque e ser encantadores nessa vida dupla. Eles deveriam ser projetados não como cercas fechando o parque (isso seria terrível), mas como pontos de atividade intensa e atraente nas margens. Seu uso noturno deveria ser incentivado. Eles não precisam ser imensos. Três ou quatro casas de xadrez e damas, cada uma com um traço arquitetônico e uma disposição no projeto característicos, colocadas em pontos do perímetro de um grande parque, teriam um significado muito maior, para esse fim, do que uma casa de xadrez e damas quatro vezes maior” (JACOBS, 2000, p.183).

O desaparecimento de antigas edificações para o surgimento de novos empreendimentos imobiliários, é um processo evolutiva das cidades, resultado de seu crescimento e de sua renovação. O processo de decadência dos centros antigos pode ser revertido por meio de determinados elementos que seriam estruturadores dessas áreas. Começaram a pensar que esses espaços podem ser recuperados e alterados para novos usos. Algumas construções antigas, principalmente do período industrial, estão nas melhores localizações do centro da cidade. Como afirma Jardim (2012, p.39):

A revitalização ou reconversão urbana é tema de diversos estudos, os quais atribuem à origem de sua prática diferentes motivos – a existência de áreas deterioradas, a mobilidade prejudicada de uma região, a escassez de terrenos vacantes e infra estruturados em outras áreas da cidade etc. –, embora geralmente convirjam para um mesmo momento histórico da cidade: o período pós-industrial [...] o declínio da atividade industrial em grandes centros urbanos deixou para trás áreas desocupadas e degradadas [...] (JARDIM, 2012, p.39).

Os resultados positivos das intervenções, por sua vez, realimentam o processo atraindo novos investidores, moradores e consumidores, gerando, por sua vez, novos projetos (DEL RIO, 2001, p.2). De acordo com Jacobs (2000):

“Uma das coisas mais admiráveis e agradáveis que podem ser vistas ao longo das calçadas das grandes cidades são as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos [...] são essas pequenas transformações que estão sempre ocorrendo nos distritos em que há vitalidade e que atendem às necessidades humanas” (JACOBS, 2000, p.135).

Portanto, deve se ter atenção para não tornar esses espaços revitalizados excludentes da população mais pobre, tornando-se uma disputa econômica, a partir do turismo, “sempre com o objetivo de dinamizar a economia formal e conseguir lucros imediatos” (SANTOS, 2007, p.42)

Pretendo argumentar que, apesar dessas atuais intervenções terem um caráter visivelmente segregador e socialmente asséptico – aspectos que poderiam concorrer para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos –, os usos e contras-usos que neles se estruturam concorrem, inversamente, para sua reativação como espaços públicos. Com essa hipótese, parto da premissa que essa reativação dos usos públicos dos espaços urbanos pode ou não resultar na construção de um espaço público, no sentido de se constituir como um local de dialógica interação política e exteriorização dos conflitos e das discordâncias (LEITE, 2002, p.116).

“Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicitam e se confrontam politicamente” (LEITE, 2002, p.116).

A qualificação de espaços urbanos como espaços públicos, gera diversidade e vitalidade nas cidades, questão enfrentada por grandes cidades do Brasil, como o problema de vazios urbanos.

2.2 VAZIOS URBANOS

O Brasil possui hoje cerca de 80% da população vivendo nas cidades, esse crescimento foi acompanhado do agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades socioespaciais. A explicação é que o caos urbano, as favelas, o transporte precário, a falta de saneamento, a violência, fossem características intrínsecas às cidades grandes, justificando a dificuldade de o poder público resolver os problemas e conduzir o processo de produção urbana. Porém, essa é uma visão ingênua, de acordo com o Ministério das cidades (2010):

[...] Ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras — assim como outras metrópoles da periferia do capitalismo mundial — é resultante não da natureza da aglomeração urbana por si só, mas sim da nossa condição de subdesenvolvimento. Em outras palavras, as cidades brasileiras refletem, espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento (MINISTÉRIOS DAS CIDADES, 2010, p. 12).

“As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano” Jacobs (2000, p.16). A produção de um desenho urbano diz respeito à disposição, aparência e funcionalidade das cidades e, em particular, à forma e utilização do espaço público.

As diversidades apresentadas pelos territórios incluem os vazios urbanos, entendidos por espaços (lotes ou edifícios) não qualificados ou subutilizados que se localizam em área urbanizada e que não promovam seu adequado aproveitamento, podendo estar ociosos e potencializarem a exclusão social (SPERANDIO et al., 2015, p.3).

Com o crescimento das cidades seus limites se expandiram, principalmente com a periferização dos loteamentos populares aos arredores das cidades, deixando em seu interior grande quantidade de espaços “vazios”. Os “vazios urbanos” são geradores de problema nas cidades, causando problemas sociais e econômicos e distanciando a população dessas áreas para áreas mais afastadas, gerando uma fragmentação urbana. O resultado é uma queda da qualidade de vida da população.

Enquanto não houver diminuição no ritmo de crescimento das aglomerações urbanas, o simples fato de morar em uma cidade não deveria conduzir à autodestruição da civilização. Acredito piamente que a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano possam evoluir ainda mais para nos propiciar ferramentas cruciais para garantir nosso futuro, através da criação de cidades com ambientes sustentáveis e civilizados (ROGERS, 2001, p.14).

Mais do que espaços desocupados no sentido físico do termo, os vazios urbanos configuram espaços desativados, ociosos, esvaziados de suas funções, que acabam despertando reflexões acerca tanto de sua reinserção na trama urbana através de um processo de revitalização como da preservação de sua desocupação, além das consequências de cada uma dessas decisões para a cidade. A primeira Trienal de Arquitetura, ocorrida em 2007, teve os vazios urbanos como tema, apresentando uma breve definição, reproduzida a seguir:

[...] São espaços expectantes, mais ou menos abandonados, mais ou menos delimitados no coração da cidade tradicional, ou mais ou menos indefinidos nas periferias difusas. São manchas de “não-cidade”, espaços ausentes, ignorados ou

caídos em desuso, alheios ou sobreviventes a quaisquer sistemas estruturantes do território (1ª TRIENAL DE ARQUITETURA, 2007).

Os Vazios Urbanos, ruptura urbana, geram processos de decadência e degradação física e social de áreas das cidades, esvaziamento de espaços que geralmente desencadeiam reflexões ligadas a ações de revitalização urbana.

Ao conceituar “vazio urbano” permite-se relacionar os diversos espaços e usos ou não usos destes, de forma que se pode atribuir significados sociais distintos dependendo do tipo de abordagem empreendida. Conforme Jardim (2012):

Esta acepção traz consigo a noção da existência de tipos distintos de vazios urbanos, tanto quanto à formação como quanto à condição na qual se encontram. Por mais que diferentes espaços possam ser classificados e compreendidos como vazios urbanos, cada um deles se insere em um contexto, um conjunto de circunstâncias inter-relacionadas que os envolvem (JARDIM, 2012, p.47).

São inúmeras as razões para a ocorrência de vazios urbanos. Podem ser, principalmente, resultantes de questões fundiárias e jurídicas de difícil solução, falências, perda de valor agregado, retenção especulativa, situações de violência urbana, mudança na dinâmica da sociedade ou na função de determinadas áreas, que terminam por gerar estes espaços residuais encravados na cidade.

Uma das razões são as fronteiras criadas nas cidades, como grandes proporções de áreas com características comuns. Assim como afirma Jacobs (2000):

[...] Eles formam fronteiras, e zonas de fronteira, nas cidades, geralmente criam bairros decadentes. Uma fronteira – o perímetro de um uso territorial único de grandes proporções ou expandido – forma o limite de uma área "comum" da cidade. As fronteiras são quase sempre vistas como passivas, ou pura e simplesmente como limites. No entanto, as fronteiras exercem uma influência ativa (JACOBS, 2000, p.177).

O uso simplificado da cidade em uma determinada área, em grande escala, simplifica também o uso que a pessoas dão às áreas adjacente, reduzindo a quantidade de frequentadores, as opções e os destinos, tornando a área improdutiva, propiciando o início de um processo de desconstrução ou deterioração, causando os vazios urbanos.

Além da tendência em produzir esses vazios no espaço público adjacente (e, portanto, em lugares extraordinariamente pobres para o crescimento da diversidade ou da vitalidade social), as fronteiras subdividem as cidades. Elas separam as vizinhanças da cidade "comum" que se encontram a seu lado. Assim, se faz necessário:

Entender as desvantagens das fronteiras deve ajudar-nos a evitar a criação de fronteiras desnecessárias, como fazemos atualmente, no equívoco de que construir gratuitamente nessas fronteiras representa uma forma avançada de organização nas cidades (JACOBS, 2000, p.182).

“Diante de olhares tão diversos sobre como atuar em relação aos vazios urbanos, [...] levar em conta as especificidades de cada situação é um caminho adequado para se optar pela melhor abordagem para estes espaços na cidade”, como afirma Jardim (2012, p.51). A melhor opção sempre é a adoção de medidas que possibilitem a conservação do significado do lugar.

A cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de processos sociais entendidos, segundo Corrêa (1995, p.5), como as “formas através das quais o movimento de transformações da estrutura social, o processo, efetiva-se espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade”. Entre esses processos sociais, a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. São os processos sociais responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista (PIZZIO e RODOVALHO, 2015, p.100).

A cidade se constitui em um espaço de disputas (econômicas, políticas e sociais). A segregação, tanto social como espacial, é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação.

A segregação é um fenômeno típico da atual estrutura econômica mundial. Existe uma divisão espacial entre a população do centro e da periferia, configurando uma malha urbana comum entre as cidades. O desenvolvimento das cidades está relacionado à expectativa de vida e à disponibilidade de necessidades básicas, como também a qualidade ambiental e cultural. Assim como afirma Rogers (2001):

No mundo desenvolvido, há nas cidades que abrigam comunidades com intensas privações sociais, mas é nas cidades de crescimento rápido do mundo em desenvolvimento que essa crise está se expandindo de formas mais rápida possível. Se nada for feito, seus problemas ecológicos e sociais logo dominarão a cena mundial. A ideia de que os ricos podem continuar a dar as costas para a poluição e a pobreza destas cidades, e agir em confortável isolamento destes centros de desolação, é uma visão extremamente míope e distorcida. A falta de equidade básica é a força que incessantemente mina as tentativas de harmonização da sociedade e humanização de suas cidades (ROGERS, 2001, p.18).

A segregação urbana gera problemas às cidades, principalmente a desigualdade em si, enfraquecendo as relações sociais, o contato com o diferente e a tolerância. As camadas mais pobres da população, com menos recursos, são as que gastam mais com o transporte público diário, que têm mais problemas de saúde por conta da falta de infraestrutura, que são penalizadas por escolas de baixa qualidade, e assim por diante. A própria segregação é não

apenas reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas.

“A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

“É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (MARICATO, 2001, p. 51).

Villaça (2001) argumenta que uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade. Basta uma volta pela cidade para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos.

No mundo desenvolvido, os cidadãos se enclausuram em territórios particulares protegidos, segregando ricos e pobres, e retirando o verdadeiro significado do conceito de cidadania, a noção de responsabilidade compartilhada por um ambiente, e a vida nas cidades torna-se dividida, e os espaços públicos multifuncionais saem de cena.

Quando perguntadas sobre as cidades, provavelmente as pessoas irão falar de edifícios e carros, em vez de falar de ruas e praças. Se perguntadas sobre a vida na cidade, falarão mais de distanciamento, isolamento, medo da violência ou congestionamento e poluição do que de comunidade, participação, animação, beleza e prazer. Provavelmente dirão que os conceitos “cidade” e “qualidade de vida” são incompatíveis. [...] As cidades foram originalmente criadas para celebrar o que temos em comum. Agora, são projetadas para manter-nos afastados uns dos outros (ROGERS, 2001, p.19).

Os espaços urbanos públicos perderam o conceito de cidadania e qualidade de vida, o que geram a diversidade dos espaços, será exemplificado a cidade de Palmas com os problemas de vazios urbanos.

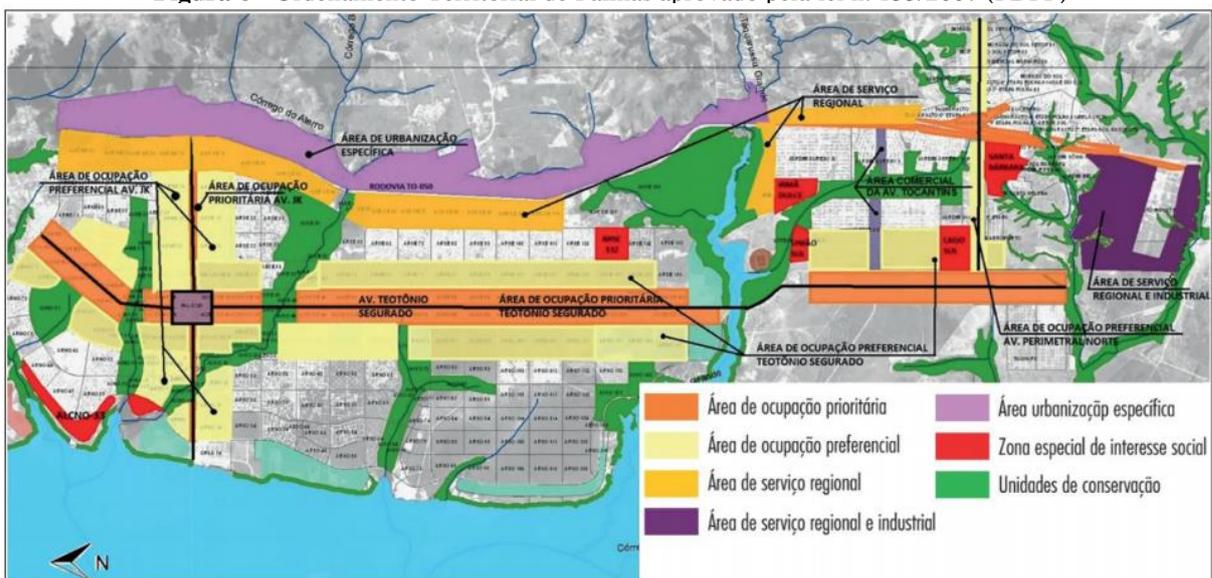
2.2.1 Vazios Urbanos em Palmas

A cidade de Palmas é considerada a última capital brasileira planejada, localizada no centro de Tocantins, começou a ser construída em 1989 após o lançamento da pedra fundamental no dia 20 de maio do mesmo ano. Seu território é formado pelo desmembramento de parte dos municípios Porto Nacional e Taquaruçu do Porto. E seu nome foi escolhido em homenagem a Comarca de São Paulo da Palma, sede do primeiro movimento separatista da região, instalada na barra do rio Palma com o rio Paranã, em 1809. Torna-se capital definitiva do Tocantins em 1º de janeiro de 1990.

De acordo com Bracarense e Ferreira (2018, p.7) os principais eixos da cidade são definidos pelo sistema viário — Avenida Teotônio Segurado, Via Auxiliar e Avenida JK — são áreas dotadas de infraestrutura de base; característica essa que a Lei Complementar n. 155/2007 do Plano Diretor Participativo de Palmas (PDPP) usou como referência para a determinação das Áreas de Ocupação Prioritária, sendo aquelas inseridas próximas aos eixos de deslocamento.

Essa lei observou a localização de áreas produtivas integradas aos eixos de transporte e, então, priorizou a ocupação das quadras com infraestrutura, onde se estrutura o eixo de transporte, objetivando melhorar a acessibilidade da população e, conseqüentemente, o acesso aos bens e serviços urbanos. Sendo assim, as centralidades localizam-se ao longo das áreas de ocupação prioritária nas regiões norte e centro do município. Na região sul, a ocupação se deu de forma alheia ao previsto no plano inicial, apresentando uma configuração urbana diferente do restante da cidade (BRACARENSE, FERREIRA, 2018, p.7).

Figura 6 - Ordenamento Territorial de Palmas aprovado pela lei n. 155/2007 (PDPP)



Fonte: Palmas, 2007 apud Coriolano et al. (2013, p. 140).

A estratégia de implantação por etapas do plano básico, a partir do núcleo central, foi logo rompida pela pressão do mercado imobiliário. A velocidade com que a população chegava em busca de oportunidades provocou pressão para a abertura de novas áreas urbanas para acomodar os migrantes. Naquela situação de acelerada urbanização, os entes governamentais contribuíram paulatinamente, desde o início da década de 90, para a formação de um bairro periférico a Palmas. Os mecanismos de formação do preço e de acesso à terra dirigiam boa parte da demanda por moradia sobretudo para os bairros-satélites de Taquaralto e dos Aurenys situados fora da área do plano básico. Como afirma Pizzio e Rodovalho (2015):

No processo histórico de implantação e ocupação da cidade de Palmas (TO), sua legislação urbanística, o protagonismo do governo estadual frente aos processos de gestão urbana e a fragilidade do poder público municipal confirmaram a hipótese de que a cultura política patrimonialista e clientelista determinou a produção de seu espaço urbano mais que as diretrizes do Projeto Urbanístico de 1989. Foi possível observar que não houve interesse político em seguir as recomendações e diretrizes de caráter humanístico presentes no Projeto Urbanístico e que a implantação da cidade não fugiu à regra nacional da especulação imobiliária, tornando-se um espaço dominado por uma intervenção política contrária ao novo marco jurídico-urbanístico, com o governo estadual controlando a ocupação especulativa e rarefeita da cidade (PIZZIO e RODOVALHO, 2015, p.102)

“Diante da realidade constituída em Palmas, lança-se mão, para a compreensão dos processos de organização e de produção do espaço urbano dessa cidade, da relação complexa entre ações marcadas por determinação e por indeterminação” (BESSA e OLIVEIRA, 2017, p.499).

Nessa lógica de interpretação, define-se que o espaço urbano de Palmas é produto de três tipos de ordens: uma ordem intencional (determinação), orientada pelo plano da cidade, que vislumbrou uma capital planejada; uma ordem eminentemente espontânea (indeterminação), ocasionada pelas ações individuais e coletivas, associadas às imigrações de trabalhadores pobres; e uma ordem cambiante entre a intencional (determinação) e a espontânea (indeterminação), derivada da reação às consequências inesperadas da ordem espontânea, marcada por arbitrariedades e impulsionada pela ação política local, tanto em nível estadual como municipal, e pela ação dos agentes do mercado de terras e de moradias, com suas articulações políticas e econômicas (BESSA e OLIVEIRA, 2017, p.499).

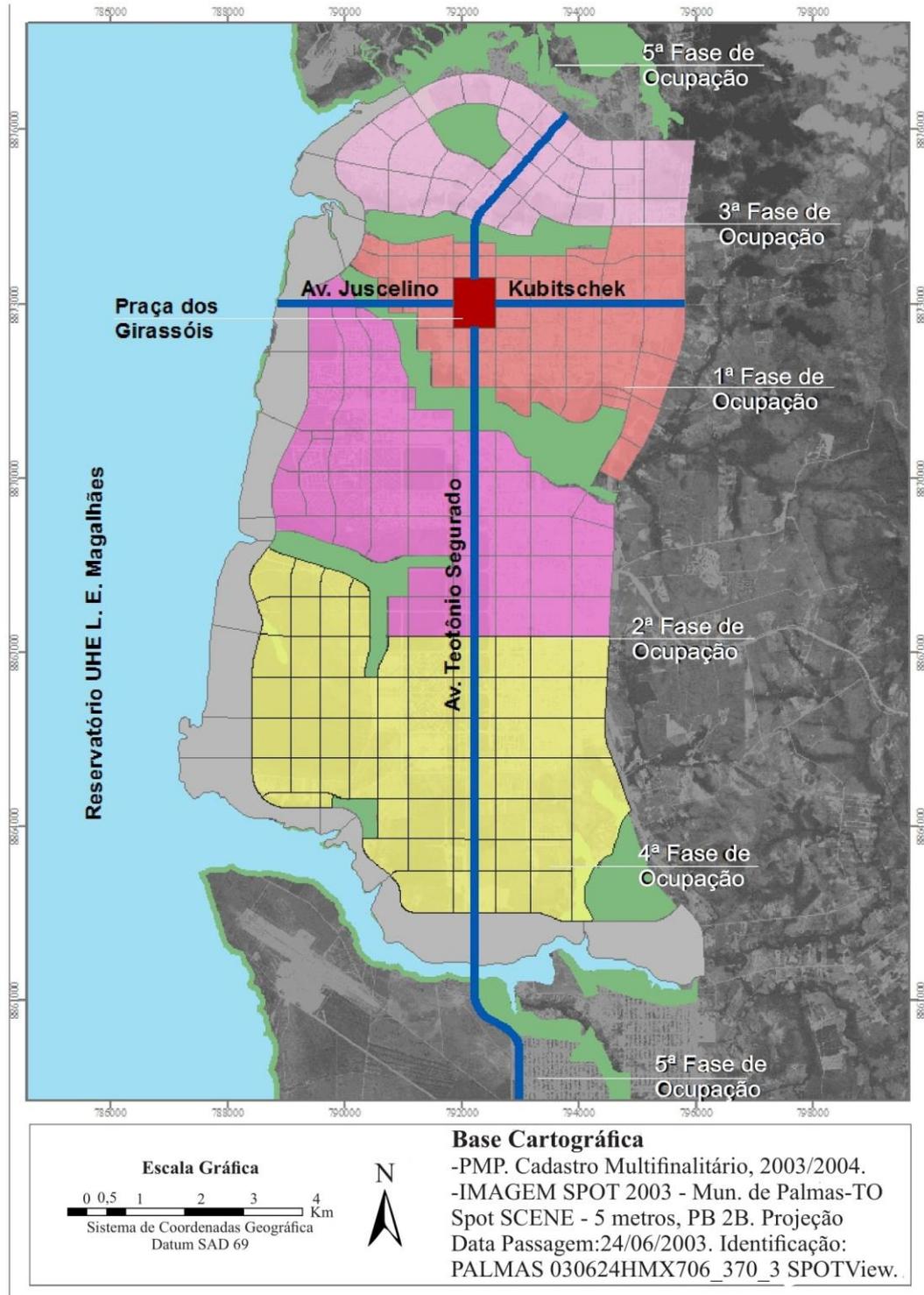
Não foi por falta de planejamento que a cidade cresceu desordenadamente, mesmo sofrendo um hiato de cinco anos entre o Projeto Urbanístico e o Plano Diretor Urbanístico, mas sim por consequência de atos políticos que desconsideraram o planejamento previamente estabelecido. De acordo com Pizzio e Rodovalho (2015):

Palmas foi fruto de um Projeto Urbanístico que, além do desenho urbano do macroparcelamento, apresentava diretrizes de ocupação e implantação por etapas com a finalidade de promover o adensamento da cidade e sua viabilidade econômica. Entretanto, além do desenho urbano básico, pouco desse Planejamento foi efetivado pela Gestão Urbana. A cultura política dominante no estado do Tocantins e em Palmas

promoveu a construção de uma cidade com base em um projeto, mas não uma “cidade planejada” (PIZZIO E RODOVALHO, 2015, p.104).

Como mostra na figura 6 o macroparcelamento e as fases de ocupação de Palmas estabelecidos no projeto.

Figura 7 - Área macroparcelada e fases de ocupação do solo urbano previstas no projeto da capital



Fonte: Kelly Bessa e Cláudia Fernanda, 2007.

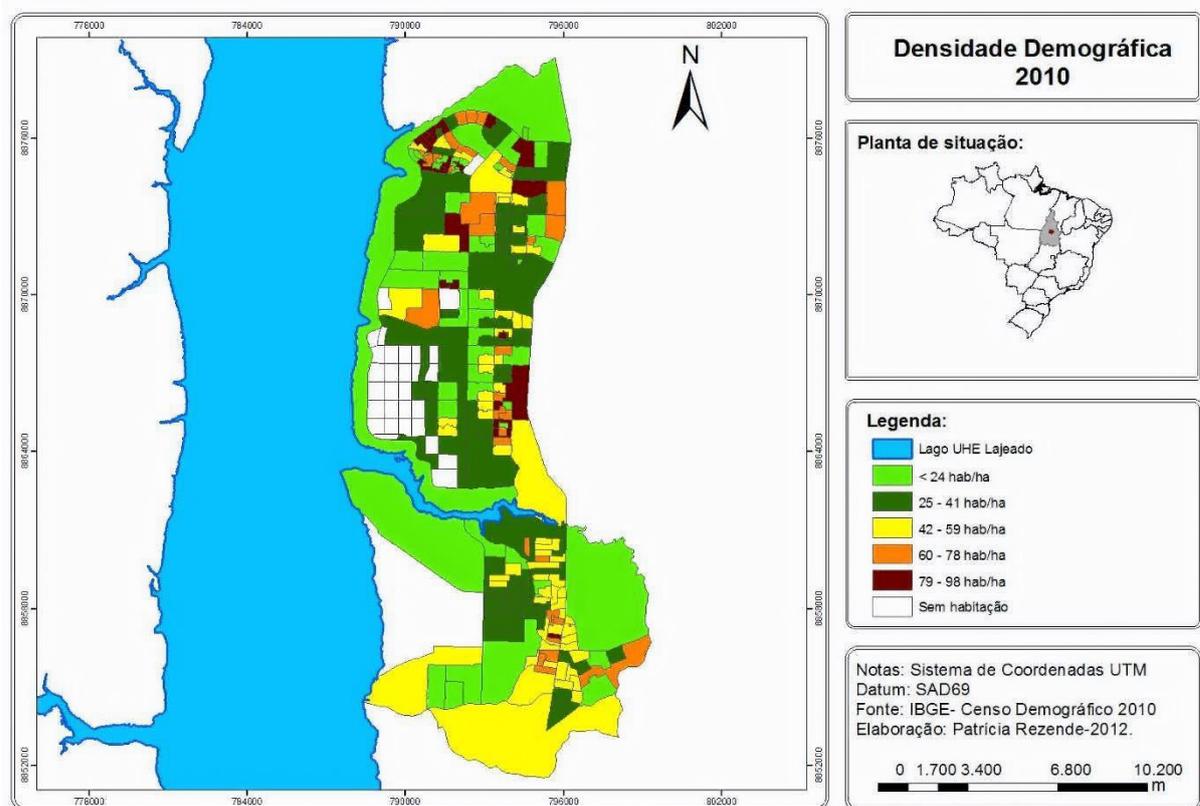
“Cada etapa seria ocupada quando a anterior já estivesse suficientemente adensada. Entretanto, essa ocupação planejada foi desrespeitada pelo próprio governo estadual. Não houve o adensamento populacional conforme a sequência prevista” (SOUSA, 2001, p.4).

Esse processo deveu-se, em grande parte, a políticas de governo muitas das vezes deliberadas de segregação social da população mais pobre, antecipando uma forma de organização do espaço urbano que o mercado imobiliário, por si só, talvez só pudesse construir ao longo de muitos anos.

A segregação socioespacial em Palmas iniciou-se pela inclusão marginal (Martins, 1994) dos trabalhadores mais pobres no espaço urbano da cidade desde o início da sua ocupação, quando o governo estadual reservou áreas diferentes para classes sociais [...]. Vale ressaltar que as ARNOs viraram redutos de pobres não por ação política direta, mas por pressão social decorrida por ocupação de lotes cedidos em comodatos e sem uso (PIZZIO e RODOVALHO, 2015, p.102).

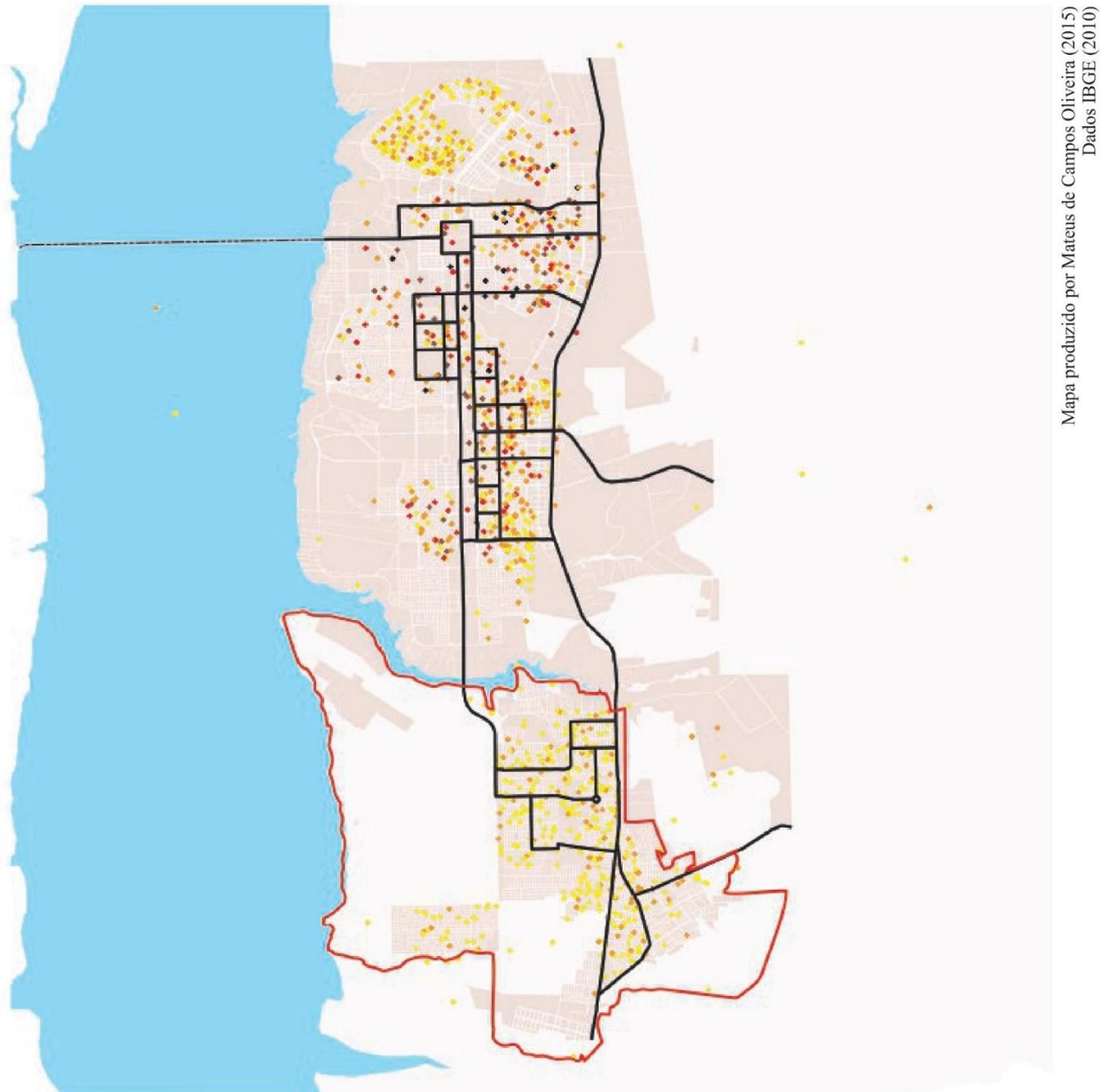
O resultado desse processo implicou uma baixa densidade na ocupação do solo com impactos negativos nos custos de implantação da infraestrutura urbana reconhecidos por técnicos e representantes das empresas de serviços públicos. É evidente a concentração de grandes núcleos populacionais afastados da cidade planejada:

Figura 8 - Mapa de Densidade populacional da cidade de Palmas



Fonte: Cadastro Técnico Multifinalitário, Palmas, 2004.

Figura 9 - Aspectos demográficos de Palmas - Padrão de renda por domicílio



Mapa produzido por Mateus de Campos Oliveira (2015)
Dados IBGE (2010)



Legenda

- Vias principais
- Hidrografia
- Mancha Urbana
- Limite Municipal
- Região em análise

- Até um salário mínimo
- De um a três salários mínimos
- De três a cinco salários mínimos
- De cinco a dez salários mínimos
- Mais de dez salários mínimos

Obs.: Cada ponto no mapa equivale a 50 domicílios

Fonte: IBGE, 2010.

No processo de dominação, a classe dominante se apropria das vantagens de localização e acessibilidade do centro urbano, tendo na segregação o controle do tempo de deslocamento da força de trabalho. Segundo o Pizzio e Rodovalho (2015, p.104), Palmas, desde o início de sua implantação, reservou as vantagens de localização, com a otimização dos gastos de energia e tempo de deslocamento, para as classes sociais de mais alta renda e somente possibilitou a localização das classes mais baixas a 16 quilômetros do centro da cidade, fora da área do Projeto Urbanístico básico.

Com o espalhamento da cidade e a restrição do número de contribuintes por quadra, a demanda por infraestrutura e serviços urbanos cresceu pressionando a capacidade de resposta dos governos. Esse foi o caso da pavimentação de ruas, do abastecimento de água, da energia elétrica e da iluminação pública. O retorno desses investimentos, por outro lado, tornou-se lento, reduzindo a capacidade de reinvestimento especialmente das empresas concessionárias. A expansão das redes de serviços fez crescer também os custos da sua manutenção. No caso dos serviços que não são autofinanciáveis, como saúde e educação, o impacto sobre o orçamento municipal é significativo.

Ao se analisar a qualidade de vida na cidade de Palmas, percebe-se os reflexos de seu processo de ocupação urbana na qualidade destes indicadores. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da cidade, vinculada ao crescimento comercial e residencial, evidencia-se o crescimento dos núcleos carentes e, também, ao mesmo tempo em que a cidade passava por um processo planejado de ocupação e expansão, boa parte de sua população foi empurrada para áreas de “habitação popular”, ou mesmo para áreas de ocupação irregular, localizadas na região Sul formada pelos bairros de Taquaralto, Aurenys, Taquari e demais loteamentos.

Desta forma, o processo de ocupação da cidade de Palmas, principalmente no que tange à moradia, reflete os padrões de segregação das demais cidades brasileiras, com o agravante de que os próprios mecanismos de planejamento da ocupação do espaço são utilizados para reforçar estes padrões excludentes.

Os vazios urbanos na cidade de Palmas também abrange os problemas de esquecimento e descaso com o Patrimônio Histórico da cidade, que será abordado a seguir.

2.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

A preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil começou no século XX. Inúmeros fatores influenciaram esse acontecimento, como a Revolução Industrial, que passou a modernizar as cidades de forma a modificar sua essência; a forte presença de imigrantes no sul do país, colocando em perigo a unidade brasileira; o crescimento do nacionalismo; a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional; e o interesse de “recriar” o Brasil (ROCHA, p.7).

Na verdade, os modernistas queriam criar uma identidade nacional verdadeira, que fosse realmente a cara do Brasil. É como se o passado tivesse sido esquecido e esse era o momento de trazê-lo de volta, de fazer com que ele passasse a fazer parte da memória e do dia-a-dia da sociedade, mas sem perder o vínculo com o mundo moderno (ROCHA, p.8).

O processo de reinvenção das cidades a partir da identificação e da reutilização do patrimônio justifica-se pelas transformações urbanas, decorrentes da acelerada globalização econômica, industrial e tecnológica que o mundo vivencia desde o final do século XX. Marcado por profundas transformações sociais, econômicas e geográficas, esse século deixou como legado para a paisagem urbana um novo conceito de cidade, que se define pela busca de novos usos para espaços “abandonados” ou desvalorizados (BEZERRA, 2015, p.1).

A falta de manutenção é um dos principais fatores de degradação de edifícios e cidades, especialmente se tratando de bens e sítios patrimoniais. Grandes danificações e até perdas poderiam ser evitadas caso houvesse um planejamento de inspeção para monitorar o funcionamento e a integridade dos bens, que no caso de edifícios históricos, são ainda mais prejudicados devido à falência natural de seus elementos.

2.3.1 Lúcio Costa e o IPHAN

O instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inicialmente chamado de Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional (SPHAN), foi fundado em 1937 e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, o instituto é responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento.

Lúcio Costa (1902-1998) foi Arquiteto e Urbanista brasileiro, autor do projeto do Plano Piloto da Cidade de Brasília, a capital do Brasil, obra que o consagrou como urbanista. Entre as muitas facetas do arquiteto, sua participação na valorização e estabelecimento de políticas capazes de atuar em prol da proteção do patrimônio histórico nacional são um marco em sua carreira e, sobretudo, aos bens do país (RUBINO, 2002, p.8).

De acordo com Rubino (2002), junto ao SPHAN, Lúcio desenvolveu três frentes de trabalho – tombamento, recuperação e restauro e por fim, a inscrição de bens em livro de tombos.

O papel ativo de Lúcio Costa no campo da preservação junto a Órgãos públicos foi extremamente importante na conjuntura de processos na estabilidade do mesmo e que, faz valer sua atuação junto à preservação do patrimônio nacional. Tamanha é sua influência no órgão que, em 2010, o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio – Centro Lucio Costa/Iphan (CLC) - foi criado a partir do Acordo firmado entre o Governo do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

A política de restauro defendida por Costa, embora contrária ao neocolonial e às imitações, permitia pequenas ações corretivas como a retirada de elementos que alguns imóveis ganharam depois do século XVIII. A transformação do prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios para que se tornasse um cinema exigiu a eliminação de tais acréscimos (idem, ibidem, pp. 110-1). Segundo um trecho de um parecer emitido por Costa para diversas irregularidades em Ouro Preto, em que afirmava a necessidade de realizar obras de natureza diferente (demolição, recomposição, restauro e remoção ou transferência) (RUBINO, 2002, p.16).

De acordo com Sotratti (2014, p.1), o patrimônio através da nova funcionalização, acompanhada pela manutenção e modernização e suas formas originais, possibilita atividades de amplo interesse da sociedade contemporânea. Dentre estas atividades, o turismo representa a forma de ressaltar a identidade local e, ao mesmo tempo, conduzir as áreas dotadas de patrimônio cultural a novas dimensões de desenvolvimento.

Planejar e desenvolver o turismo cultural em centros históricos tombados tem sido um grande desafio para as gestões públicas de turismo e patrimônio cultural no Brasil. Muitos projetos de revitalização de centros históricos não conseguem promover transformações significativas na área de abrangência que resultem em melhoria da qualidade de vida da população local, possibilitando sua inclusão em atividades econômicas, como o turismo, e aumentando a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural (RAMOS, 2019, p.2).

Entre as dificuldades estão a adequação dos atrativos às demandas específicas de vivências e experiências do turista de motivações culturais e a inserção da população local na

atividade econômica, de forma a garantir a preservação e a sustentabilidade do próprio patrimônio. Diante disso, será exposto as definições de Patrimônio Histórico e sua importância.

2.3.2 Definição de Patrimônio Histórico Cultural

De acordo com o Decreto-Lei nº 25 (1937, p.1), o Patrimônio Histórico e Artístico é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2014).

Patrimônio Cultural pode ser definido como um bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural. Em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, François Choay (2006) define como:

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se numa das palavras-chaves da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade (CHOAY, 2006, p.11).

Em comum, todos esses bens teriam idealmente a capacidade de evocar identidades coletivas e individuais, em um processo de objetificação cultural. Como afirma Guimarães (2016, p.152), as políticas de proteção de ambientes urbanos foram moldadas a partir de um longo processo histórico, pontuado por ações internacionais e brasileiras voltadas para o reconhecimento e valorização dos chamados “patrimônios culturais”. Envolvendo a ideia de propriedade, de posse de algo, a noção de patrimônio encontra-se estreitamente relacionada

com a de colecionamento, ou seja, com a prática de juntar e classificar bens em torno de pessoas, grupos, regiões, nações ou sociedades.

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – Monumenta: foi lançado, por iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), em 1996, com apoio do BID e da UNESCO, objetivando preservar o patrimônio cultural urbano tombado pelo IPHAN. Com um programa que busca conscientizar a população acerca da importância do patrimônio.

Com efeito, misturando-se na narrativa a cidade e o patrimônio, mas formulando-se uma figura retórica de síntese denominada “centro histórico”, abre-se espaço para o surgimento de equívocos conceituais que redundam em contradições na prática cotidiana.

O “patrimônio” que frequentemente se associa, também, aos centros históricos e que se vulgariza na ideia de que os centros históricos são, essencialmente, patrimônio, vê-se frequentemente destituído da dimensão social concreta, do cotidiano, relacionando-se com ele, muitas vezes, de forma conflituosa. Não raramente, atribui-se a certo uso social da cidade o desvirtuamento do patrimônio, acusando-se os moradores de não respeitar, não preservar e não conservar aqueles símbolos da memória e da identidade coletiva. Entretanto, são aqueles poucos moradores, senão os agentes de sustentação daqueles modos de vida de que se fala, pelo menos os resistentes sobreviventes dos processos de desestruturação e transformação dos centros (BÓGUS e SOUSA, 2016, p.851).

Embora se vislumbrem diversos caminhos para a revisão conceitual do patrimônio histórico, sobretudo no desenho da política do patrimônio, a sua discussão fundada em outras possibilidades de gestão pode ser identificada no âmbito das experiências urbanísticas dos anos de 1970 e 1980. Segundo Bógus e Sousa (2016), os modelos de “reabilitação urbana”, então também denominados “requalificação urbana”, traziam como proposta, não apenas a releitura do urbano a partir dos interesses e conflitos instalados e da compreensão dinâmica e interdisciplinar dos processos socioespaciais, mas, também, a inclusão da “cidade” na cidade, em face da fragmentação e da segregação que esta apresentava.

Enfim, os processos de requalificação urbana que, atualmente, adotam os princípios do “fazer cidade” vinculados ao consumo da cultura e do patrimônio histórico-arquitetônico e à venda da imagem da cidade, numa lógica de regulação flexível do espaço urbano, podem aparecer sob designações diferenciadas, mas fundamentam-se no discurso da superação de uma crise e da competição global entre cidades (SANTOS, 2007, p.81).

A intenção de revitalizar uma edificação ou uma região pode carregar consigo a decisão de valorizar o bem (ou o conjunto de bens) em questão. Os projetos de requalificação nos dias atuais, acontecem, em geral, nos centros das cidades onde ocorreu um processo de

desindustrialização, essas áreas são de grande valor por constituírem de ambientes urbanos significantes.

Os diferentes entendimentos quanto à importância desses espaços centrais ou quanto a seu significado na constituição e qualificação da entidade “cidade” têm proporcionado vasto conjunto de experiências, contextualizadas quer em uma perspectiva de “reabilitação urbana” – que entende as áreas centrais como potencial indutor de atividades estratégicas (serviços, comércio, cultura ou turismo), segundo processos de adequação espacial e funcional –, quer em uma perspectiva de preservação do patrimônio histórico – que reconhece nos espaços existentes potencialidades indutoras dos mecanismos de construção da identidade social e recuperação das tradições culturais, como fatores de articulação e de coesão da organização sociocultural (BÓGUS e SOUSA, 2016, p.846).

Como aponta Guimarães (2016, p.153), as políticas patrimoniais conjugam esse sistema de autenticidade com uma retórica da perda, em que a história é percebida como um processo incontrolável de destruição. E tanto as experiências da autenticidade quanto da perda seriam vistas como um fato histórico exterior, e não como um princípio estruturador interno ao próprio discurso, residindo aí sua eficácia simbólica e social.

Nas políticas patrimoniais nacionais, os critérios de classificação dos bens foram elaborados no âmbito da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1937. Nos primeiros anos do instituto a nação brasileira foi narrada como uma totalidade cultural que deveria ser representada por bens que valorizassem suas dimensões tidas como singulares e tradicionais, como igrejas católicas, fortes militares, bustos de heróis nacionais e edificações de estilo arquitetônico consagrado (GUIMARÃES, 2016, p.152).

“No âmbito do pós-guerra, no entanto, houve uma mudança internacional da noção de patrimônio como algo que deveria representar não apenas as grandes obras dos Estados Nacionais, mas suas variadas manifestações humanas” (GUIMARÃES, 2016, p.152). Havia o desejo de diminuir conflitos e promover o diálogo entre culturas nacionais, criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A necessidade de inovar os processos de preservação do patrimônio cultural, aliando-os ao desenvolvimento urbano das cidades, é demanda que não pode ser postergada. As estratégias efetivamente adotadas para isso devem garantir o desenvolvimento territorial e socioeconômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado

De acordo com Pessoa (2016, p.1), a variação de idade das edificações, torna a área mais interessante e diversificada, contribuindo com a diversidades de renda dos ocupantes, favorecendo a vitalidade urbana.

As áreas que necessitam cultivar combinações de diversidade principal mais elaboradas precisam depender dos prédios antigos, principalmente no início de tentativas deliberadas de catalisar a diversidade. Como afirma Jacobs (2000):

Essas transformações e conversões incessantes em prédios urbanos antigos só com muito esforço podem ser chamadas de paliativas. É mais como se uma matéria-prima tivesse sido encontrada no lugar certo. Ganhou um uso que de outra maneira nem teria surgido. [...] As cidades precisam de mesclas de prédios antigos para cultivar as misturas de diversidade principal, assim como aquelas de diversidade derivada. Elas precisam especificamente dos prédios antigos para incubar uma nova diversidade principal (JACOBS, 2000, p.136).

O patrimônio cultural se tornou um dos meios de redistribuir e gerir os territórios da cidade, ao unir em determinados contextos da cidade a valorização da diversidade cultural, a atuação dos mercados imobiliário e turístico e relatos de autenticidade sobre práticas e usos dos espaços. Guimarães (2016) afirma:

A noção de patrimônio cultural redefiniu as classificações que estavam incidindo sobre as áreas centrais e portuárias, propondo uma divisão de sua funcionalidade dentro da dinâmica da cidade. Assim, bairros que até então eram predominantemente destinados para os usos comerciais, industriais e de moradias populares começaram a ser valorizados por seus aspectos “culturais”, por testemunharem uma forma de ocupação e por portarem a memória afetiva dos habitantes. E, aparente paradoxo, ao mesmo tempo que o mercado turístico promoveu a visibilidade social de experiências urbanas diversas, massificou culturalmente essas experiências ao transformá-las em produto de consumo (GUIMARÃES, 2016, p.163).

2.3.4 Ouro Preto

Ouro Preto é hoje um dos principais ícones urbanos remanescentes do período colonial brasileiro, guardando importantes referências à nossa história, cuja expressão mais visível encontra-se refletida em seu conjunto arquitetônico, como representação material dos modos de viver daquele período. Ouro Preto, foi o primeiro conjunto tombado no Brasil, de acordo com Rubino (2002).

No ano de 1931, a antiga capital de Minas Gerais já havia sido objeto de uma legislação especial, assinada pelo então prefeito João Batista Ferreira Velloso, que proibiu qualquer tipo de alteração nas fachadas do centro histórico. Dois anos mais tarde, em 1933, a cidade foi elevada a Monumento Nacional e, cinco anos depois, registrada no Livro de Tombo do SPHAN. A preservação do patrimônio construído durante o período áureo da mineração e da documentação que fazia referência às histórias vividas pela sociedade ouro-pretana, associado às tristes lembranças da escravidão, acabou despertando uma curiosidade internacional pela cidade. Em setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Paris, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade (CUNHA e CALDEIRA, 2017, p.193).

Depois que a cidade recebeu esse título, ocorreu uma supervalorização imobiliária dos terrenos e das construções, principalmente no centro histórico. Esse processo “forçou” a população a deixar o centro histórico da cidade para dar espaço ao novo turismo, causando um crescimento desordenado da cidade.

Figura 10 - Vista da descida da Rua das Flores, em 1946



Fonte: Luiz Fontana

Figura 11 - A mesma vista, em 2013



Fonte: Carlos Dias, 2013

2.3.5 Requalificação do Pelourinho, Salvador

Em 1985 o centro histórico de Salvador foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Com a intenção de reverter à degradação física na qual os prédios estavam sumidos, a Prefeitura de Salvador contratou a arquiteta italiana Lina Bo Bardi para desenvolver um projeto de reabilitação que, na intenção original desta arquiteta, procurava preservar as relações sociais e a cultura ali existentes.

Entretanto, após do ano 1991, o Governo do Estado da Bahia, a cargo do político Antônio Carlos Magalhães, deu início a um projeto de intervenção chamado "Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador" que, concebido em 7 etapas, mudou a orientação inicial do projeto de Lina Bo Bardi focando o interesse deste espaço no potencial turístico e econômico. Do ano 1992 a 1995 deu-se início à primeira das etapas com um processo de gentrificação que expulsou a grande maioria dos moradores de baixa renda e mudou a função dos imóveis voltando-os para o comércio e os serviços.

No caso do Pelourinho, o processo de intervenção teve início a partir de 1967, onde foi realizado o levantamento sócio-econômico do Pelourinho. No entanto, essa reabilitação não foi tão profunda, apesar de várias ações terem sido colocadas em prática, a restauração se deu apenas em alguns imóveis isolados (ROCHA, p. 12. Apud IPAC, 1995).

O verdadeiro processo de revitalização veio ter início, de fato, na década de 1990, e essa iniciativa partiu do princípio de que o local estava precisando passar por reformulações, devido ao estado crítico em que se encontrava, semelhante inclusive ao que aconteceu em outros Centros Históricos. Na época, o Pelourinho estava sendo ocupado, em sua maioria, por uma população extremamente pobre, que não tinha condições se quer de desenvolver trabalhos para preservar a região (ROCHA, p.12).

O processo de revitalização se deu de forma desordenada não seguindo o projeto, pois a população não foi levado em consideração. Abaixo mostra nas figuras antes e depois do processo.

Figura 12 – Pelourinho, Salvador – BA. 1859



Fonte: Bem Mulock, 1859.

Figura 13- Pelourinho depois da Reforma da ACM.



Fonte: Varela Notícias, 2015.

De acordo com Rocha (p.3), com as experiências relacionadas à revitalização nos Centros Históricos brasileiros, percebe-se que a política implantada ainda deixa a desejar. Os

interesses individuais se sobressaem sobre os coletivos, o que implica em efeitos negativos de grande magnitude, nos aspectos econômico, social, cultural, ambiental e político. Contudo, sempre há uma perspectiva de melhoras, principalmente quando trata-se de exemplos, cujos resultados não foram tão satisfatórios para a sociedade. Mas, na prática o esperado nem sempre acontece, e nos deparamos com os mesmos problemas de sempre.

Os principais problemas diagnosticados devido à falta de compromisso e planejamento adequado durante a revitalização de Centros Históricos são os seguintes: a cultura que se torna importante por ser vista apenas como um bem de consumo; a descaracterização do lugar; Nesse caso podemos destacar como exemplo, as mudanças que ocorrem nos prédios e monumentos, que ganham uma nova cor, geralmente cores fortes e coloridas para atrair os visitantes, não priorizando a originalidade de antes; exclusão social; os Centros Históricos que muitas vezes, por terem se tornados atrativos turísticos passam a ser frequentados apenas por uma elite minoritária, encarecendo, conseqüentemente, os produtos e serviços; especulação imobiliária, e a gentrificação, um termo relativamente novo e que tem sido bastante debatido nos últimos tempos, dentre outros (ROCHA, p.11).

De acordo com Gaspar et al. (2017, p.3 apud MARCOS, 2007) o objetivo maior da revitalização urbana é atrair para as áreas de intervenção novas famílias, novas atividades econômicas, novos equipamentos coletivos e novas atividades comerciais, mantendo, sempre que possível, as atividades já instaladas, recuperando-as e modernizando-as.

A preservação de bens patrimoniais é uma área que cada vez mais vem se expandindo e ganhando importância, com um aumento significativo de estudos relacionados ao tema. No entanto, os recursos destinados à preservação ainda são bastante escassos e de difícil obtenção, com atuação técnica especializada insuficiente para assegurar a conservação do patrimônio construído no Brasil.

Realizar manutenções constantes reduz a necessidade de intervenções, ou ao menos prolonga o tempo entre uma intervenção e outra, especialmente no caso dos edifícios. Entretanto, o que se vê em larga escala são os bens patrimoniais em desuso com elevado processo de degradação, ou restaurados, sem receber qualquer tipo de manutenção após isso. Desta forma, os gastos para a recuperação desses bens, tornam-se ainda mais elevados.

Além da questão financeira, a falta de manutenção também implica em uma crescente perda de autenticidade do patrimônio. Isso ocorre porque, a cada intervenção, mais características originais do bem são substituídos, acarretando na descaracterização do bem. Sendo assim, é de suma importância que se estabeleça diretrizes que assegurem a conservação da edificação restaurada, garantindo a preservação do bem.

2.4 TEORIAS DA RESTAURAÇÃO

As discussões acerca da preservação do patrimônio e a preocupação da sociedade está cada vez mais ativa e mais sensível às questões que cercam o tema. Ainda assim, é presenciado o desaparecimento de significativas edificações antigas, por abandono e negligência, ou até mesmo pela demolição.

Antes das teorias de restauro iniciarem, as restaurações eram feitas sem embasamento teórico e não respeitavam os aspectos memoriais e as particularidades de cada edifício. Eram reformas que visavam apenas a readequação dos edifícios para as necessidades do uso que viriam a receber. É neste contexto que surgem as primeiras tentativas de normatizações internacionais, visando estabelecer critérios conceituais e métodos de intervenção para os monumentos.

No final do século XIX e início do século XX surgem os primeiros teóricos do restauro. Viollet-Le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1819-1900), que possuíam visões divergentes, com um confronto entre posições intervencionistas e anti-intervencionistas. Le-Duc priorizava a restituição do estado completo da obra, mesmo que idealizado, e com acréscimos não originais, para promover uma unidade estilística. Ruskin defendia a preservação da passagem do tempo nos edifícios, com base em manutenções cíclicas que estendessem a conservação pura do mesmo.

Surge então o restauro fisiológico de Camilo Boito (1836-1914), que também defendia a preservação da passagem do tempo no edifício, porém sem o conservadorismo extremo de Ruskin, sendo as intervenções permitidas quando necessárias, desde que pautadas em documentação histórica e que se distinguissem visualmente da matéria original, através da utilização de materiais distintos e identificação das datas da obra de restauro.

Ainda no século XIX, Alois Riegl (1858-1905), contribuiu para que surgissem inovações nos âmbitos teórico e prático da preservação de monumentos históricos e dos valores a eles atribuídos. Suas propostas não eram baseadas apenas em questões histórico-artísticas e nem pautadas na unidade de estilo, mas consideravam os traços da ancestralidade do bem e suas estratificações. Monumentos históricos são apenas objetos de grande relevância histórica e artística, mas sim qualquer obra humana com certa antiguidade.

Na segunda metade do século XX, Cesare Brandi (1906-1988), incorporou a restauração ao pensamento crítico e às ciências, cada obra possui uma compreensão individual, portanto o restauro não poderia ser feito de maneira arbitrária, mas sim seguindo métodos e tendo como base seu processo histórico-crítico, sistematizando suas ideias no livro Teoria da Restauração, publicado em 1963. De acordo com Brandi (2004, p.30), a restauração é “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro”.

Segundo Cunha (2012, p.105), Brandi reconhecia a prevalência da instância estética sobre a histórica nas intervenções de restauro, na qual é exatamente a condição artística que a diferencia de outros produtos comuns a ação humana.

O conceito de restauro de Brandi, extrai dois axiomas: 1º axioma: “restaura-se somente a matéria da obra de arte”. 2º axioma: “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. Portanto, é o estado de conservação da obra de arte no momento da restauração que irá condicionar e limitar a ação restauradora.

Conforme a Carta de Veneza (1964), a restauração é um procedimento de caráter excepcional e tem o objetivo de conservar e revelar os valores estéticos e históricos, bem como sua materialidade. Entretanto, quando se fazem necessárias alterações destes aspectos, por razões estéticas ou técnicas, as soluções arquitetônicas propostas devem ser utilizadas a favor da obra e não em detrimento dela, deixando evidente a diferença entre a alteração e o original. De acordo com a Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, 1964, destaca:

“Art.10 - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser efetuada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação ou de construção, cuja eficácia tenha sido demonstrada cientificamente e garantida através da experiência de uso”.

“Art.12 - Os elementos destinados a substituírem as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o documento artístico ou histórico”.

Apesar da discordância e diversidade apresentadas pelas teorias contemporâneas, a concordância que as une é de que a prática da restauração deve ser fundamentada pelo respeito pela obra e seu contexto, de modo a preservar sua história para o futuro da maneira mais íntegra

possível. O restauro traz em si, tanto para sua própria geração quanto para as seguintes, valores e responsabilidades a serem consideradas e respeitadas.

3 ESTUDOS DE CORRELATOS

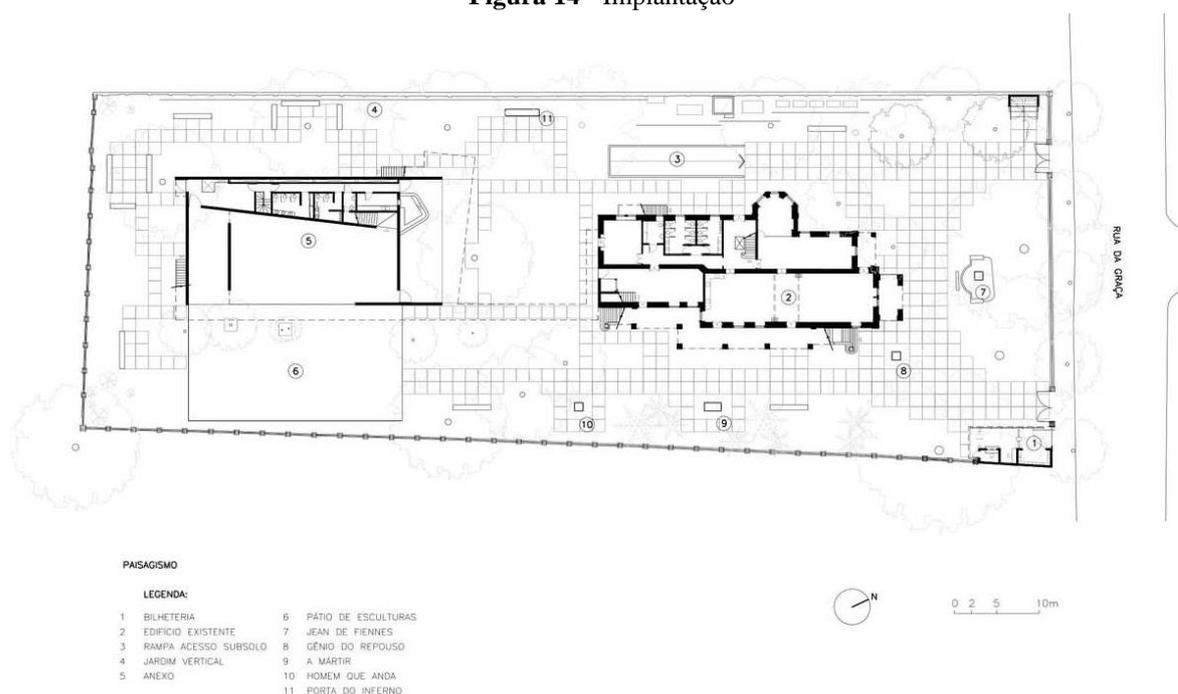
O referencial teórico apresentado, influenciou diretamente na escolha dos correlatos. Nesse capítulo serão apresentadas as referências arquitetônicas e paisagísticas de projetos que contribuem com a elaboração deste trabalho.

Para a pesquisa, foram escolhidos quatro exemplos, observando aspectos que vão desde estrutura de madeira, revitalização de espaços esquecidos com o tempo que causavam problemas nas cidades, incêndios, integração com o meio e respeito a cultura da região.

3.1 MUSEU RODIN BAHIA

Localizado na capital da Bahia, Salvador, o Museu Rodin Bahia ostenta uma arquitetura que transita entre os estilos moderno e eclético, tal qual a obra do escultor francês Auguste Rodin sob a batuta arquitetônica do escritório Brasil Arquitetura.

Figura 14 - Implantação



Fonte: Archdaily, 2019.

Para abrigar o acervo do Museu Rodin Bahia, foi escolhido o Palacete Comendador Catharino de 1,5 mil metros quadrados, localizado em uma região concentradora de casarões construídos entre os séculos XIX e XX. O espaço, embora generoso, não era suficiente.

Além da reforma, havia a necessidade de uma edícula para servir de depósito, para acolher a reserva técnica, os espaços para exposições temporárias e um café-restaurante, foi previsto um anexo com a mesma área construída do palacete. A principal solução de continuidade do conjunto é representada por uma passarela de concreto protendido, sem pilares de apoio, com 3 m de altura, braço que se estende na direção do novo edifício.

Figura 15 - Volumetria



Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

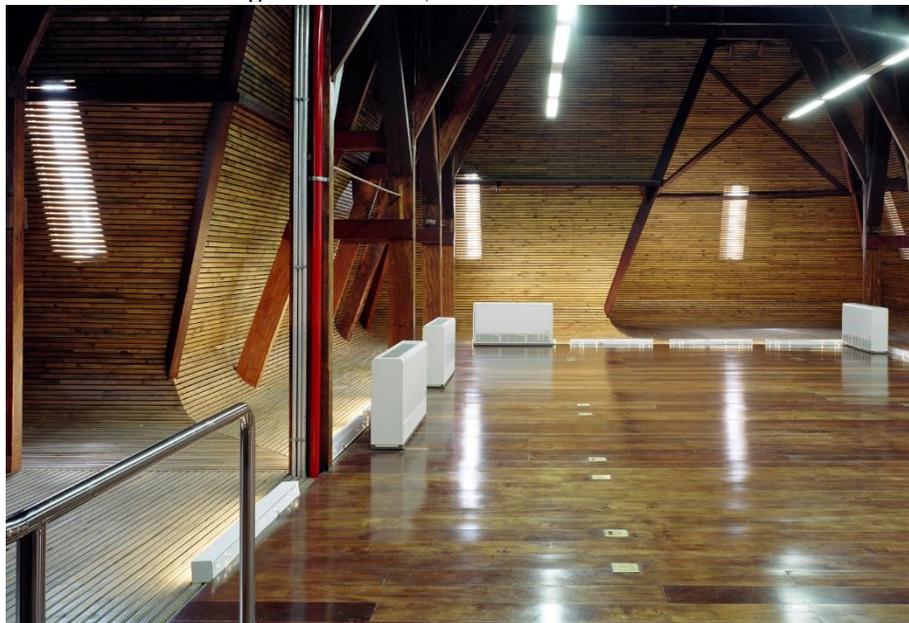
Tanto o restauro do palacete como as novas intervenções tiveram como objetivo dotar a edificação da infraestrutura necessária, adequando os espaços às atividades previstas para o museu: ação educativa e recepção, localizadas no pavimento térreo; áreas de exposição para as peças da coleção Rodin, previstas para os dois pavimentos superiores; atividades administrativas instaladas no sótão, recuperado para o uso e com nova escada de acesso.

Dois acessos no térreo que conduzem a loja do museu e as salas para arte-educação de crianças. Dividido em salas, o primeiro pavimento, que antes era o setor social da residência, hoje é palco de várias exposições, distribuídas em cinco ambientes.

As peças nobres como “O Pensador e o Beijo” foram reservadas para as duas salas maiores, com 150 metros quadrados, ornadas por afrescos rebuscados e piso de marchetaria com madeiras de lei. As salas menores abrigam exposições permanentes. Durante a reforma, este andar foi o mais preservado. Ele também oferece em seu programa um centro de documentação e um memorial com fotos e documentos.

O sótão do Museu Rodin Bahia, possui um pé-direito de 4,5 metros, foi transformado em sala de concertos. “Para tratar a acústica, revestimos as superfícies com madeira. Mas o melhor de tudo foi poder tornar esse local fantástico em um espaço público”, Marcelo Ferraz.

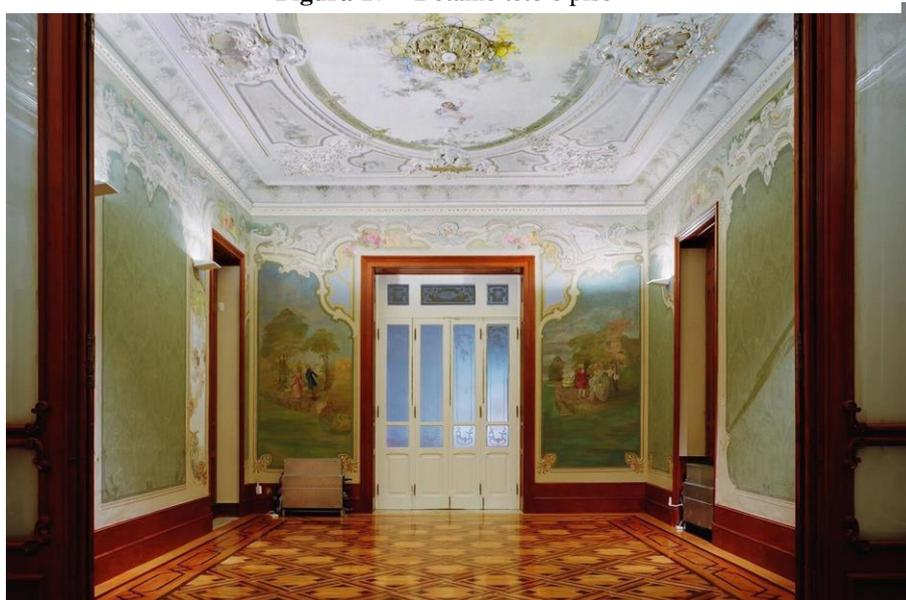
Figura 16 – Sótão, revestimento de madeira



Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

No interior, o teto com rebuscados afrescos e o piso de machetaria foram preservados e restaurados. Todas as intervenções feitas para adaptar o móvel residencial ao novo uso só foram possíveis com a autorização do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. As patologias apresentadas pela construção há mais de 10 anos sem reforma precisaram ser descritas minuciosamente em um relatório apresentado pelo escritório Brasil Arquitetura.

Figura 17 – Detalhe teto e piso



Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

Do antigo prédio permaneceram o piso e o forro de cada quarto, os afrescos das salas principais e os pisos de pastilhas e marchetaria. As paredes externas receberam tinta branca.

A circulação também oferece experiências democráticas. O visitante escolhe o trajeto que quer fazer no Museu Rodin Bahia sem ser obrigado a seguir uma trilha. Para possibilitar essa independência, os arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci acrescentaram ao casarão um volume de concreto que concentra parte da circulação vertical, com escadas e elevador.

Com a mesma área do casarão – 1,5 mil metros quadrados –, a edícula é uma construção de estrutura robusta, de concreto aparente, fechamentos de vidro e treliças de madeira. A ligação entre o novo prédio modernista e o velho palacete vai além da passarela de concreto protendido de 20 metros, que interliga as edificações. Ambas têm personalidade arquitetônica, cada uma em sua época.

Figura 18 – Vista superior passarela



Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

Figura 19 – Vista passarela



Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

No interior a sala principal, com aproximadamente 200 metros quadrados, tem pé-direito duplo e mezanino com três outras salas. O pátio integra-se à área interna por panos de vidro que podem abrir-se ou fechar-se, dependendo da ocasião. A temperatura e iluminação ideais são controladas por haletas; basta fechá-las para que painéis protejam os grandes panos de vidro, regulando a intensidade da luz e o calor nos ambientes internos.

Figura 20 – Vista interna

Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

No prédio antigo, um sistema de monitoramento de temperatura e umidade do ar envia, por satélite, informações para a sede do museu, em Paris. “O extremo cuidado é essencial para preservar totalmente as esculturas de gesso do Museu Rodin Bahia, uma vez que elas podem se deteriorar facilmente”, informa Ferraz.

Com um belo jardim, a área externa está preparada para receber exposições ao ar livre. Nesse espaço, o paisagista Raul Pereira explorou espécies existentes como as mangueiras, caramboleiras e palmeiras, criando um paisagismo tropical. Como as árvores foram plantadas aleatoriamente pelo antigo dono da residência, o espaço foi ordenado por meio de caminhos para carros e pedestres. No piso, foram usadas placas quadradas de mosaico branco e vermelho.

Figura 21 – Paginação de piso

Fonte: NELSON KON. Archdaily, 2019.

3.2 REQUALIFICAÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA, BOLÍVIA

A proposta do concurso era criar um Jardim de Infância que pudesse atender o maior número possível de crianças, com idades entre 2 e 5 anos, em um bairro carente de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, a partir de uma iniciativa beneficente promovida pelo Teto e Archsharing.

Figura 22 - Implantação



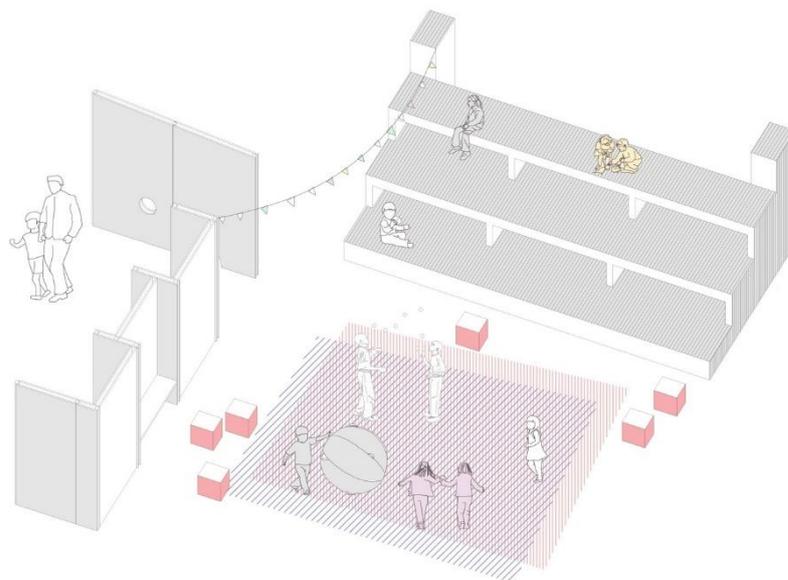
Fonte: Archdaily, 2019.

O escopo englobava reformar uma escola abandonada e propor uma extensão de 100 m² construídos a partir das capacidades dos voluntários do Teto. Dessa maneira, a premissa do projeto foi utilizar as estruturas existentes em seu máximo potencial construtivo e vocação como instrumento educacional.

Em termos práticos, as salas de aula existentes tiveram sua distribuição racional mantida para serem utilizadas como um programa mais fixo e técnico, contendo banheiros, refeitório e salas de aula expositiva etc. A quadra esportiva existente, com pouco valor aparente, passa a ser o ator central do projeto. Seu teto e piso estão em boas condições, sendo a única grande área coberta não segregada. Ela apresenta uma oportunidade para construir, em uma obra inteiramente seca a partir de móveis e divisórias, espaços com várias formas, texturas, cores e programas, estimulando os sentidos das crianças e tornando sua rotina interessante e divertida, proporcionando flexibilidade para diferentes atividades.

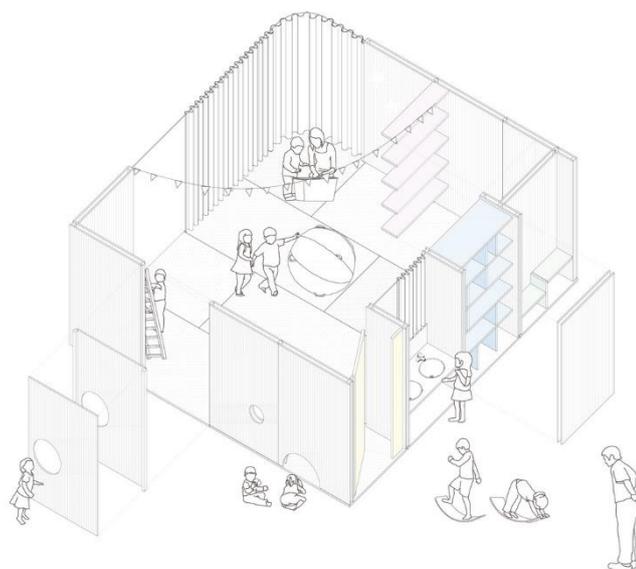
Os espaços descobertos ao redor das construções existentes passam a configurar pátios, que permitem que as crianças olhem para fora através de um muro vazado e tenham a percepção do mundo exterior. Carteiro, caminhão de lixo e pedestres; a vida diária torna-se parte do crescimento das crianças.

Figura 23 – Utilizando o potencial do existente



Fonte: Archdaily, 2019.

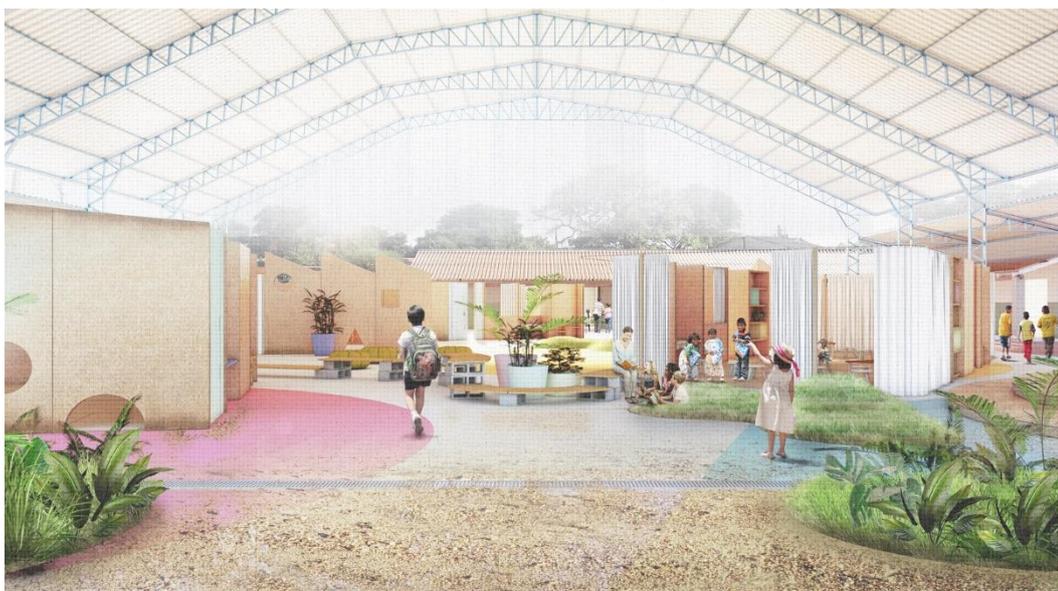
Figura 24 – Isométrica do módulo das salas



Fonte: Archdaily, 2019.

Dessa maneira, a intervenção consiste apenas em uma renovação. A quadra poliesportiva e seus 700 m² passam a fazer parte da creche, evitando uma nova expansão. O orçamento do que seria a cobertura, a fundação e o piso da expansão servirá para financiar mais divisórias e mobiliários para o espaço educacional central, livre, alterável, flexível, simples, mas diverso: uma praça educacional.

Figura 25 - Humanização do projeto



Fonte: Archdaily, 2019.

Por fim, o projeto é a clara adoção de estratégias que prezam a qualidade ambiental, e envolvem aspectos, técnicos, arquitetônicos e paisagísticos em busca do desenvolvimento pleno, e de possibilidades para gerações futuras. Resultados semelhantes aos que serão obtidos no produto final da Revitalização da antiga Assembleia.

3.3 MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Situado na cidade de São Paulo, Brasil, no histórico edifício Estação da Luz, no Bairro da Luz, foi concebido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo em conjunto com a Fundação Roberto Marinho. O objetivo da instituição é criar um espaço vivo sobre a língua portuguesa, considerada como base da cultura do Brasil.

O projeto foi iniciado em 2002, quando se começou a restaurar o prédio da Estação da Luz, sendo concluído em 2006. A ideia foi de Ralph Appelbaum. O projeto do museu é de Paulo e Pedro Mendes da Rocha, pai e filho.

Figura 26 – Museu da Língua Portuguesa



Fonte: WALMIR ARRAES JR. Arte View, 2011.

Em 21 de dezembro de 2015, o museu foi atingido por um incêndio que destruiu dois andares de sua estrutura. Seu acervo, contudo, não se perdeu, por ser virtual.

Figura 27 - Incêndio no Museu da Língua Portuguesa São Paulo

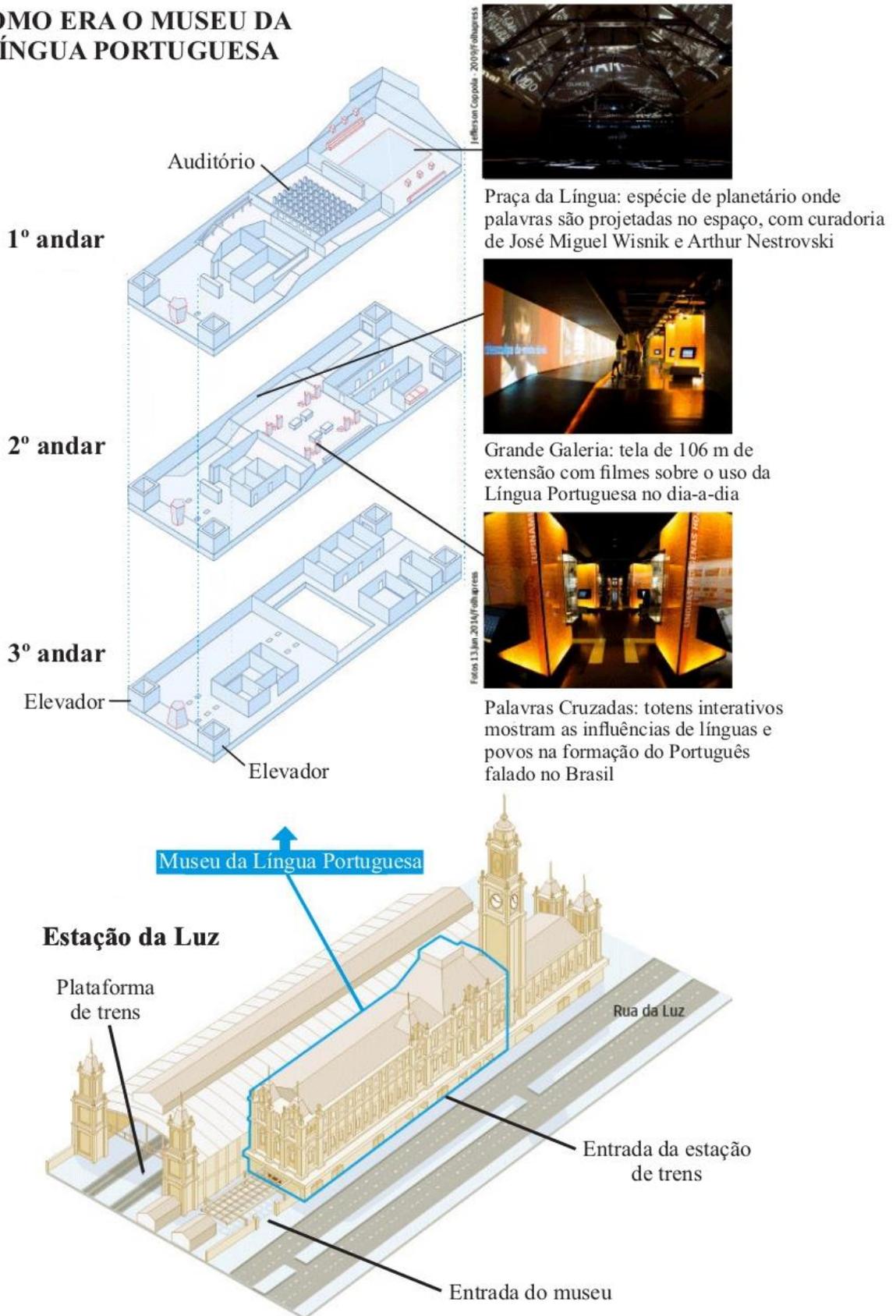


Fonte: KLEBER TOMAZ. G1, 2015.

A oportunidade de repensar a instituição e compreender sua própria relação com o público foram as principais premissas que foram de encontro com as novas necessidades de uso e desejos de melhoria que permearam todo o pensamento por trás da reabilitação do edifício.

Figura 28 – Ilustração de como era o Museu da Língua Portuguesa

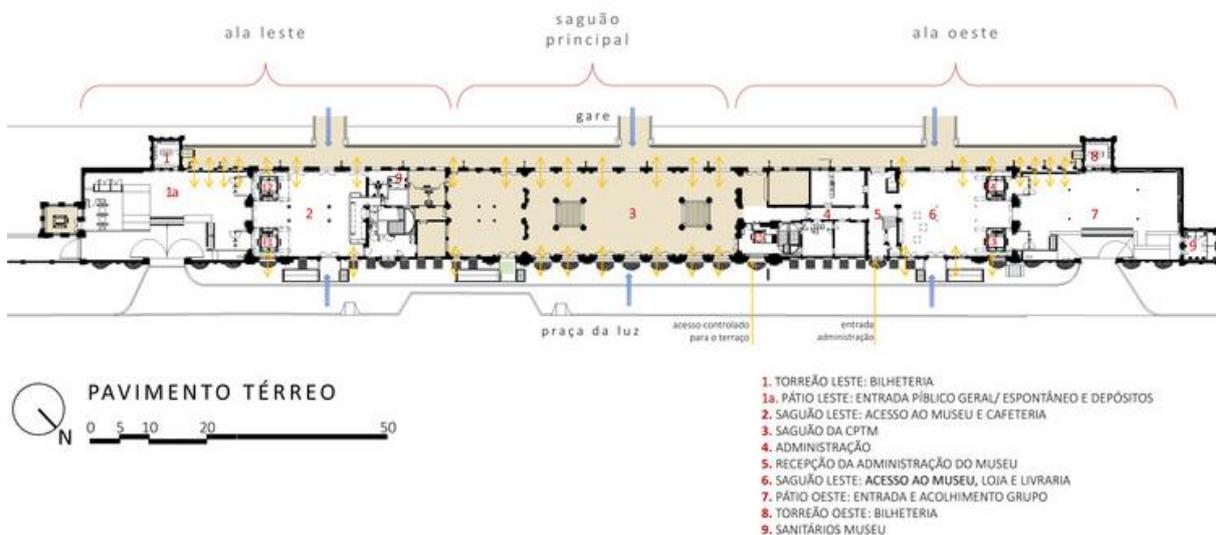
COMO ERA O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA



Fonte: Folha de São Paulo, 2015.

O projeto original de Paulo Mendes da Rocha e Pedro Mendes da Rocha prevaleceu como partido da reforma, portanto, as grandes intervenções concebidas anteriormente no edifício, assim como o próprio conceito, foram mantidas. Em 2016 foram iniciadas as reformas no Museu, restaurando primeiramente a face leste do edifício.

Figura 29 – Planta – Térreo



Fonte: Fundação Roberto Marinho

A grande intervenção realizada pelos arquitetos no projeto original foi a introdução de quatro elevadores nas torres. No entanto, no passado, foi pensada uma museografia de sequência narrativa que começava e terminava no mesmo ponto, e também haviam questões de operação do museu que fizeram com que o público circulasse apenas pela ala leste, sem conhecer a área oeste e seus elevadores.

A exposição foi repensada para possuir uma liberdade de fruição que não determina um início ou fim. O térreo terá diferentes acessos ao museu: na ala oeste haverá uma bilheteria para públicos agendados, como grandes grupos e escolas, e contará com uma loja, e a ala leste seguirá como espaço de entrada do público espontâneo e abrigará um café. Além disso, optou-se por manter uma estrutura metálica com vidro para cobrir os pátios, criando um diálogo com a linguagem adotada no museu de artes vizinho, a Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Figura 30 – Estrutura metálica

Fonte: ANA MELLO. Archdaily, 2019.

No projeto anterior não foi possível enterrar o poço dos elevadores, assim eles ficavam aparentes na laje criando degraus e gerando uma descontinuidade de nível no pátio. Agora, a tecnologia permitiu levar o poço para o subsolo em áreas da CPTM, possibilitando a integração de todos os pátios num mesmo nível.

As máquinas do sistema de ar-condicionado, que ocupavam o térreo, no projeto atual foi possível criar passarelas técnicas maiores e levar esses equipamentos para as fachadas posteriores, liberando mais espaço nos pátios.

Por fim, os arcos decorativos da fachada do edifício foram abertos. Apesar de serem desconstruídos, a criação desses vãos trouxe permeabilidade à estação que agora está mais conectada com as ruas do entorno, possibilitando uma integração física e visual que gera uma área pública de convivência.

Um novo elevador e escada de emergência, pedida pelo Corpo de Bombeiros, foram instalados na Torre do Relógio. Serão o principal acesso para visitar o novo café que será instalado na cobertura da estação, com vista para todo o entorno e principalmente para o verde do Parque Jardim da Luz. Este novo acesso também gera uma integração com o saguão da CPTM por onde passam diariamente 300 mil pessoas e poderá ser aberto de acordo com diferentes atividades propostas para atrair parte desse público para o museu.

Neste mesmo saguão há um mezanino que liga as duas alas do edifício e se manteve fechado ao público. A ideia, agora, é que a partir do primeiro pavimento as pessoas possam conhecer e circular por esse ambiente, vendo o público que passa pela estação de trem abaixo.

A Estação da Luz já sofreu dois incêndios, um em 1946 e outro em 2015. Felizmente, por uma configuração do próprio edifício, nenhum destes atingiu a ala oeste que segue com sua arquitetura original de 1901 - uma verdadeira joia arquitetônica da cidade. Agora ela será aberta ao público de forma controlada e terá como programa o Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa - que abrigará um núcleo de pesquisa e estudos -, administração do museu e salas multiuso para cursos, atividades e pequenas exposições.

Anteriormente, o museu ocupava apenas as alas leste e central. Vale salientar que a primeira, após a reforma do incêndio de 1946, recebeu um pavimento extra e, portanto, possui um nível a mais que a ala oeste. Com isso, o segundo pavimento é o único que possibilitou uma ocupação de ponta a ponta, na qual é possível ver a extensão completa do edifício.

Na intervenção passada, Paulo Mendes da Rocha indicou para este pavimento uma grande tela em analogia à proporção alongada do trem da estação. Esta intervenção será mantida, mas terá seu conteúdo e montagem renovada graças às novas tecnologias. Agora, com projetores de curta distância, será possível mantê-los próximo da tela e evitar a sombra das pessoas, liberando mais espaço para circulação e ocupação de outras paredes.

Figura 31 – Espaço expositor



Fonte: ANA MELLO. Archdaily, 2019.

Antigas alas de serviço também serão transformadas em espaços expositivos: o vídeo que passava nessa grande tela voltará a ser projetado no formato de um miniauditório e outra sala receberá o Beco das Palavras. Além disso, a Linha do Tempo será transformada ao trazer novos fatos históricos e internacionais, revendo o modo como a história da própria língua foi interpretada e ganhando ainda mais potência no espaço.

No terceiro pavimento da ala leste encontra-se a "Praça da Língua" - a experiência considerada mais impactante do Museu da Língua Portuguesa - será mantida no mesmo lugar, mas com algumas novidades. A volumetria e composição anteriores foram respeitadas, mas surgiu a oportunidade de criar uma estrutura mais contemporânea. Após negociação com órgãos de patrimônio e bombeiros, optou-se por uma estrutura mista de madeira com tirantes metálicos.

A madeira foi escolhida por ser um elemento seguro em caso de incêndios. Por queimar de fora para dentro, cria uma camada isolante que retarda o colapso do elemento; diferente de estruturas metálicas que derretem ao atingir determinadas temperaturas. Para isso, a seção estrutural foi calculada considerando uma camada de 5 cm em todo o perímetro das peças, obtendo-se, assim, a dimensão final das tesouras de madeira.

Figura 32 – Praça da Língua



Fonte: ANA MELLO. Archdaily, 2019.

Parte das madeiras das antigas treliças que não foram consumidas pelas chamas, foram recicladas e reutilizadas na montagem das esquadrias do segundo pavimento.

Compreender não apenas parte da nossa história e do nosso idioma, mas também o modo como habitamos os espaços - seja de um museu, de uma estação ou da cidade - é um passo fundamental para uma civilização em constante mudança e que busca o melhor para si.

3.4 CENTRO COMUNITÁRIO DE FA CHANG

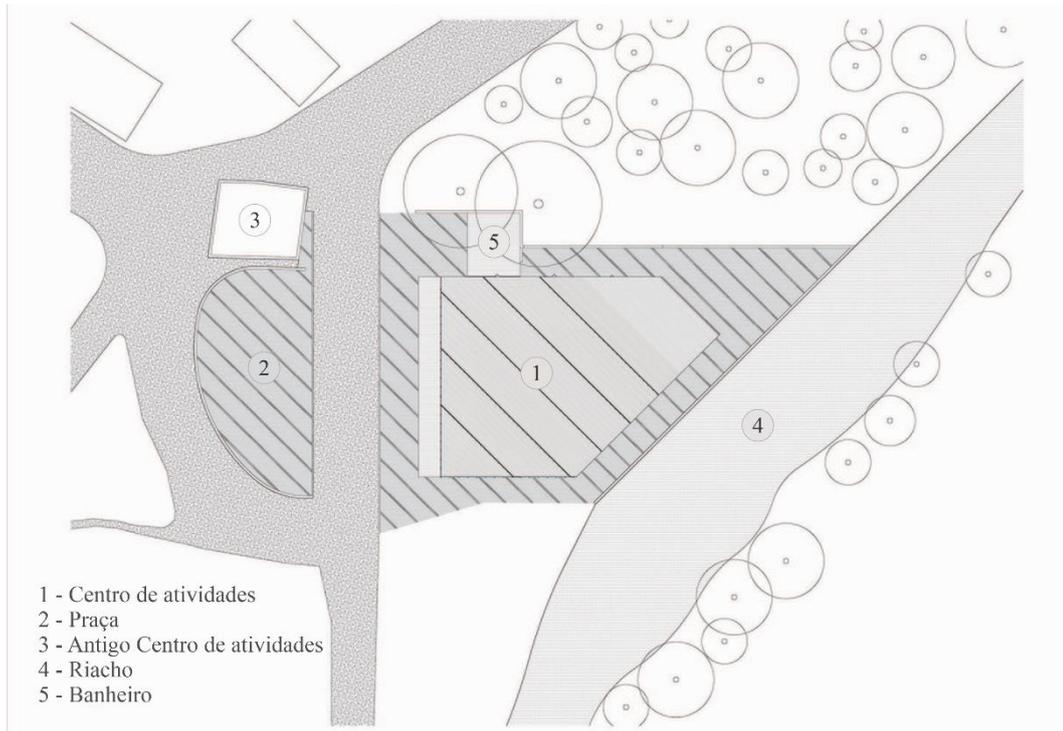
O projeto do Centro Comunitário de Fa Chang está localizado em Heyuan, China, caracterizada por pequenos povoados. O município de Heyuan é composto por uma série de vilarejos e Fa Chang não é uma exceção. Com uma pequena população, que cada vez mais diminui devido ao constante processo de êxodo rural na China, Fa Chang conta com apenas dois edifícios públicos. O centro comunitário foi construído para manter viva e unida esta pequena comunidade no sul da China.

Figura 33 – Centro Comunitário de Fa Chang



Fonte: Chao Zhang, 2018

O projeto do ano de 2018, possui um terreno em forma trapezoidal, rodeado por casas e terras agricultáveis, além de um pequeno riacho que passa junto ao limite sudoeste e define os fundos do lote. Sentido noroeste, a paisagem se abre em direção às montanhas e o acesso até o local se dá através de uma estrada de terra que conecta todos os vilarejos da região.

Figura 34 - Implantação

Fonte: Archdaily, 2018

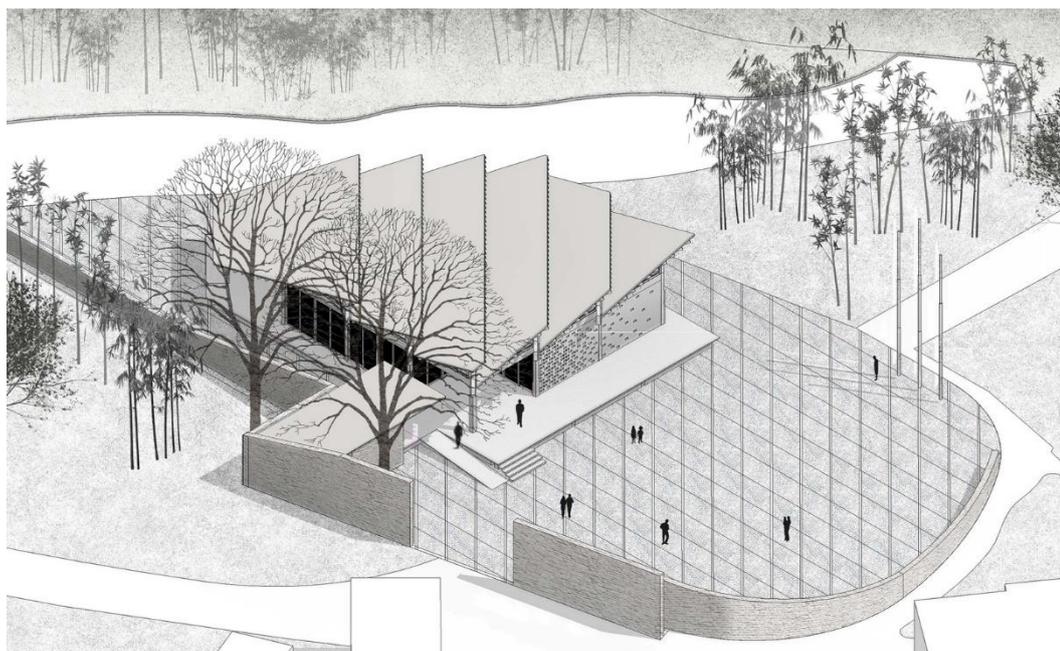
O edifício é configurado por uma série de espaços abertos e permeáveis, contando apenas com um muro perimetral de tijolo junto aos limites leste e sul do terreno enquanto que, por outro lado, abre-se plenamente em direção noroeste e à montanha. Atravessando a rua, o Centro Comunitário conta ainda com uma pequena praça em forma de meia-lua, utilizada como espaço público e cinema ao ar livre nos finais de semana.

Figura 15 – Espaços abertos

Fonte: Chao Zhang, 2018

O edifício principal foi implantado sobre um platô bem no meio do terreno. Embora mais alto que o nível da rua, o edifício é térreo e acessível considerando que está é uma comunidade formada principalmente por idosos e crianças pequenas. Circundando o volume do edifício, um amplo deck de madeira define os limites do espaço, que se esparrama sobre o lote ampliando a sensação de espaço. O banheiro público foi acoplado junto ao muro perimetral, liberando o espaço do centro comunitário de qualquer instalação ou parede. O volume do edifício é definido por uma malha estrutural ortogonal de módulo 4x4 metros e um pé direito livre de 3 metros. Acima desta estrutura espacial conformada por pilares e vigas de madeira, os módulos da cobertura inclinada alcançam uma altura de até 4,5 metros em relação ao piso. A partir das aberturas criadas entre a defasagem dos módulos da cobertura, o espaço interior é iluminado por uma luz difusa que cria uma atmosfera agradável e aconchegante ao longo de todo o ano.

Figura 36 – Perspectiva da edificação

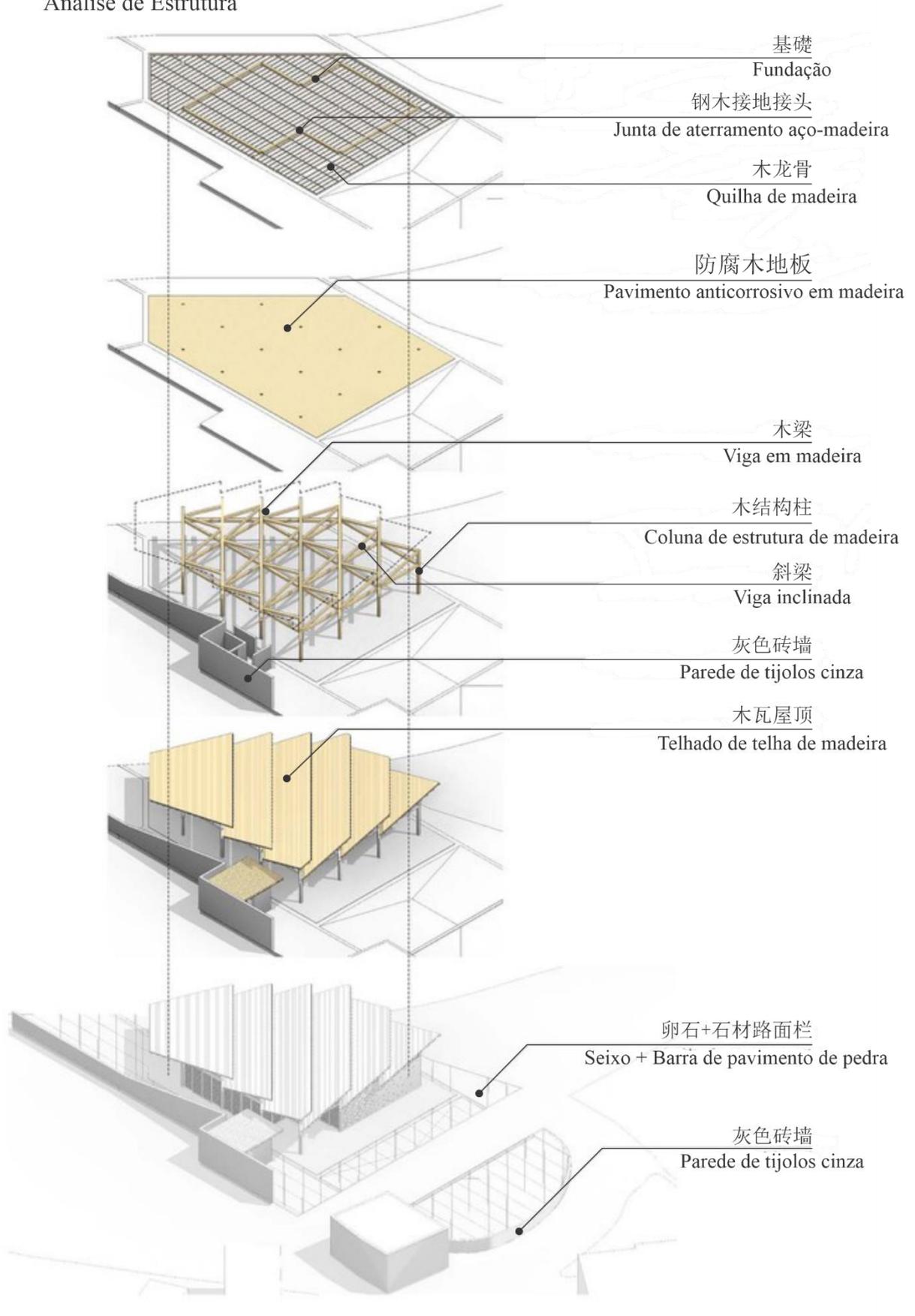


Fonte: Archdaily, 2018

As vigas que suportam os elementos inclinados da cobertura cumprem uma dupla função: elas são responsáveis tanto pelo travamento da estrutura como cumprem a função de calha, recebendo um perfil “U” metálico incorporado de 200 mm x 200 mm que serve para a drenagem e encaminhamento das águas pluviais. Em uma das esquinas, um generoso balanço da cobertura define a entrada principal do edifício, enquanto que os grandes beirais juntos às fachadas oeste e sul criam um espaço semi-aberto de transição horizontal.

Figura 37 - Análise da estrutura

Análise de Estrutura



Fonte: Archdaily. Adaptado pelo autor, 2019

A natureza da paisagem rural, influenciou o projeto a adotar um modelo de construção diferente daquele da cidade. Foram utilizados materiais não industrializados como a madeira serrada e o tijolo de barro. Buscando inspiração nas características locais com o comprometimento de construir um projeto de arquitetura que encontra-se ressonância nas memórias e na cultura do povo Hakka.

Figura 38 – Integração com a paisagem



Fonte: Chao Zhang, 2018

Figura 39 – Paisagem natural entorno



Fonte: Chao Zhang, 2018

O volume principal do edifício é definido por um sistema estrutural de madeira de pinheiro. A fim de simplificar o processo construtivo, utilizaram apenas uma seção para todos os elementos estruturais de madeira, tanto pilares como vigas. As conexões entre estes elementos de bitola 200 x200 cm forma feitas em encaixes macho-fêmea e sem a utilização de parafusos ou elementos metálicos. A maior parte dos fechamento do edifício foram feitos com portas de madeira e vidro, exceto pela parede externa de frente a rua, a qual foi construída com tijolos parcialmente salientes. O assoalho de madeira foi instalado sobre um leve contrapiso de concreto inclinado no mesmo sentido da abertura, garantindo o escoamento natural da água da chuva.

Figura 40 – Parede de tijolos



Fonte: Chao Zhang, 2018

Figura 41 – Vista interna



Fonte: Chao Zhang, 2018

3.5 SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES

Como forma de sintetizar as informações apresentadas e facilitar as próximas etapas do processo de projeto e tomadas de decisão, foi-se desenvolvido um quadro-resumo, apresentado a seguir.

Quadro 1 – Quadro resumo estudo das referências projetuais

	MUSEU RODIN BAHIA	REQUALIFICAÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA, BOLÍVIA	MUSEU DA LINGUA PROTUGUESA	CENTRO COMUNITÁRIO DE FA CHANG
Área construída	3055.0 m ²	1000.0 m ²	4333.0 m ²	300 m ²
Localização	Salvador, Bahia	Santa Cruz de La Sierra, Bolívia	São Paulo, SP	Heyuan, China
Ano do projeto	2002	2013	2016	2018
Características pertinentes	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma arquitetônica; - Passarela de concreto ligando ao edifício existente; - Novo uso previsto; - Preservação do existente; - Tratamento acústico com uso de madeira para revestimento; - Restauração do teto e piso; - Concreto aparente, vidro e treliça de madeira; - Uso de haletas para controle de iluminação e calor; - Área externa com jardim tropical; - Paisagismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma de uma escola abandonada; - Utilizar estrutura já existente; - Módulo flexível; - Muro vazado – percepção do mundo exterior; - Espaços descobertos; - Renovação do existente; - Evitou a construção de uma nova expansão; - Ventilação natural; - Qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Restauração do Prédio da Estação da Luz; - Repensar e compreender a relação com o público; - Manter a ideia das reformas anteriores; - Liberdade de fruição; - Estrutura metálica com vidro no pátio; - Integração entre os pátios; - Ventilação natural; - Permeabilidade física e visual; - Adaptação as normas do Corpo de Bombeiros; - Respeito a volumetria existente; - Estrutura de madeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Madeira como estrutura portante; - Vedações de madeira; - Interação com o entorno; - Ventilação e iluminação natural; - Espaços abertos e permeáveis; - Uso de materiais não industrializados; - Uso da madeira e tijolo de barro; - Características locais da região, memória e cultura; - Simplicidade no processo construtivo; - Uso da madeira de vidro nas esquadrias; - Assoalho de madeira.

4 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PALMAS

4.1 INSERÇÃO URBANA E ENTORNO

O município de Palmas fica localizado no território brasileiro, sendo a capital do estado do Tocantins, criada em 20 de maio de 1989 e instalada em 1º de janeiro de 1990. Segundo dados do IBGE, a cidade ocupa hoje uma área de 2.219 Km², com uma população estimada para Palmas em 2017 de 286.787 habitantes.

Palmas se caracteriza pelo seu traçado dividido por uma malha regular, com quadras separadas por eixos que seguem o modelo cartesiano de implantação. Com duas avenidas principais, denominadas Avenida Juscelino Kubitschek e Avenida Teotônio Segurado, o município é dividido em cinco regiões, ARNE, ARNO, ARSE, ARSO e Expansão Sul, localizada fora do plano original. A população de menor renda concentra-se nas regiões das ARNOS e Expansão Sul, e, por conta do grande contraste social, são realizados diariamente deslocamentos pendulares, das regiões onde se encontram para o centro da cidade, por meio de automóveis ou bicicletas.

A 1ª Sede da Assembleia Legislativa, situa-se na Área Residencial Nordeste (ASRNE-55) 512 Norte, próximo ao Palacinho e ao lado da TO-050. Trata-se de um edifício que foi a primeira Sede da Assembleia Legislativa, na criação da capital.

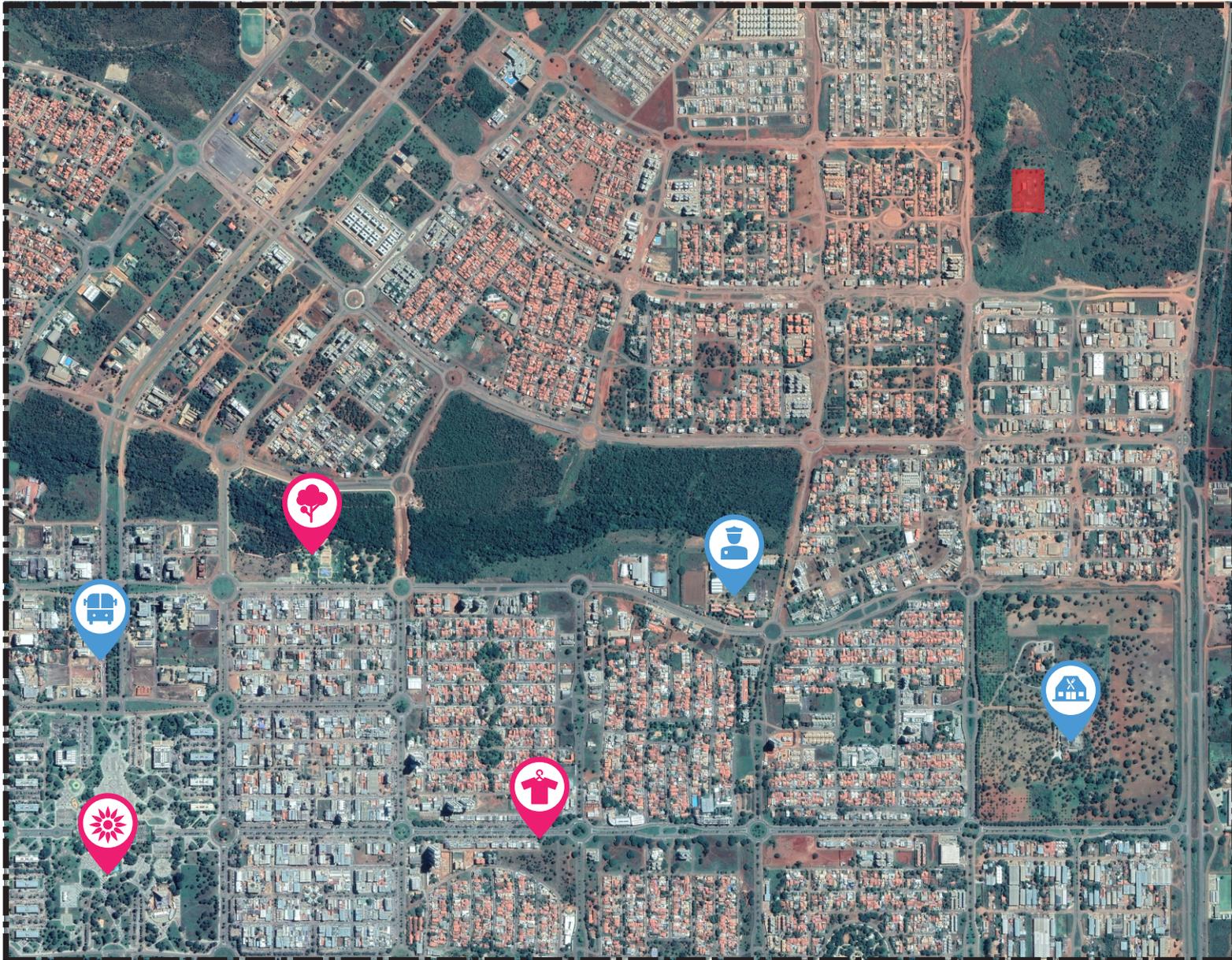
Para escolha do edifício foram levados em conta a carência e o descaso com a arquitetura de um bem imóvel, que se encontra descaracterizado e arruinado, situado numa de região de interesse de serviços, a quadra encontra-se vazia, com apenas a edificação da Assembleia existente. Nas quadras ao lado é possível encontrar comércios e serviços que atraem um certo fluxo a região, além das quadras residenciais e da Avenida TO-50, de intenso fluxo de veículos pesados e leves.



Escala: 1:20.000

Contexto na cidade

Mapa 01



50 m 100 m 200 m 400 m

Fonte: Autor, 2019.

Legenda:

 Terreno da Proposta



Colégio da Polícia Militar



Parque dos Povos indígenas



Palacinho Palmas



Avenida JK



Estação Apinajé



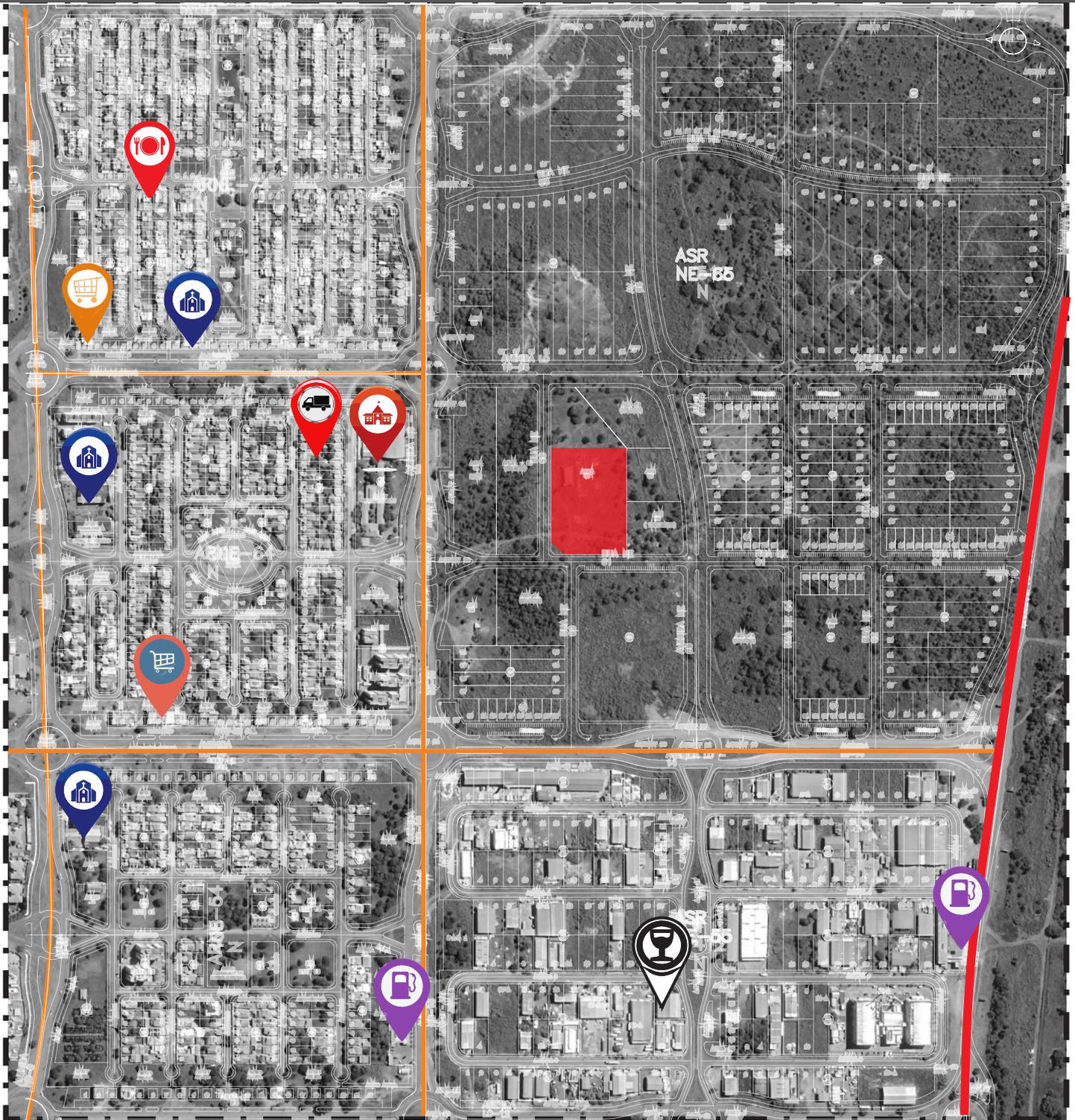
Praça dos Girassóis



Escala: 1:7.500

Comércio e Serviços

Mapa 02



50 m 100 m 200 m 400 m

Fonte: Autor, 2019.

Legenda:

-  Terreno da Proposta
-  Vias principais
-  TO-050

-  Art Terra
-  Distribuidora
-  Escola
-  Igreja
-  La Casa Di Pizza
-  Posto de Gasolina
-  Supermercado
-  Transportadora

O mapa 02 caracteriza o cenário das quadras circunvizinhas ao terreno, pode-se observar a presença de equipamentos regionais públicos e particulares com tipologias diferentes de comércio e serviços, que são muito frequentados pelo público das quadras lindeiras a área da proposta. Nessa perspectiva podem se destacar: Escola, Igrejas, Postos de gasolina, Supermercados, entre outros.

A sede da antiga Assembleia está localizada na Região Nordeste do Plano Diretor da Capital, na Quadra ASRNE 55, tendo como limites a Rodovia TO 134, AV. NS 10, AV. LO 12 e LO 14.

No mapa 03 pode-se observar as vias que apresentam fluxo médio de veículos devido as quadras residenciais, e a Avenida TO-050 com fluxo intenso de veículos de grande e pequeno porte, que liga Palmas a Lajeado, Porto Nacional e Miracema, há algumas vias não asfaltadas, localizadas mais ao norte e dentro de algumas quadras. Bem localizado, o terreno é próximo da Avenida JK (aproximadamente 1,8 quilômetros de distância, conforme dados do Google Earth, 2019). A região é abastecida por 4 linhas de ônibus, mas apenas uma passa lindeiro a quadra de escolha da proposta, a Linha 130 Lago Norte, essa rota percorre desde a estação Apinajé até a região do Lago Norte, retornando novamente para a estação, com uma frequência, de aproximadamente, de uma em uma hora.

Conforme a Lei nº 386 de 17 de fevereiro de 1993, que “Dispõe sobre a divisão da Área Urbana de Uso do Solo de Palmas em zonas de uso e dá outras providências”, a área escolhida é uma Área de Serviços – AS, definida no Plano Diretor da cidade.

“Art. 3º Para efeito de organização e controle de Uso do Solo a Área da Sede Urbana do Município de Palmas é delimitada em Zonas de Uso que se especificam de acordo com a sua destinação predominante”.

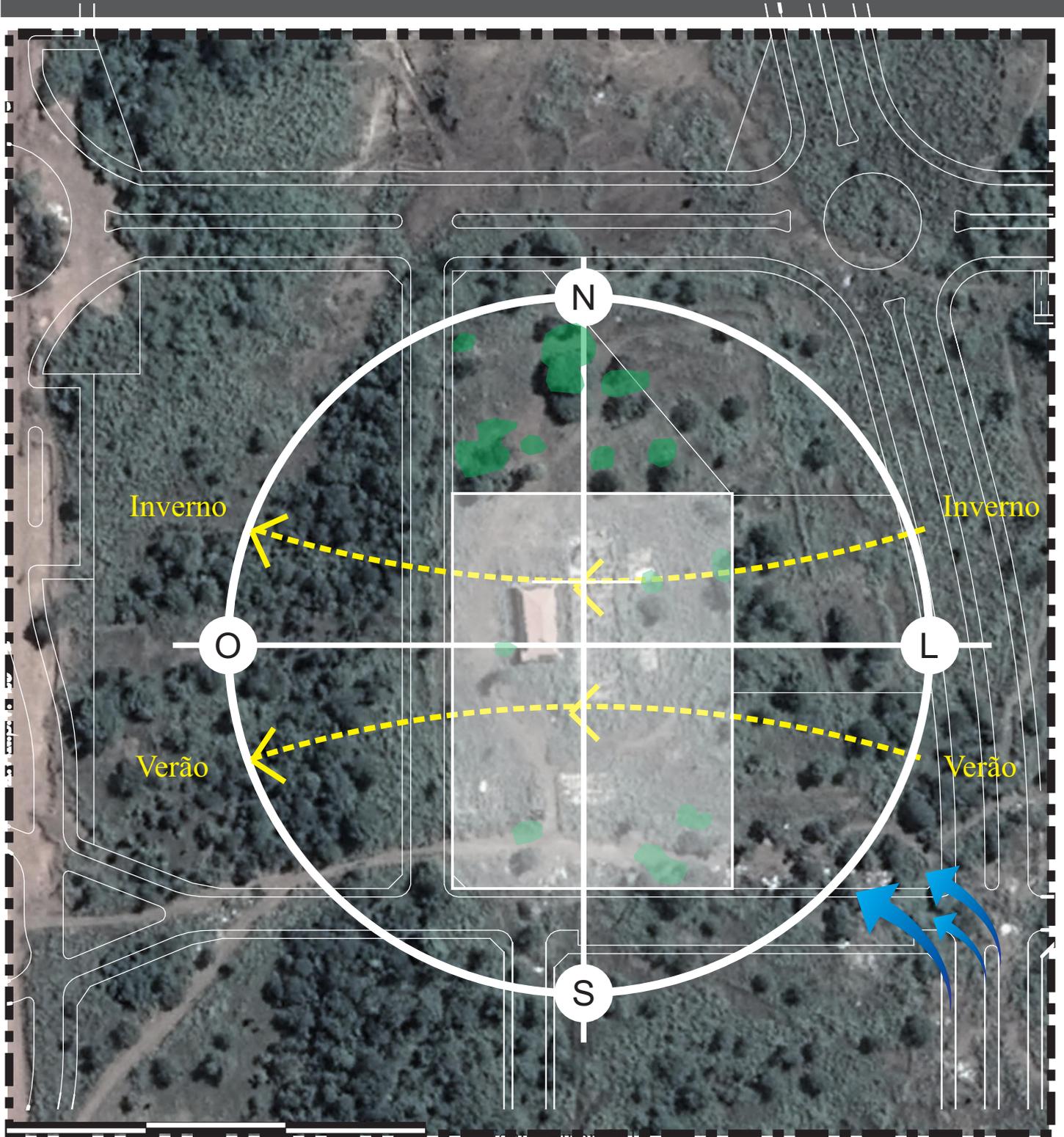
O terreno possui uma delimitação do lote demarcado desde a sua última utilização, a proposta é repensar essa delimitação, diminuindo a área total, o desenho proposto e suas ruas continuará seguindo plano previsto. O terreno apresenta uma área total de 11.400,000 m² e seu maior limite localiza-se na rua direção Oeste com uma rua local ainda não existente, com uma dimensão de 120 m, como pode-se verificar no mapa 03, na fachada sul o terreno faz divisa com uma rua local ainda não asfaltada, como podemos observar no mapa a seguir.



Escala: 1:2.000

Características Ambientais

Mapa 05



Legenda:

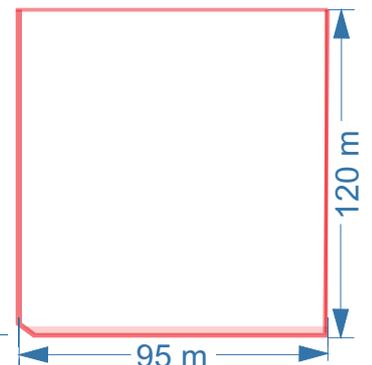
-  Terreno da Proposta
-  Trajetórias do Sol
-  Ventos Sudestes
-  Massa Arbórea



Média



Alta



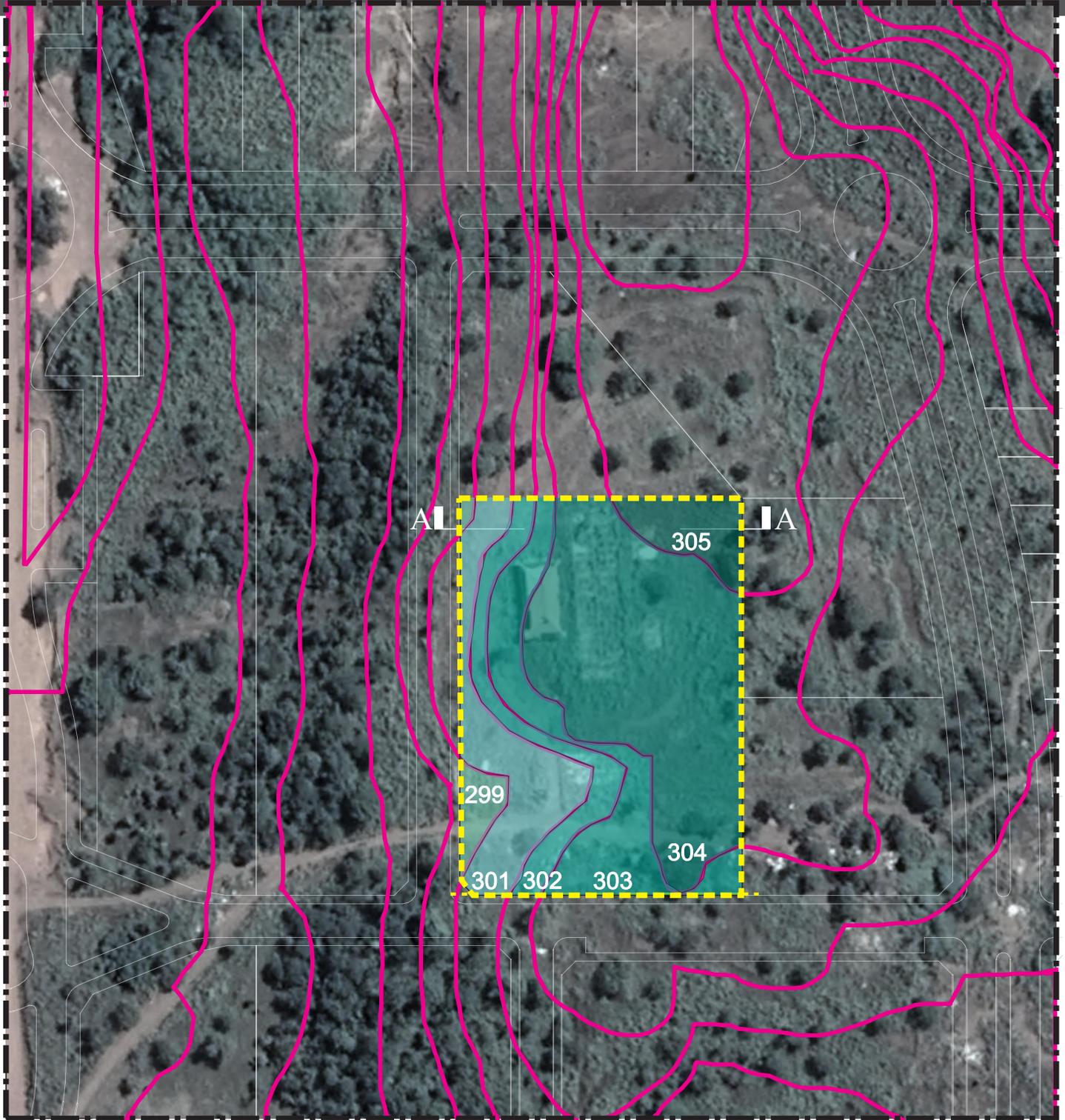
A= 11.400 m²



Escala: 1:2.000

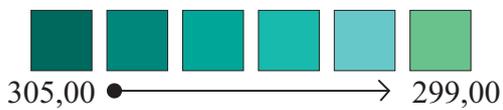
Topografia

Mapa 06



Fonte: Autor, 2019.

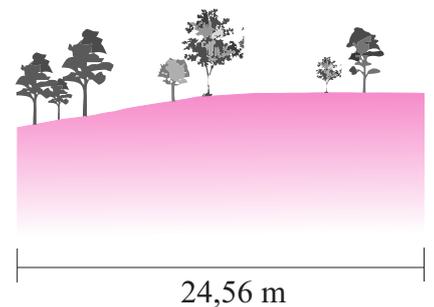
Legenda:



Terreno da Proposta



Curvas de Níveis



Corte esquemático AA

No levantamento foram observadas as condicionantes ambientais da área de estudo. O terreno apresenta árvores dispersas pelo terreno, na área escolhida a quantidade é bem menor em relação ao restante da quadra, por já ter possuído um uso, e já ter sido desmatada, possui bastante vegetação arbustiva, principalmente ao canto superior sentido noroeste, local de difícil acesso. Sua topografia é pouco acentuada, com declividade total de 5 metros na orientação oeste-leste. A área do edifício é plana e mais elevada que o restante do terreno com elevação de 304 metros. Por situar-se em uma região alta da cidade, o terreno apresenta perspectivas e vistas que podem ser agregadas no projeto arquitetônico.

Figura 42 - Vista Nordeste



Fonte: Autor, 2019.

Figura 43 - Vista Noroeste



Fonte: Autor, 2019.

Figura 44 - Vista Sudeste



Fonte: Autor, 2019.

Figura 45 - Vista Sudoeste



Fonte: Autor, 2019.

4.2 HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA

Com vista para a Serra do Carmo e para a cidade de Palmas, a sede da antiga Assembleia Legislativa do Tocantins foi construída em 1989. Com a criação da nova Capital, todos os Poderes se transferiram para Palmas, em 1º de Janeiro de 1990. Diante disso, exigiu-se a construção de prédios provisórios para abrigarem os órgãos administrativos do Governo, enquanto eram construídos os edifícios definitivos destinados ao funcionamento de cada órgão, de acordo com a planta da cidade.

A Assembleia Legislativa teve como sede provisória um prédio construído pela CASEMA (não mais atuante no mercado), em 1989 em madeira, localizado na quadra 512 N, antiga ASRNE 55, onde permaneceu até 03 de outubro de 1995, quando foi transferida para o Palácio Deputado João D'Abreu, na Praça dos Girassóis.

Juntamente com o Palacinho; a Capela Santa Rita de Cássia; Casa dos Governadores e os 05 prédios que serviram de residência dos funcionários, a Assembleia constitui o primeiro conjunto urbano histórico do Estado em Palmas.

O prédio, é uma das primeiras edificações de Palmas. Foi construído com madeiras trazidas do Pará e Maranhão. A maçaranduba e o jatobá para os pilares e paredes, o cedrinho para os forros dos dois pavimentos, térreo e superior, e o angelim para as venezianas das portas e janelas. As paredes, forros, portas e janelas dos dois pavimentos eram envernizados. A proteção da varanda superior, os alisares, portas e esquadrias foram pintados na cor branca. O piso do térreo, nas dependências internas era de cerâmica e cimentado nos terraços. O piso do pavimento superior era todo em tábuas corridas.

Em 1991, foi construído um anexo para acomodar os Gabinetes dos Deputados, Diretorias Geral e Financeira e os Departamentos de Comissões e de Liderança do PMDB. O antigo prédio recebeu novas divisórias e aparelhos de ar condicionado. O acesso entre os dois prédios, a entrada do plenário e da galeria foram cimentados e cobertos. Foi construído também um galpão contendo copa, seção de transporte, assistência técnica, Departamento de Arquitetura e Engenharia, depósito de material e garagem para seis carros. Os banheiros de prédio de madeira foram reformados e a rede elétrica substituída. Foi feita uma subestação rebaixada para transmissão de energia e instalado transformador de 225 KVA. Foram instalados pára-raios e aparelhos telefônicos.

Com a mudança da Assembleia Legislativa para a Praça dos Grassóis, o prédio foi ocupado pelo comando Geral da Polícia Militar no período de 10 de outubro de 1995 a 25 de outubro de 2000. Durante a permanência do Comando Geral da Polícia forma feitas reformas internas: pinturas divisórias, forro e piso de cerâmica em algumas salas e construídos dois alojamentos para os policiias e garagem para as viaturas. Em 22 de outubro de 2000, um vendaval danificou quase a totalidade dos telhados dos prédios da Assembleia e do anexo inviabilizando a permanência da instituição no local.

Ao longo de sua utilização, o prédio da Assembleia passou por várias adaptações, muita das vezes por ter espaços insuficientes para acomodar todos os setores necessários, acarretou descaracterizações a concepção original. As mudanças de funcionalidade exercem um papel importante na modificação dos escopos de utilização da edificação, contribuindo para o comprometimento da durabilidade e segurança da mesma.

O prédio foi tombado pelo Governo do Estado pela Lei nº 431/92 de 28 de Julho de 1992, que “Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica”, e publicado no Diário Oficial de 31 de julho de 1992.

“Art. 2º. A manutenção e conservação dos prédios públicos a que se refere o artigo anterior, ficarão a cargo do detentor do domínio, público e sob a supervisão de órgão próprio do Poder Executivo Estadual”.

No processo de tombamento, não foi especificado nenhuma restrição a qualquer tipo de intervenção, como mostra na imagem digitalizada no anexo 1. Atualmente, as edificações se encontram sem uso, devido ao precário estado de conservação. Vários materiais foram furtados como peças de madeira, telhas e esquadrias.

Recentemente um incêndio assolou a edificação danificando parte da madeira. Ao redor, além do matagal sem roçagem e o lixo espalhado, é possível ver entulho e até ossadas de animais mortos.

4.2.1 intervenção em 2010

No ano de 2010 a Assembleia passou por uma intervenção que lhe atribuiria o mesmo uso do Palacinho, funcionaria como Museu. Porém o projeto não teve continuidade, e hoje encontra-se esquecido e abandonado.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no relatório fotográfico final (12º medição), referente a obra de restauração da antiga sede da assembleia legislativa do estado do Tocantins, Palmas – TO, ocorrido no dia 11 de março de 2010, a obra foi executada pela Construtora Almeida Carmo LTDA, teve início de Janeiro de 2009.

Os trabalhos realizados foram executados desde instalações, trocas de painéis e esquadrias, instalação de ferragens, pintura e aplicação de verniz, execução do piso em granitino no pavimento inferior, no pavimento superior piso de tabuado, instalação de barras de apoios para portadores de necessidades, execução de paredes de alvenarias e painéis de madeira previstos em projeto, execução de instalação do sistema de esgoto.

Figura 46 - Prédio antes das intervenções



Fonte: IPHAN, 2010.

Figura 47 - Prédio após as intervenções



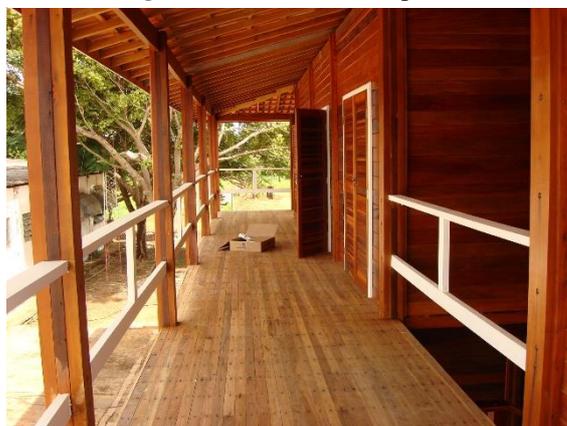
Fonte: IPHAN, 2010.

Figura 48 – Detalhe esquadrias

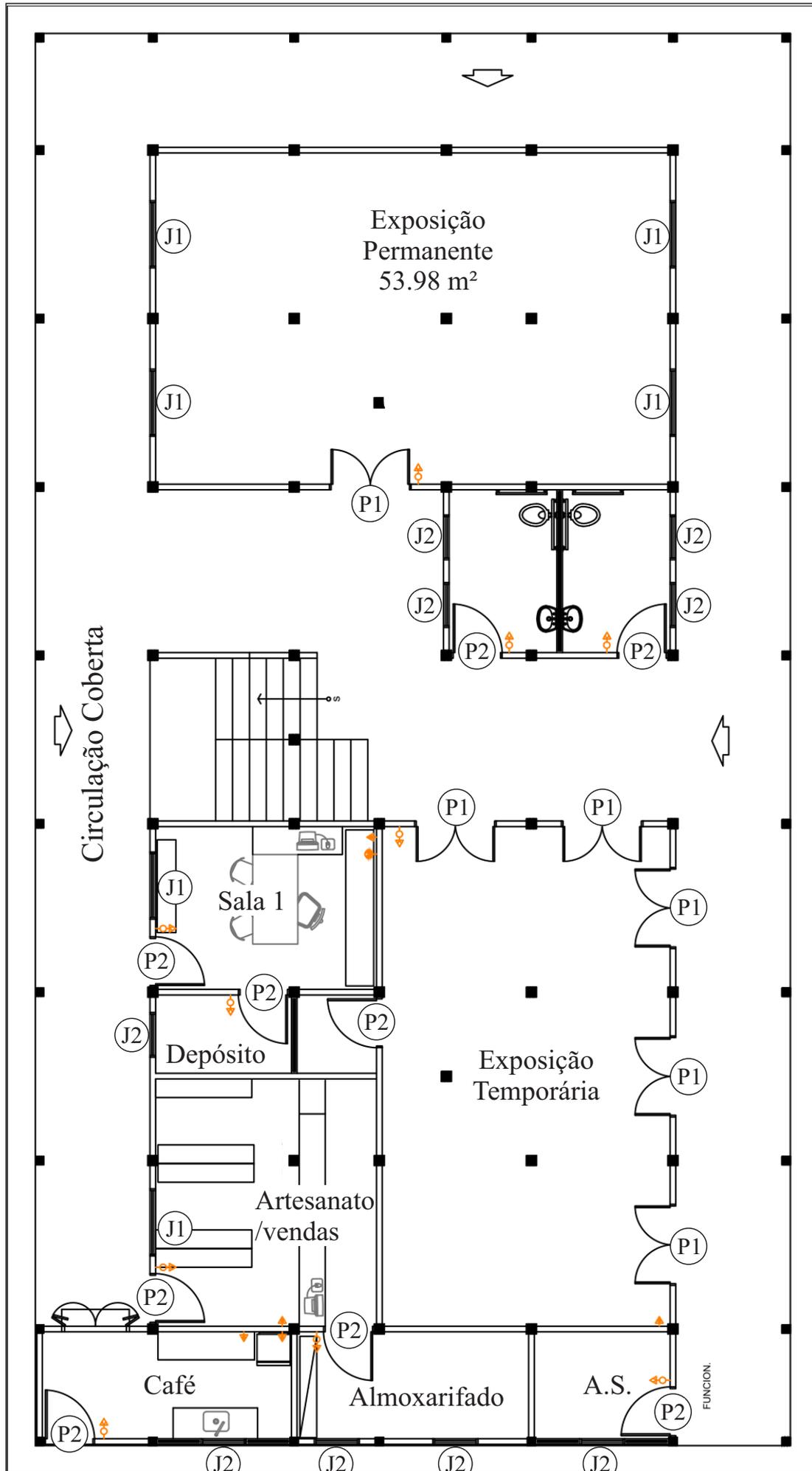


Fonte: IPHAN, 2010.

Figura 49 – Pavimento superior



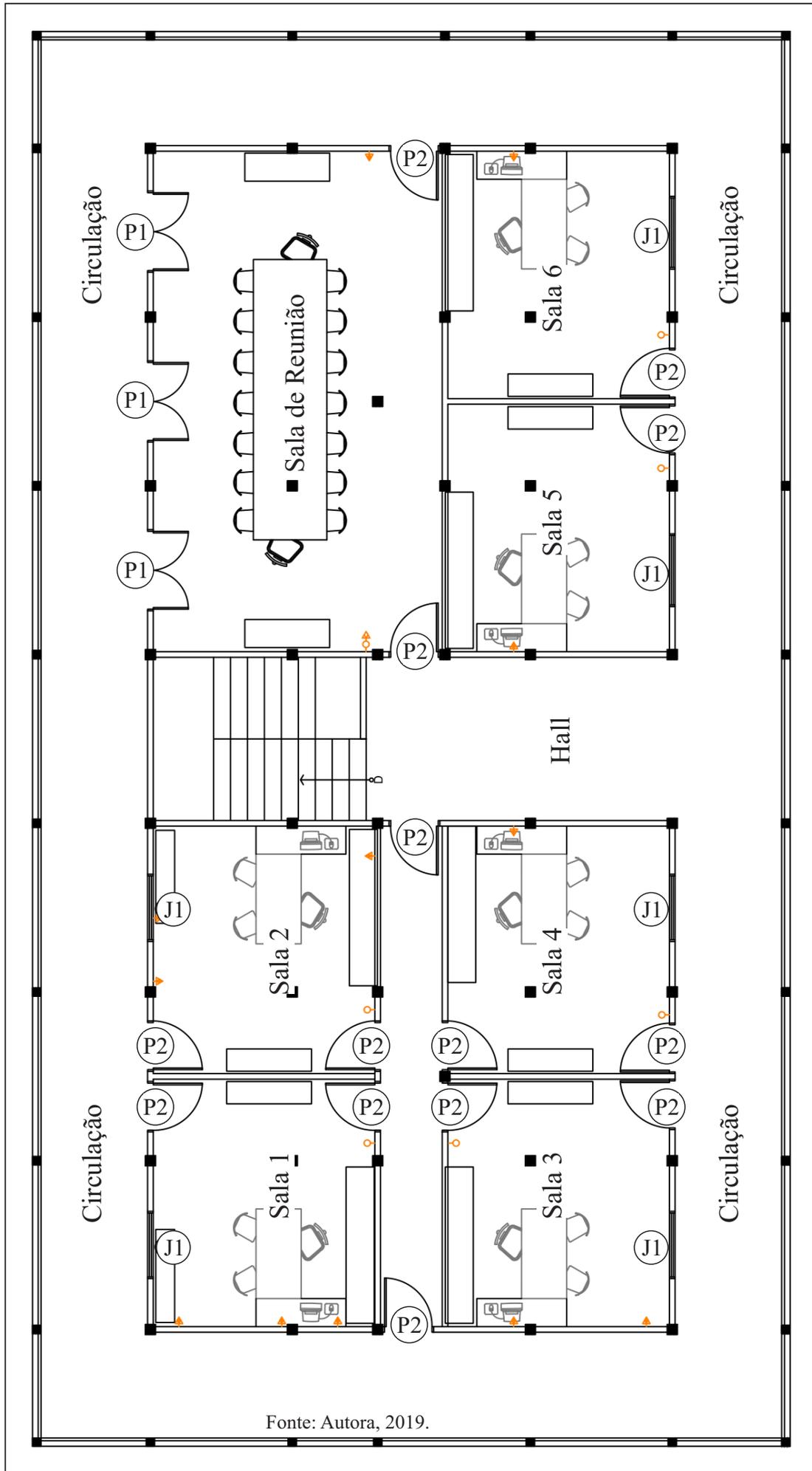
Fonte: IPHAN, 2010.



LAY OUT - TÉRREO - PROP.

0 1,5 m 3 m 6 m

- ⊙ J1 - 1,20 x 1,20m
- ⊙ J2 - 0,80 x 0,60m
- ⊙ P1 - 1,45 x 2,10m
- ⊙ P2 - 0,90 x 2,10m



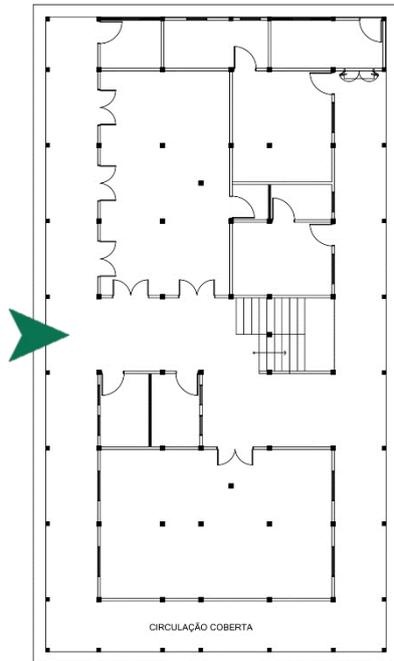
Fonte: Autora, 2019.

LAY OUT - SUPERIOR - PROP.

- ⊙ P1 - 1,20 x 1,20m
- ⊙ P2 - 1,45 x 2,10m
- ⊙ J1 - 0,80 x 0,60m
- ⊙ J2 - 0,90 x 2,10m

4.3 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

A Assembleia atualmente encontra-se em situação de abandono, após o incêndio uma parte dela foi destruída, e boa parte das peças adicionadas na intervenção de 2010, foram furtadas ou degradadas com o tempo.

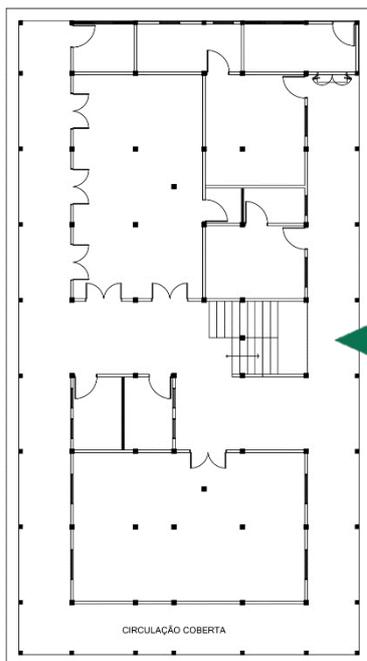


Planta Térreo

Figura 52 - Fachada Oeste



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

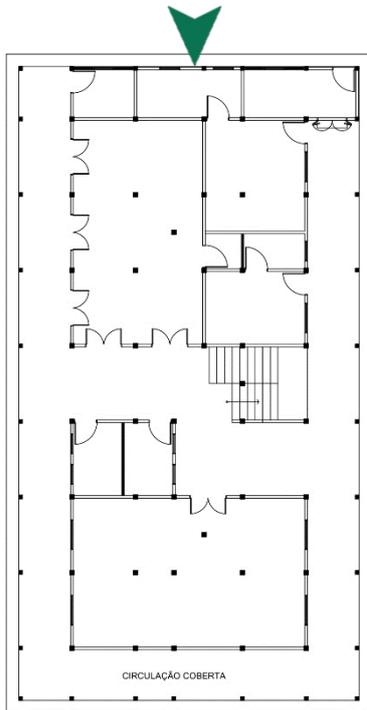


Planta Térreo

Figura 53 – Fachada Leste



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

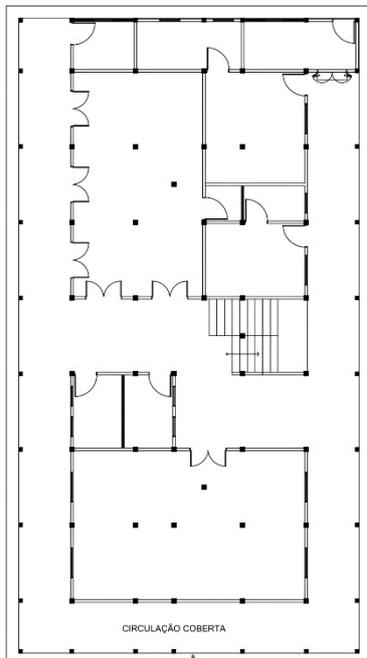


Planta Térreo

Figura 54 – Fachada Norte



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

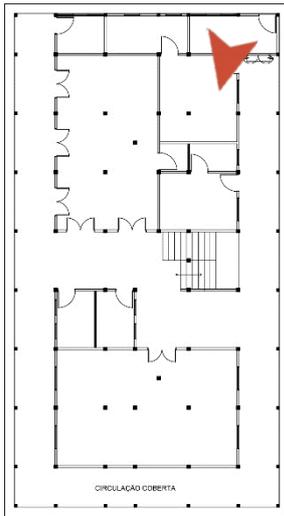


Planta Térreo

Figura 55 – Fachada Sul



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

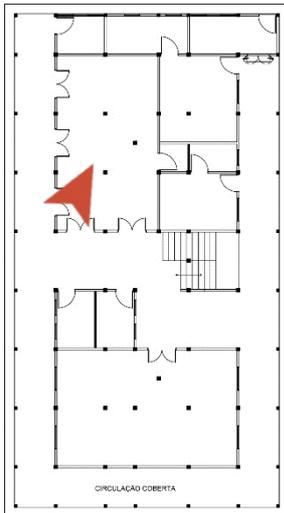


Planta Térreo

Figura 56 – Vista interna



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

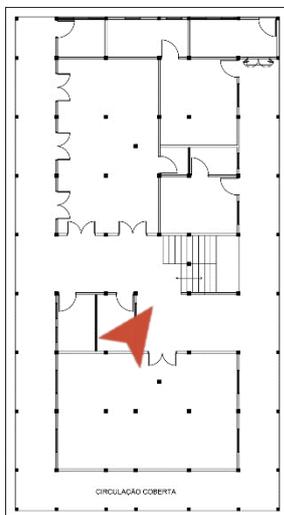


Planta Térreo

Figura 57 – Revestimento cerâmico



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

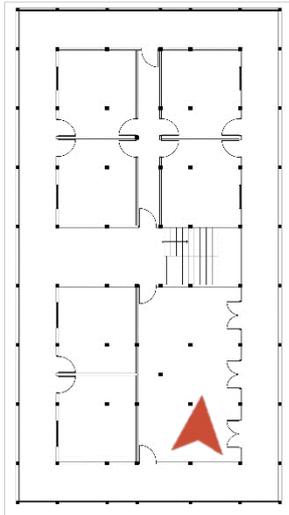


Planta Térreo

Figura 58 - Detalhe escada



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

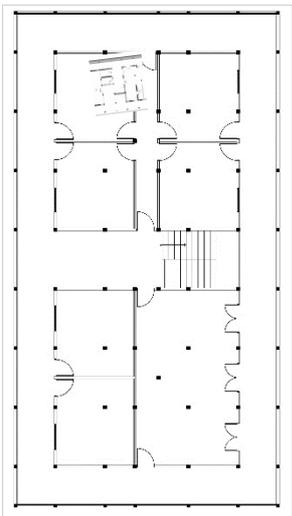


Planta Pavimento Superior

Figura 59 – Vista piso superior



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

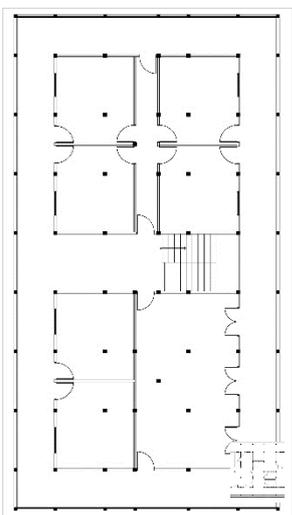


Planta Pavimento Superior

Figura 60 – Detalhe inexistência das divisórias



Fonte: Augusto Mitt, 2019.



Planta Pavimento Superior

Figura 61 – Vista circulação superior



Fonte: Augusto Mitt, 2019.

4.3.1 Análise física da condição atual

A estrutura da Assembleia – autônoma de madeira - se mantém estável, mesmo após 30 anos à mercê de interpéries, queimadas e vandalismo. Alguns pilares possuem ação degradada pelos cupins, e um pilar que foi totalmente destruído pelo incêndio. Nos guarda-corpos boa parte já está destruída e a outra encontra-se degradada pela umidade e fogo.

No piso térreo ainda há alguns divisórias, de madeira, e paredes de tijolo cerâmico, no piso superior há apenas uma parede divisória, as outras peças foram furtadas ao longo do tempo.

Figura 62 – Pilar destruído pelo incêndio



Fonte: Autora, 2019.

Figura 63 – Piso degradado pelo fogo



Fonte: Autora, 2019.

Figura 65 – Vedação com parede de tijolo cerâmico



Fonte: Autora, 2019.

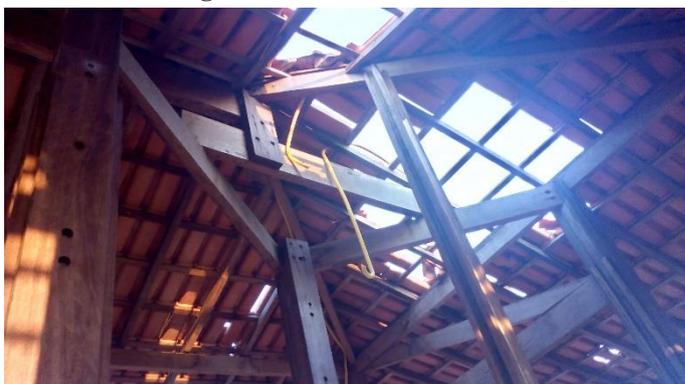
Figura 64 – Vedações externas, fachada oeste



Fonte: Autora, 2019.

A estrutura de madeira da cobertura, encontra-se em bom estado, exceto algumas áreas que estão comprometidos pelo ataque de cupins. Suas telhas, possivelmente, da ultima restauração, estão ausentes em boa parte da edificação, e as que sobraram estão sujas. O sistema de escoamento de águas pluviais do prédio é inexistente. Inexistência de forro.

Figura 66 - Telhado danificado



Fonte: Autora, 2019.

Figura 68 – Piso superior danificado



Fonte: Autora, 2019.

Figura 67 – Ausência de telhas



Fonte: Autora, 2019.

As esquadrias foram todas furtadas ou degradadas pelo tempo. Há ausência do corrimão na escada e boa parte dos guarda-corpos estão ausentes ou danificados. As peças sanitárias foram furtadas. Instalação elétrica danificada e luzes quebradas. Algumas peças de madeira sofreram ataque de insetos xilófagos.

Figura 69 – Pilar com ataque de insetos xilófagos



Fonte: Autora, 2019.

Figura 70 – Ataque de agentes xilófagos



Fonte: Autora, 2019.

O piso do pavimento térreo, apresenta piso cimentado e cerâmico. A elevada sujidade evidencia a presença de vandalos, e ações das ventanias. O piso superior está quase completamente em bom estado, exceto em alguns locais onde teve ação degradante causado pelo incêndio. O piso é de peças de madeira corridas. Na área externa, há uma pavimentação circundando o prédio feito de concreto, degradadas pela vegetação arbustiva.

Figura 71 – Presença de vegetação arbustiva ao redor de toda a edificação



Fonte: Autora, 2019.

Figura 72 – Ausência de corrimão

Fonte: Autora, 2019.

Figura 73 – Ausência de peças sanitárias

Fonte: Augusto Mitt, 2019.

Figura 74 – Iluminação danificada

Fonte: Augusto Mitt, 2019.

O antigo anexo foi demolido, restando apenas seu contrapiso, que encontra-se danificado com existência de vegetação entre suas fissuras. A guarita encontra-se em estado de abandono, sem cobertura e estrutura do telhado, as paredes danificadas pelo tempo, e esquadrias furtadas ou quebradas.

Figura 75 – Antigo anexo demolido

Fonte: Autora, 2019.

Figura 76 - Guarita

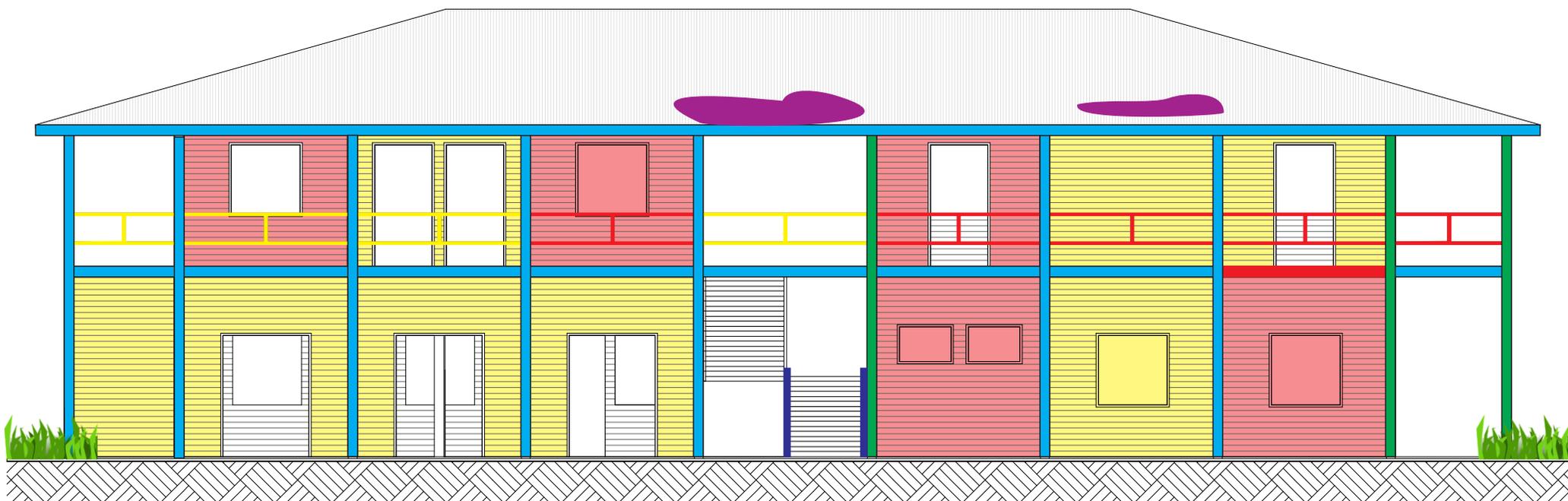
Fonte: Autora, 2019.

4.3.2 Mapas de Danos

Para elaboração de um projeto de restauração para um edifício de valor cultural, é necessário que se investigue todas as danificações que o edifício apresenta, relacionando-os aos seus agentes e causas, para que a melhor solução seja proposta para recuperação do bem.

Considerando todos os danos e tipos de lesões e perdas de materiais e estruturais (fissuras, deformações, degradações por umidade e ataque de xilófagos, corrosão, abatimentos).

No presente trabalho foram produzidos mapas de danos para todas as fachadas da Assembleia Legislativa, após um levantamento das patologias da edificação, procedendo às análises do estado de conservação, considerando as informações obtidas na análise fotográfica e levantamento físico. Avaliando o estado de conservação dos materiais e da conservação do sistema estrutural, identificando os agentes degradadores, sugerindo intervenções para cada dano apresentado pelo edifício.



Fachada Oeste
Escala: 1:100

Legenda de Danos



Ausência da peça



Madeira degradada



Ausência de telhas



Ausência de corrimão



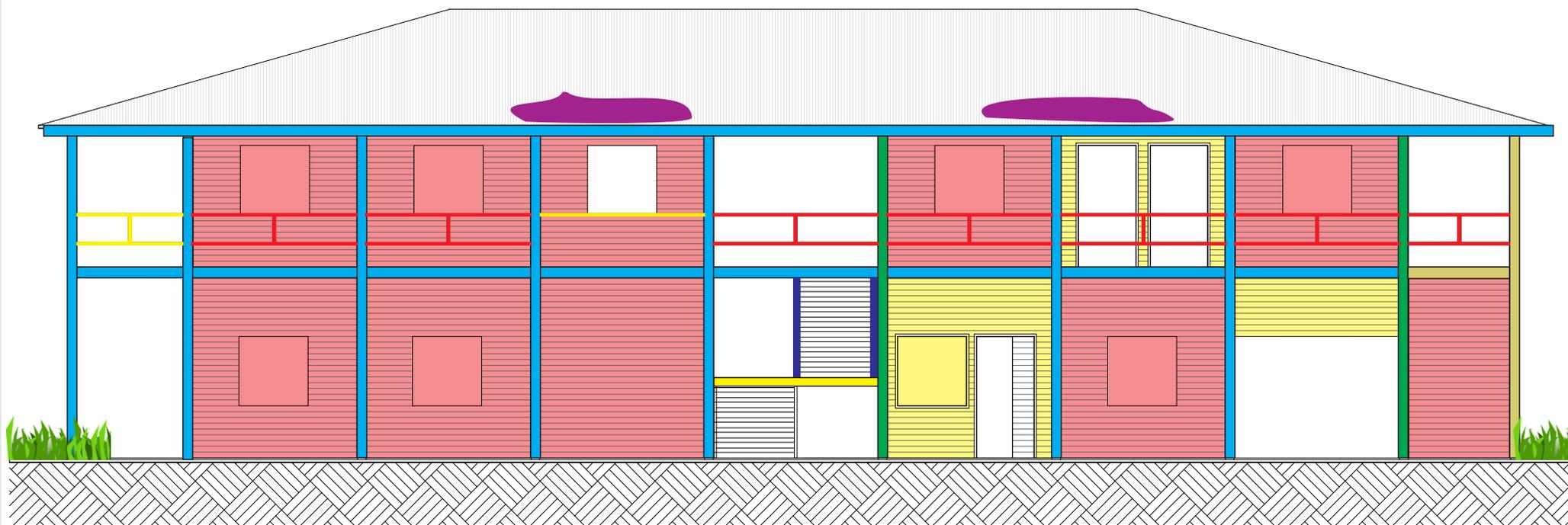
Ataque de xilófagos



Manchas de umidade/mofo



Presença de vegetação



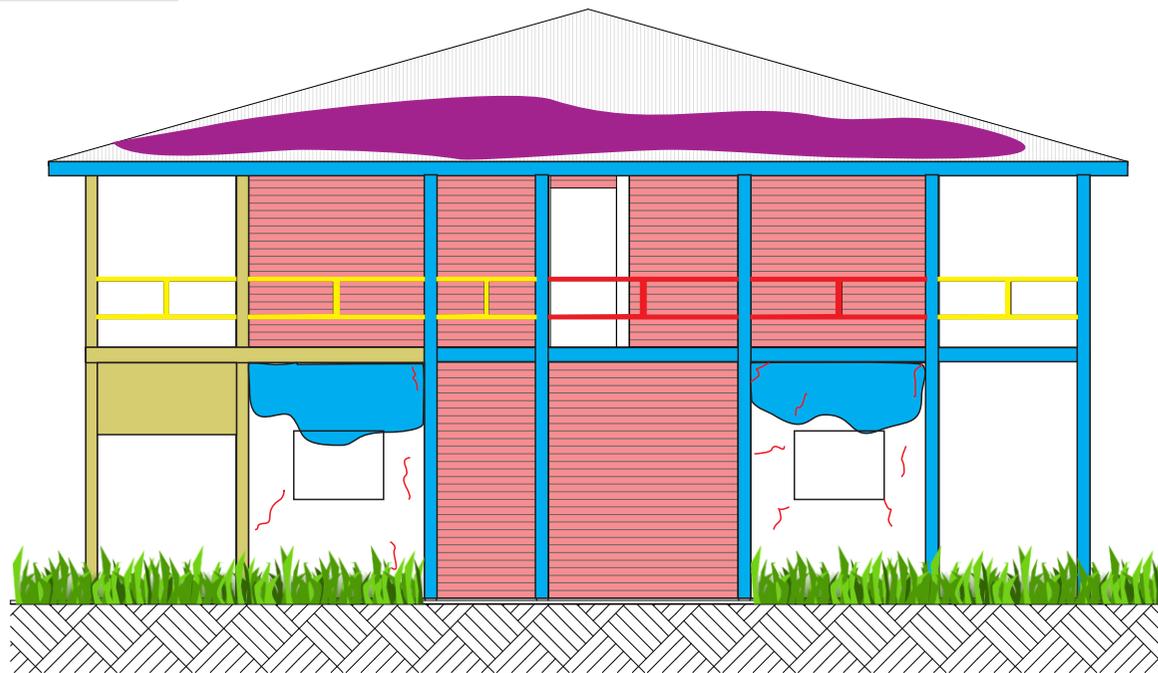
Fachada Leste
Escala: 1:100

Legenda de Danos

- Ausência da peça
- Madeira degradada

- Ausência de telhas
- Ausência de corrimão
- Ataque de xilófagos

- Manchas de umidade/mofo
- Degradação pelo fogo
- Presença de vegetação



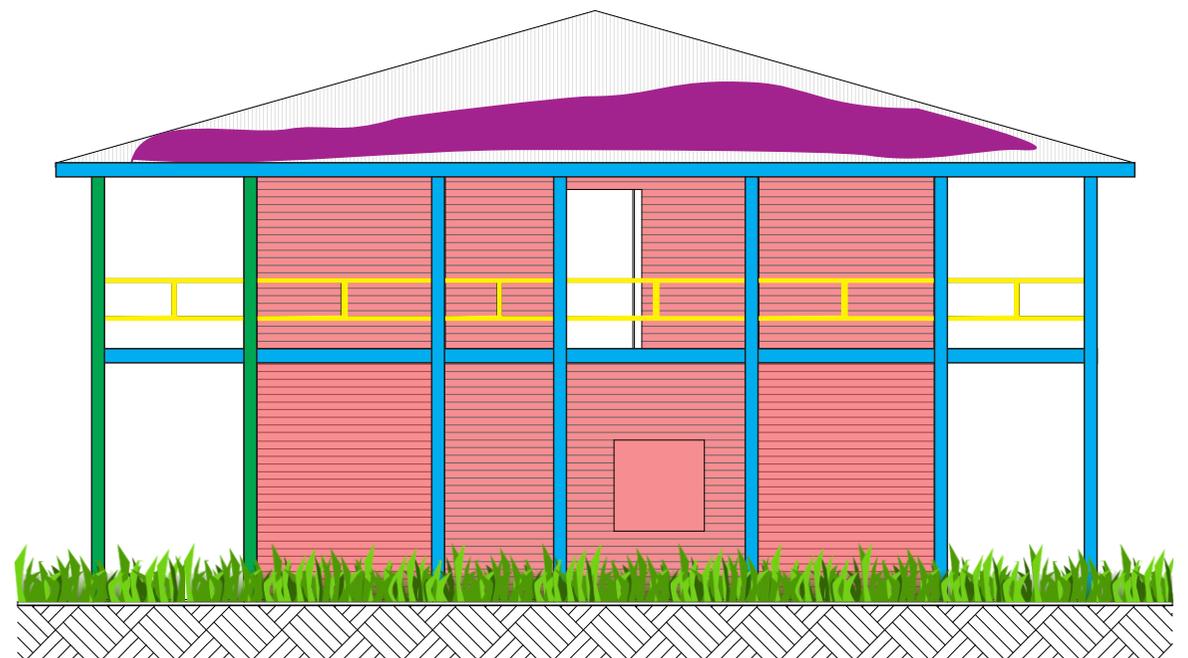
Fachada Norte
Escala: 1:100

Legenda de Danos

- Ausência da peça
- Madeira degradada
- Ausência de telhas
- Manchas de umidade/mofo
- Degradação pelo fogo
- Fissuras superficiais
- Presença de vegetação

Legenda de Danos

- Ausência da peça
- Madeira degradada
- Ausência de telhas
- Manchas de umidade/mofo
- Ataque de Xilófagos
- Presença de vegetação



Fachada Sul
Escala: 1:100

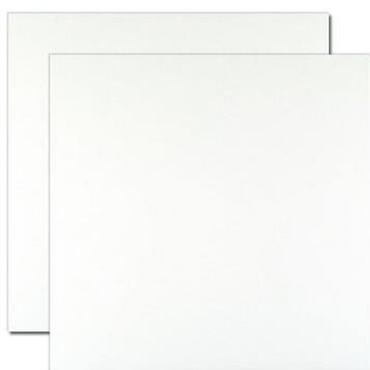
4.3.3 Ações de Restauro

A restauração das fachadas prevê a reconstrução das vedações que foram danificadas, ou furtadas, usando como modelo as peças que se encontram íntegras. Nas paredes de bloco cerâmico apresentam danos causados por umidade, como manchas e fissuras. Essas danificações se devem, provavelmente, a infiltrações e vazamentos na descida de água pluvial, sendo necessária investigações mais aprofundadas por profissionais especializados para indicar a melhor forma para solucioná-los.

As parede de tijolos cerâmicos, serão substituídas por parede de tijolinho de barro, com a devida impermeabilização para evitar a danos causados por umidade. Este tratamento será aplicado nas paredes internas e externas do edifício que apresentam manchas e danos. Nas áreas molhadas as paredes receberão o tratamento devido para evitar problemas com o uso frequente de água.

Deverá ser feita a investigação das fissuras presentes do edifício e na estrutura para a certificação de que não comprometerão sua estabilidade, e posteriormente seu tratamento. Nas vedações de madeira, será aplicado Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural, não alterando a cor natural da madeira e protegendo de interpéries.

Figura 77 – Porcelanato simplesmente branco 60x60 cm



Fonte:
<https://www.portobello.com.br/produtos/bauhaus/simplesmente-branco-60X60-nat>

Figura 78 – Tinta Suvinil Proteção Total Fosco



Fonte:
<https://www.suvinil.com.br/produtos/suvinil-protecao-total>

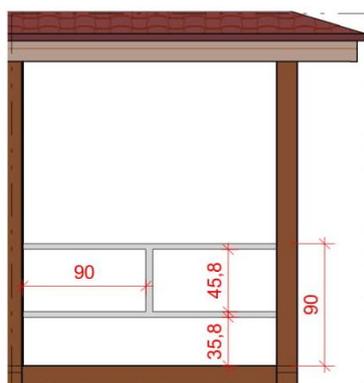
Figura 79 – Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural



Fonte:
<https://www.suvinil.com.br/produtos/suvinil-verniz-madeira-protegida>

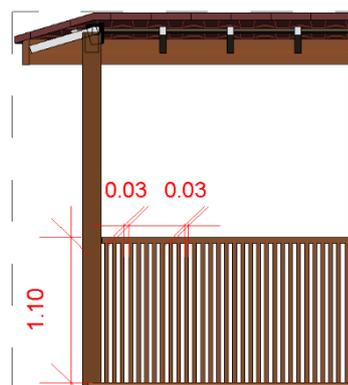
Nas varandas, o edifício apresenta danos nos guarda-corpos causados por umidade e incêndio, além de não atenderem norma da ABNT 14718 Guarda-corpos – edificações, essas peças serão trocadas por peças em forma de gadril vertical de madeira, com altura de 1100 mm e espaçamentos entre as barras de 110 mm. Além do corrimão da escada que será instalado seguindo a norma.

Figura 80 – Guarda-corpo atual da Assembleia



Fonte: Autora, 2019.

Figura 81 – Guarda-corpo da proposta



Fonte: Autora, 2019.

A escada de madeira encontra-se em boa condição física, com as peças de madeira em bom estado. Diante disso, primeiramente será iniciado um processo de limpeza para averiguar a condição das peças, fazendo substituição de peças danificadas, se necessário. O corrimão da escada, atualmente inexistente, será instalado seguindo a norma, com peças em gradil vertical. Será aplicado Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural no piso e no corrimão, após um tratamento contra cupins.

Todas as esquadrias foram removidas, com isso sugere-se a adoção de janelas do tipo *maxim-ar* em madeira com vidro temperado, das mesmas dimensões das esquadrias pré-existent nas áreas molhadas, as demais janelas continuarão com as mesmas dimensões e usando janelas do tipo vaneziana de madeira com duas folhas de vidro, todas as janelas receberão Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural, os batentes de madeira serão pintados em Tinta Acrílica Suvinil Fosca, em cor branca.

As portas também foram todas removidas, considerando isso, sugere-se a adoção de portas usando como modelo as portas utilizadas na última reforma, com a mesma madeira e estilo. Algumas portas se diferenciam pelo tamanho, mas seguirão o mesmo modelo, todas receberão verniz marítimo, e os batentes em pintura branca. Na entrada principal será instalada uma porta de vidro temperado com duas folhas de correr.

O piso do pavimento térreo encontra-se danificado com fissuras, manchas e bastante sujo, o que torna inviável o seu aproveitamento. Propõe-se a substituição por porcelanto Portobello linha Essencial na cor Cimento Cinza, de dimensões 60x60cm, evidenciando a distinguidade das intervenções atuais.

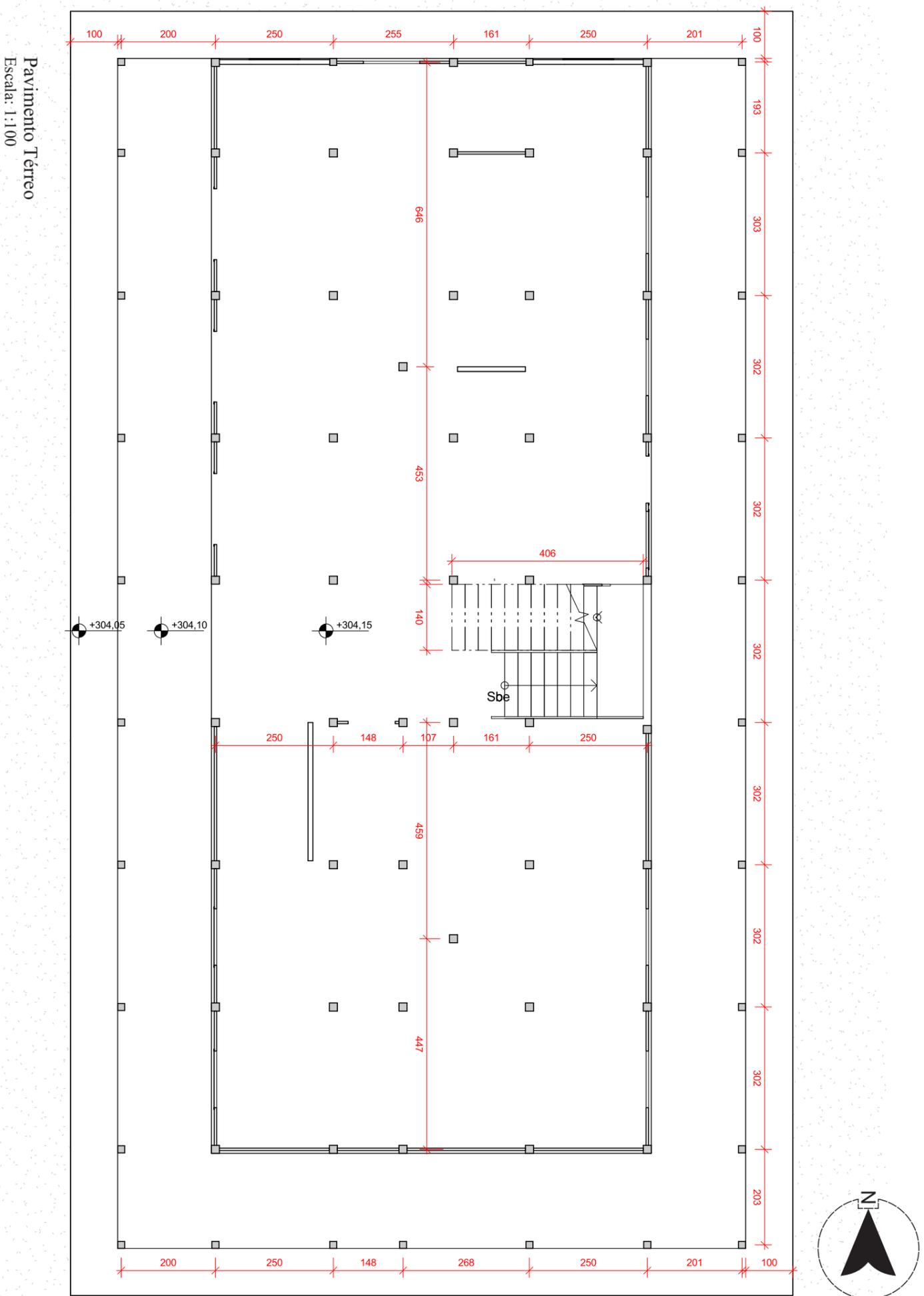
No pavimento superior sugere-se manter o piso tabuas corridas, substituindo algumas peças danificadas pelo incêndio ou quebradas, o piso receberá o Verniz Suvinil Marítimo Fosco Natural, os pilares também receberão esse verniz, após o tratamento contra cupins. Nos banheiros e áreas molhadas, sugere-se a utilização do porcelanto Portobello linha Essencial na cor Cimento Cinza, de dimensões 60x60cm. No piso externo manterá o piso cimentado, sugere-se apenas uma limpeza e retirada da vegetação existente.

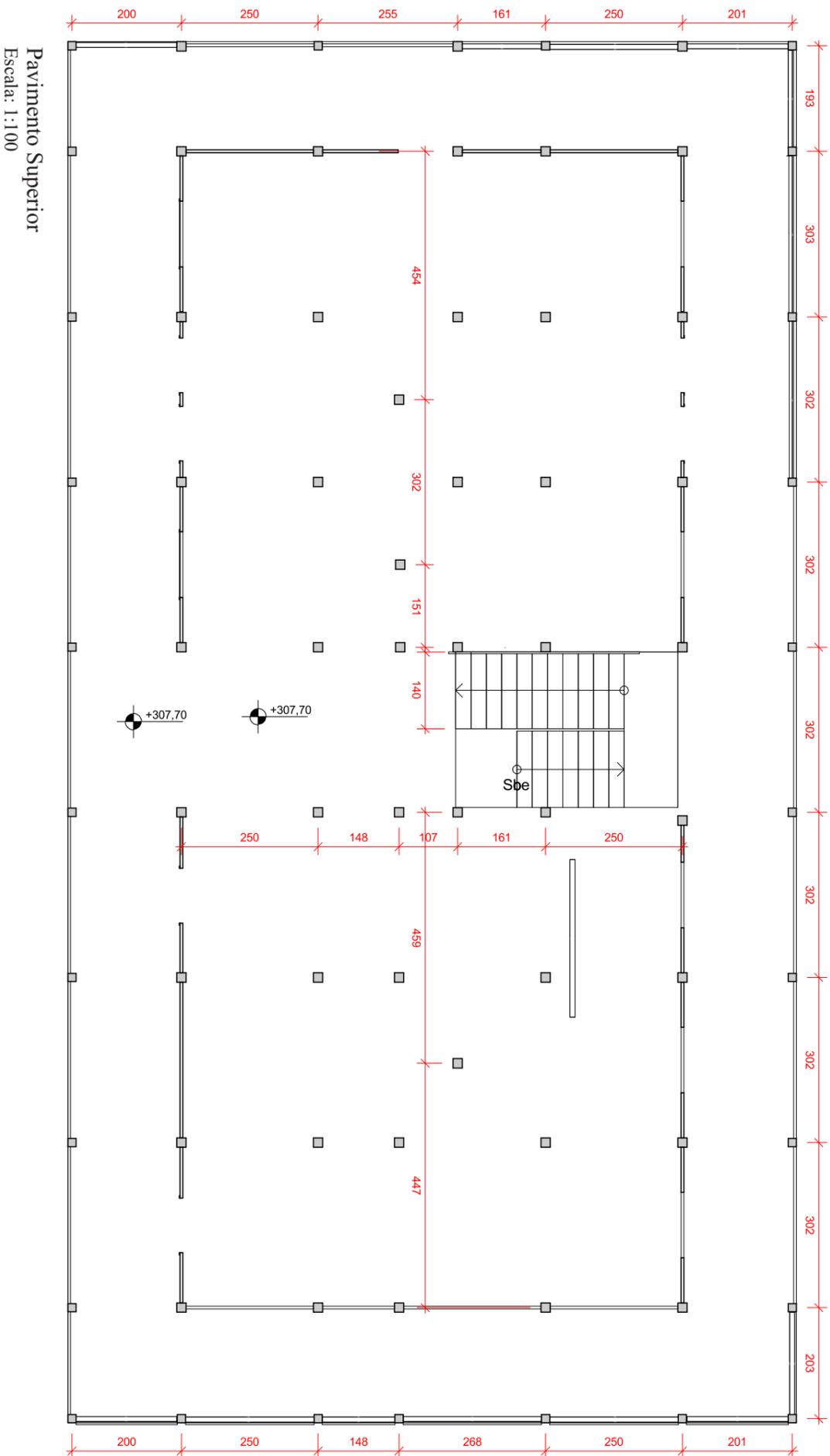
Na cobertura será feito uma limpeza das telhas existentes, substituindo peças quebradas por telhas semelhantes mantendo sua inclinação, e adicionando as telhas faltantes. A estrutura do telhado será analisado e observado se é necessário um reforçamento da estrutura, os elementos íntegros serão restaurados, após receberem um tratamento contra cupins e serão impermeabilizados com aplicação de verniz. Com a ausência do forro original sugere-se a instalação de forro em ripas de madeira no pavimento térreo com a mesma madeira do piso superior, com aplicação de verniz. No pavimento superior o forro seguirá a inclinação do telhado, reduzindo a possível queda de detritos ou sujeiras provenientes da cobertura, além de aumentar o pé direito no pavimento.

As intalações elétricas devem ser substituídas por instalação novas, adequadas ao novo uso e funcionamento do edifício, com instalação para ar condicionado nos dois pavimentos, do tipo de sistema de ar condicionado central, com apenas seis condesadoras externas. As instalações hidráulicas serão adicionadas em todos os banheiros e áreas molhadas, analisando possíveis problemas de instalação e fazendo a substituindo se necessário, instalando as peças dos sanitários e das cozinhas.

O abastecimento de água era feito por meio de poço artesiano, bomba elétrica submersa e reservatório metálico elevado. O tratamento dos dejetos eram feitos por sistema de fossa sépticas (duas) e sumidouros (quatro). Atualmente, o reservatório metálico elevado não encontra-se na área.

4.4.1 Plantas baixas

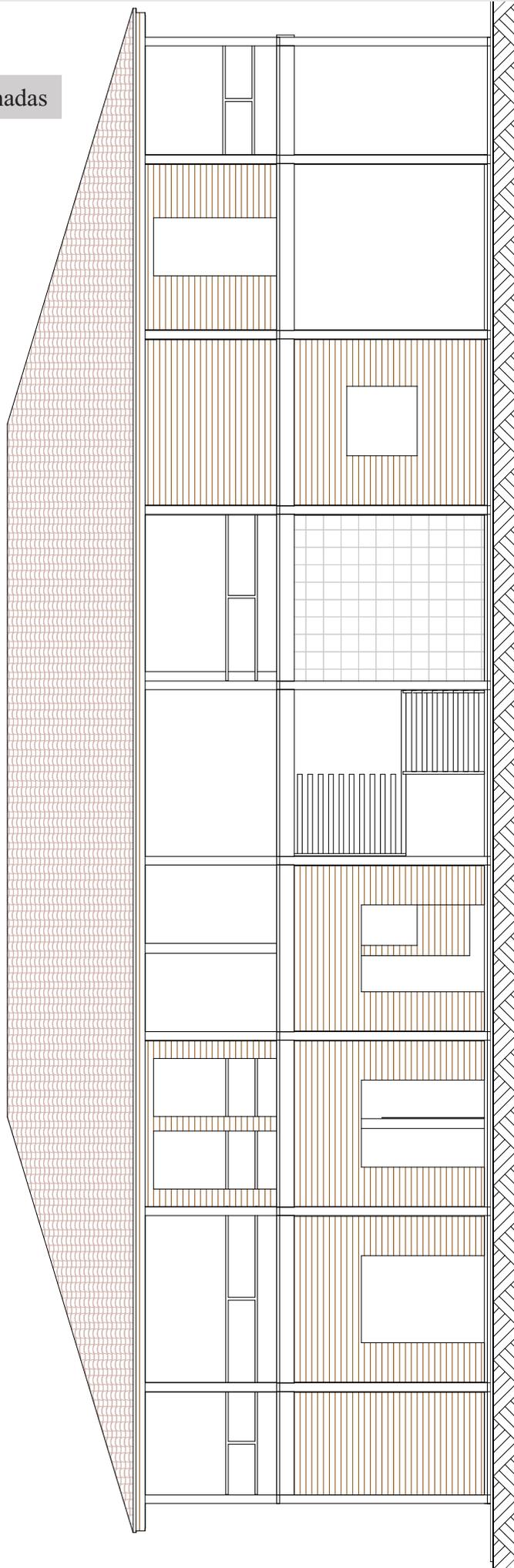




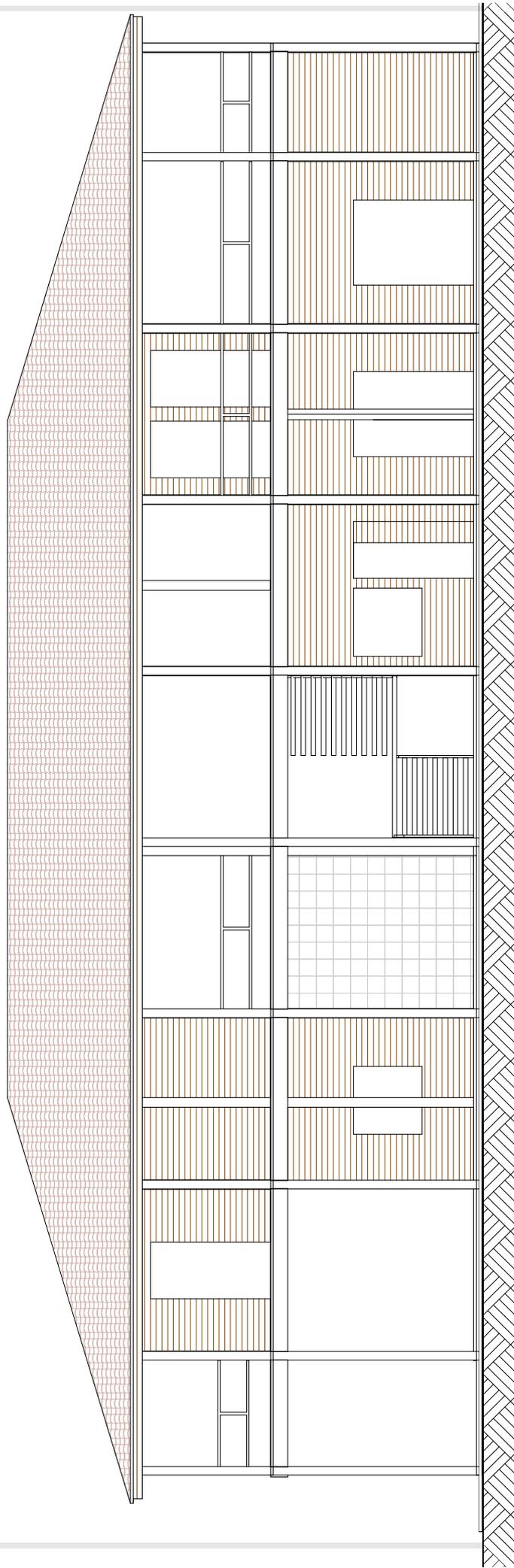
Pavimento Superior
Escala: 1:100



4.4.2 Fachadas

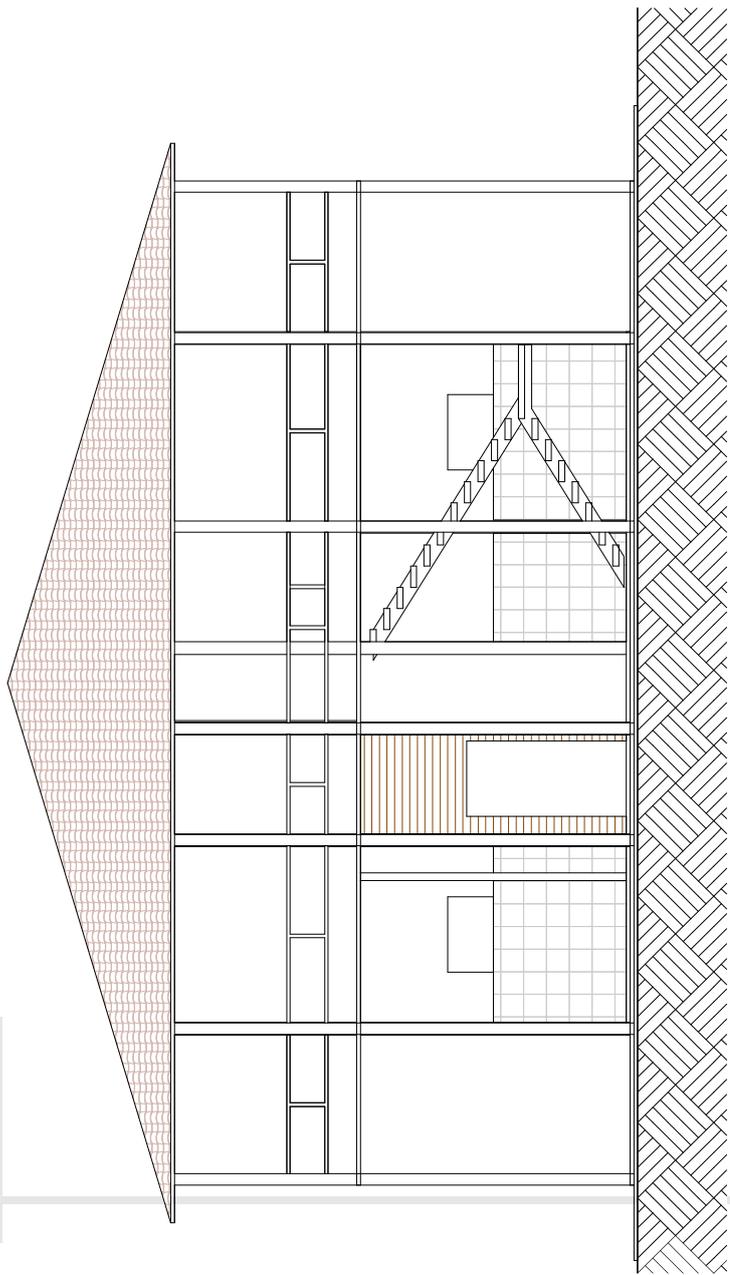


FACHADA OESTE
ESCALA: 1 : 100

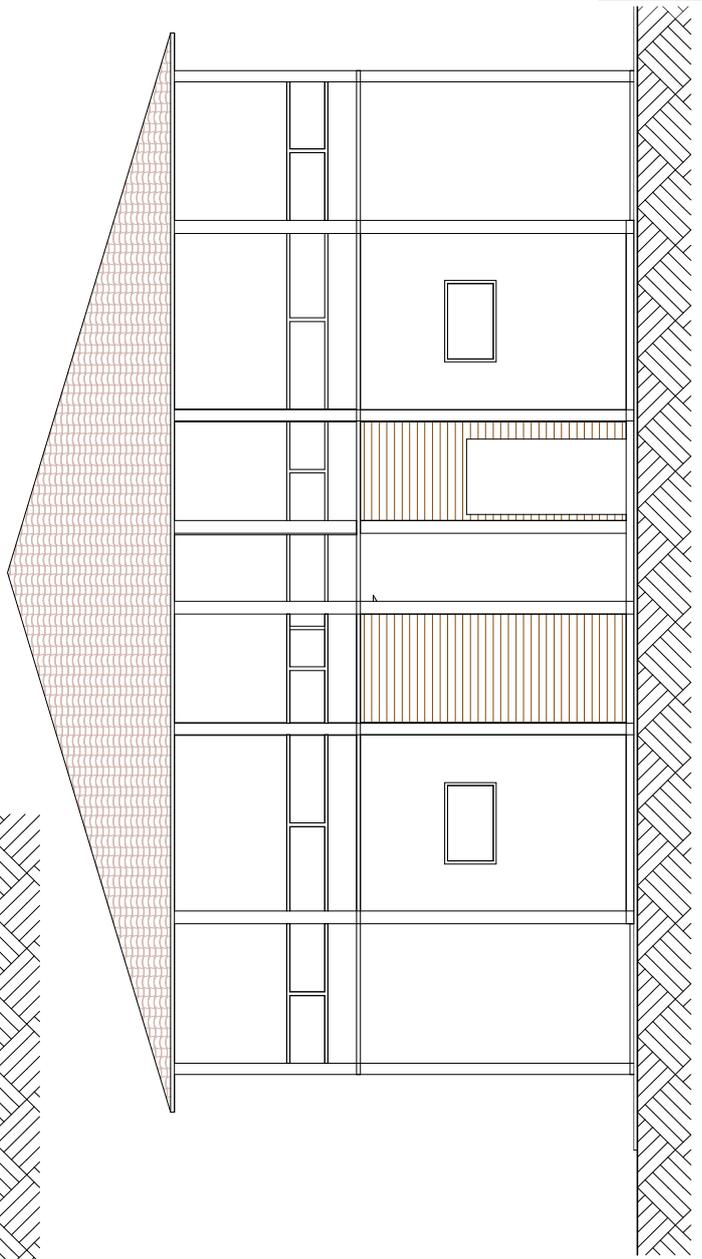


FACHADA LESTE

ESCALA: 1 : 100



FACHADA SUL
ESCALA: 1 : 100



FACHADA NORTE
ESCALA: 1 : 100

5 ASPECTOS RELATIVOS AO PROJETO

Este capítulo aborda os aspectos relativos ao projeto arquitetônico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, restaurando a antiga Sede da Assembleia Legislativa de Palmas e lhe atribuindo um novo uso de caráter institucional, o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins (CAU-TO). Considerando todo o apanhado teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, para elaboração da proposta, buscando apresentar um edifício de alto desempenho ambiental, grande flexibilidade interna, espaços conectados e permeabilidade, propondo uma edificação eficiente, confortável e agradável aos usuários fazendo uso da madeira como material construtivo. Além do edifício selecionado, o projeto se estenderá à área verde, que circunda todo o edifício, integrando a edificação ao paisagismo.

5.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O projeto com intuito de proporcionar ambientes agradáveis e interação com a paisagem do entorno, faz uso de áreas abertas, permeáveis, com varandas e sacadas, proporcionando comunicação entre as áreas abertas e fechadas, espaços sombreados proporcionados pelas áreas verdes que integra o projeto arquitetônico e a proposta paisagística. Diante disso, elaborou-se a proposta de programa, tendo como principal referência o programa de necessidades disponibilizado pelo concurso do CAU-TO, realizado no ano de 2018 em Palmas. As áreas são distribuídas em dois pavimentos, com distinção das áreas públicas, semipúblicas e privadas.

A distribuição dos ambientes depende diretamente da modulação estrutural do edifício, evitando a construção de um anexo. No interior a criação da permeabilidade visual e de ventilação, possibilitam a criação de um projeto de modulação flexível e integração entre os ambientes sem criar barreiras físicas, desenvolvendo ambientes apropriados para as atividades que o programa solicita. Desta maneira, considerou como ponto de partida o uso da madeira, implicando na conservação do edifício de patrimônio cultural. Elaborou-se a seguinte proposta de programa, conforme tabela a seguir:

Quadro 2 -Programa de Necessidades

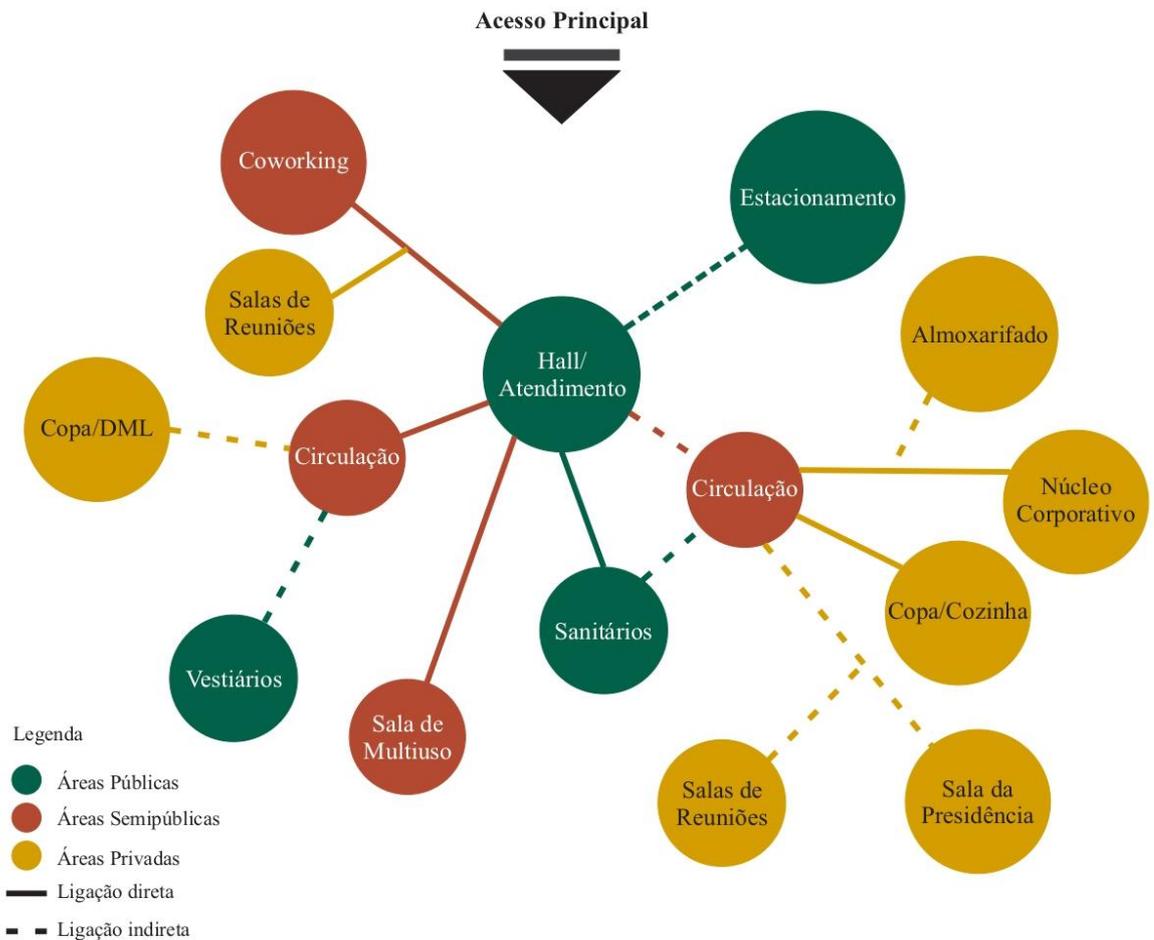
AMBIENTE	OBJETIVO	QUANTIDADE	ÁREA
Recepção/ atendimento	Atendimento do público em geral profissionais e visitantes.	1	46 m ²
Estacionamento	Área para estacionamento dos veículos, com 37 vagas para estacionamento, sendo 3 vagas PNE e 2 para Idoso.	1	970 m ²
Espaço Multiuso	Espaço flexível destinado às reuniões plenárias, reunião comissões, eventos, treinamentos, cursos e palestras para um público médio de 60 pessoas.	1	40 m ²
Coworking	Ambiente de trabalho reservado aos profissionais, em especial aos recém-formados, para que possam desenvolver atividades de trabalho de modo interativo com colegas e clientes.	1	52 m ²
Sala de Reunião	Salas reservadas para reuniões, localizadas no pavimento térreo.	1	15 m ²
Copa/cozinha	Espaço destinado ao manuseio de alimentos, e que servirá de apoio aos eventos.	1	11 m ²
DML	Espaço para limpeza de utensílios da cozinha.	1	5 m ²
Arquivo	Espaço destinado para locação de armários ou prateleiras que acomodarão materiais de papelaria e expediente, documentos e processos arquivados	1	7 m ²
Sanitários	Os sanitários devem atender a demanda de uso e atender rigorosamente às normas de acessibilidade, ventilação e iluminação natural;	4	6,95 m ²
Sanitário PCD	Espaço reservado aos usuários portadores de deficiência.	2	7 m ²
Núcleo Corporativo	Espaço destinado para o corpo administrativo de funcionários em um pavimento livre compartilhado, com interatividade entre os funcionários.	1	31 m ²
Salas de Reunião	Salas destinadas para reuniões de comissões e esporadicamente pelos funcionários em algum atendimento reservado ao público externo, localizadas no segundo pavimento.	2	11 m ²
Gabinete da presidência	Sala destinada para uso da presidência, localizada no segundo pavimento, interligada ao Núcleo Corporativo.	1	30 m ²
Sanitário presidência	Sanitário para atender ao presidente.	1	4 m ²
Área Técnica	Área reservada para abrigo do reservatório de água, além das condensadoras de ar condicionado e inversores de energia solar.	1	21 m ²

Fonte: Autora, 2019.

O acesso principal ocorre pela fachada oeste que direciona os usuários para o a recepção e os ambientes de uso comum (sala de multiuso, *Coworking*, sala de reunião, sanitários femininos e masculinos, sanitário PCD unissex, arquivo e copa) e também escada que leva ao segundo pavimento com os ambientes de uso privado (sala da presidência, núcleo corporativo e salas de reunião). As sacadas e varandas fazem ligação com as áreas verdes do entorno.

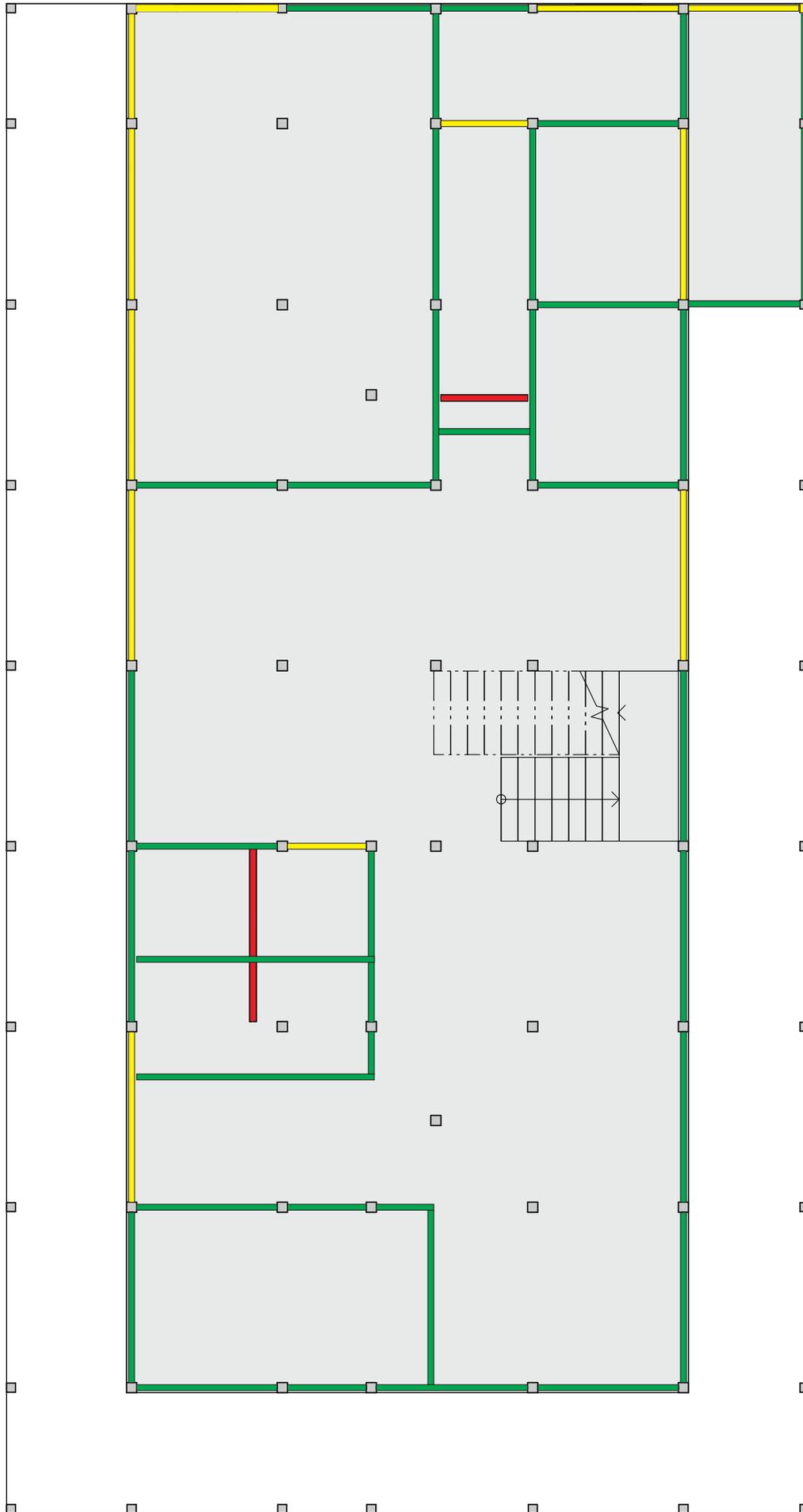
O estacionamento localizado no lado leste do edifício é composto por uma cobertura de placas fotovoltaicas que além de sombrearem o estacionamento, também abastece todo o uso do edifício, a pavimentação é de piso de concreto, já existente no local. Para melhor compreensão do programa, foi desenvolvido um fluxograma, que irá auxiliar no zoneamento e organização do espaço dentro do edifício.

Figura 87 - Fluxograma



Fonte: Autor, 2019.

Figura 88 - Planta demolir/reconstruir/construir pavimento térreo



Legenda

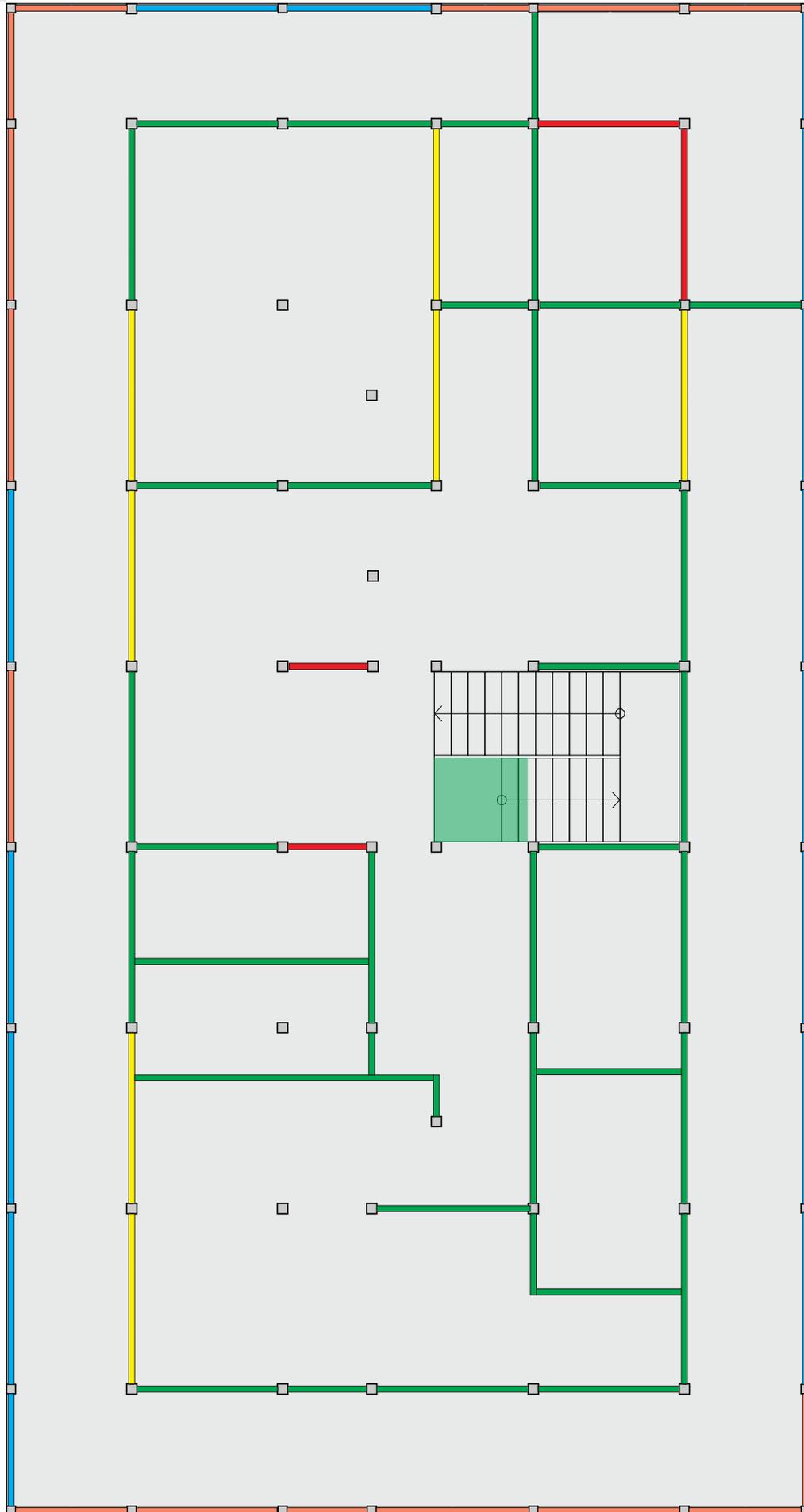
Parede

- Demolir
- Refazer
- Construir

Piso

- Refazer piso

Fonte: Autora, 2019.



Legenda

Guarda-corpo

- Construir
- Refazer

Parede

- Demolir
- Refazer
- Construir

Piso

- Construir piso
- Refazer piso

Fonte: Autora, 2019.

5.2 PROPOSTA GERAL DE INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO

A antiga Sede da Assembleia Legislativa de Palmas, como já foi exposto, é uma importante edificação do final do século XIX, marcado pela construção da capital do Tocantins, Palmas, desta forma, é testemunho vivo da história da cidade. Apesar de sua importância, atualmente, encontra-se danificado e abandonado. Diante disso, o presente trabalho busca impedir uma degradação mais grave do bem e sua eventual perda, propondo um projeto de restauração do edifício. A conservação da madeira do edifício, se esclarece devido a qualidade que a madeira trará ao projeto, por tratar-se de um material natural, reflexivo acusticamente e de baixa condutibilidade térmica, apresentando características favoráveis para o edifício.

Sendo uma das primeiras edificações da cidade (provisória), com estrutura de madeira, apresenta grande potencial para manter a história viva, potencializando a dinâmica urbana de seu entorno, proporcionando um novo uso e assim, novos fluxos para a região.

A proposta tem como base o designe Biofílico, o termo vem do grego *bios* (vida) e *philia* (amor), que significa “amor pela vida”. A biofilia é a necessidade que sentimos de estar em contato, interagir e nos relacionarmos com a natureza. Para isso, foi integrado o edifício a natureza, com uma conexão com a vegetação do entorno do edifício, fazendo uso da ventilação e iluminação natural, com grandes aberturas para o entorno do edifício, além do uso de materiais naturais, como a madeira e o barro.

O projeto a ser desenvolvido, com base em análises do entorno e das condições físicas do edifício e suas características, propõe um novo uso para a Assembleia. As intervenções se apoiam na teoria contemporânea de restauro crítico, seguindo os princípios de Brandi, prevalecendo, quando necessário, a instância estética sobre a histórica nas intervenções de restauro. Fazendo o mínimo de intervenção e com distinguibilidade do restauro.

O novo programa sugere um novo uso com teor institucional. No ano de 2017, o edifício recebeu uma proposta de intervenção apresentada pelo CAU/TO (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ao Governo do Tocantins, que receberia a Sede do CAU-TO por meio de um Termo de Cessão de Uso, a proposta foi bem aceita pela Seden (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura), mas a intervenção não saiu do papel. Diante disso, foi motivação para a continuidade dessa ideia. A proposta é um incentivo para a recuperação e preservação do mesmo, no qual, seria de responsabilidade do CAU em manter e preservar o bem de patrimônio arquitetônico.

A partir das diretrizes e do programa percebeu-se a necessidade da implantação dos usos apenas no edifício, dispensando a ideia da criação de um anexo. A setorização do edifício oferece a possibilidade de manter a estrutura existente, mantendo uma permeabilidade entre os ambientes, usando de poucas divisórias, oferecendo espaços abertos e layout adaptável, em função de cada uso e interesse dos usuários. O edifício atualmente, encontra-se com poucas divisórias, que foram removidas com o tempo, não sendo necessárias grandes alterações na edificação.

A distribuição do programa na Assembleia foi pensada priorizando a mínima intervenção, removendo ou substituindo apenas elementos que encontram-se descaracterizados, realizando pequenas modificações para favorecer a circulação e o aproveitamento do espaço, com divisórias de madeira evitando um excesso de peso na estrutura do edifício.

O pavimento térreo, mesmo com diversas aberturas, terá uma entrada principal, localizada na fachada oeste, voltada para a Avenida NS-10, mantendo a circulação do projeto original. As demais portas servirão como saídas de emergência, fazendo com que mantenham a leitura do projeto original, mesmo não funcionando como passagem, na fachada leste terá uma entrada de acesso secundário, que liga o estacionamento ao interior do edifício, sem precisar percorrer a edificação até a entrada principal. Logo na entrada foi proposta uma área aberta para atendimento/recepção integrando com os demais ambientes, com uma sala de espera para receber os usuários, com sanitários acessíveis próximos a entrada, que servirá de apoio a visitantes como também aos profissionais, além de uma plataforma elevatória, localizada na entrada leste, para garantir o acesso ao segundo pavimento.

A sala multiuso recebeu uma proposta de layout flexível, que poderá remodelar de acordo com o uso da sala, com abertura próxima a entrada principal e aos sanitários. O espaço do arquiteto e urbanista (Coworking), pensado em um espaço aberto, integrando com as demais áreas, está localizada, também, uma sala de reunião. Ainda no térreo, terá uma copa e DML, que servirá de apoio para eventos.

No pavimento superior, que pode ser acessado pela escada existente de madeira, ou pela plataforma elevatória, estão localizados o Núcleo Corporativo, almoxarifado, Gabinete da presidência e salas de reunião, além de três sanitários, sendo um feminino, um masculino e um unissex adaptado para portadores de deficiência. A copa/cozinha localizada entre os ambientes

e aberta, é reservada para o atendimento dos funcionários. A sacada circunda todo o edifício, mantendo a permeabilidade e sombreamento.

No lado norte do edifício, subirá um volume acima da copa/cozinha do primeiro pavimento, que servirá como área técnica, para abrigar o reservatório de água, condensadores de ar condicionado e inversores de energia das placas solares, o acesso será feito pelo segundo pavimento na área externa pela sacada, o telhamento desse volume será de telha termoacústica com inclinação de 5% e estrutura metálica. Nesse volume, será feito um reforço estrutural, com pilares e vigas metálicas internas, que suportarão toda a carga do reservatório, não sobrecarregando a estrutura existente de madeira. As paredes serão de tijolinho com elementos vazados, que facilitarão a ventilação e iluminação natural.

As esquadrias serão de vidro, mantendo uma permeabilidade visual, na escada a parede voltada para leste será uma pele de vidro, mantendo a visibilidade para o entorno de edifício. O estacionamento foi pensado em aproveitar a área do antigo anexo que encontra-se demolido, aproveitando a área já impermeabilizada, contando com 41 vagas, sendo 2 PNE e 2 para idosos, a cobertura do estacionamento será de placas fotovoltaicas com inclinação voltada para oeste, as placas servirão de abastecimento para o edifício e seus usos propostos. A melhor orientação para os painéis solares é o norte, visto que, a incidência solar direta leva em consideração a superfície esférica do planeta. Por característica da região norte (sol passa perpendicular a superfície) é irrelevante a orientação dos painéis, ou seja, as perdas em relação leste, oeste e norte não trazem perdas significativas.

Para o dimensionamento do sistema fotovoltaico, foi feito um levantamento de carga para encontrar o consumo médio de energia elétrica.

Tabela 1 – Levantamento de carga

EQUIPAMENTO	QUANT.	POTÊNCIA UNITÁRIA	POTÊNCIA TOTAL (W)	HORAS DE UTILIZAÇÃO	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL (kW/h)
Geladeira	2	200	400	24	9600	230,4
Micro-ondas	2	1500	3000	0,4	1200	28,8
Liquidificador	2	300	600	0,4	240	5,76
Bebedouro	3	350	1050	6	6300	151,2
Tv	3	300	900	6	5400	129,6
Impressora	3	120	360	6	2160	51,84
Computador	46	200	9200	12	110400	2649,6
Projektor	4	215	860	6	5160	123,84

Iluminação	180	20	3600	8	28800	691,2
Nobreak	23	300	6900	8	55200	1324,8
AR 9000 btus	4	2636,1	10544,4	6,4	67484,16	1619,6198
AR 12000 btus	9	3514,8	31633,2	6,4	202452,48	4858,8595
AR 18000 btus	2	5272,2	10544,4	6,4	67484,16	1619,6198
AR 30000 btus	2	8787	17574	6,4	112473,6	2699,3664
TOTAL						16184,506

Fonte: Autora, 2019

No levantamento de carga foi estipulado um consumo mensal considerando o quantitativo de eletrodomésticos em cada ambiente. Esse consumo de 16184,506 kWh é a quantidade que será preciso gerar através dos módulos fotovoltaicos. Como resultado para gerarmos energia suficiente para esse consumo, foi dimensionado o sistema solar conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 – Dimensionamento de sistema fotovoltaico

DADOS		UNID.
IRRADIAÇÃO MÉDIA	5,56	W/m ²
DIAS DE GERAÇÃO	30	dias
CONSUMO MÉDIO	16184,51	KWh
POTÊNCIA DA PLACA SOLAR	390	W
POTÊNCIA INSTALADA	121,29	KWp
QUANTIDADE PLACAS	312	
ÁREA ÚTIL	621,98	m ²
INVERSOR	60	KWp
INVERSOR	25	KWp

Fonte: Autora, 2019

De acordo com o decreto N°1506 de 18 de dezembro de 2017, Palmas Solar, a média de radiação solar para o município de Palmas ao longo do ano é de 5,56 W/m², e para encontrarmos a potência instalada foi preciso saber do consumo de energia e aplicar a fórmula abaixo:

$$PI = \frac{GMM}{FCP * RMO * 30}$$

PI = Potência Instalada

GMM = Geração Média Mensal

FCP = Fator de Correção de Potência

RMO = Radiação Média Oficial

Obtendo a potência do sistema, foi dividido pela potência da placa, com isso chegou-se a um quantitativo de 312 placas fotovoltaicas, que ocupam uma área de 622 m².

Para solução da climatização do edifício, foi pensada na estratégia de Fluxo de Refrigerante Variável (VRF), sendo um sistema de ar condicionado central, que funciona com várias evaporadores (unidades internas) e apenas uma condensadora (unidade externa) em um único sistema de refrigeração, priorizando a estética do edifício, devido a economia de espaço com condensadores.

Tabela 3 – Dimensionamento ar condicionado

AMBIENTE	ÁREA	AR CONDICIONADO DIMENSIONADO (BTUs)
SALA	40	30000
ATENDIMENTO	46	34500
COWORKING	52	39000
SALA DE REUNIÃO	15	11250
ARQUIVO	7	5250
COPA	11	8250
PRESIDENCIA	30	22500
CIRCULAÇÃO 1	16	12000
CIRCULAÇÃO 2	40	30000
COPA S	15	11250
REUNIÃO 1	11	8250
REUNIÃO 2	11	8250
CORPORATIVO	31	23250
TOTAL		243750

Fonte: Autora, 2019

De acordo com a tabela acima, foi obtido um resultado de 243750 BTUs, dividindo por uma condensadora de potência de 50000 BTUs presente no mercado, será utilizado 6 condensadoras, localizadas na área técnica, tendo acesso pelo segundo pavimento, que dá acesso também ao reservatório de água.

Para o reservatório de água, foi feito um cálculo baseado nas tabelas de Hélio Creder, do livro Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Tendo como base para o cálculo o tipo de uso e área do edifício, onde se tem:

Tabela 4 – Taxa de ocupação

LOCAL	TAXA DE OCUPAÇÃO
Bancos	Uma pessoa por 5,00 m ² de área
Escritórios	Uma pessoa por 6,00 m ² de área
Pavimentos térros	Uma pessoa por 2,50 m ² de área
Lojas-pavimentos superiores	Uma pessoa por 5,00 m ² de área
Museus e bibliotecas	Uma pessoa por 5,50 m ² de área
Salas de hotéis	Uma pessoa por 5,50 m ² de área
Restaurantes	Uma pessoa por 1,40 m ² de área
Salas de operação (hospital)	Oito pessoas

Teatros, cinemas e auditórios Uma cadeira para cada ,70 m² de área

Fonte: Creder, 2006

Tabela 5 – Consumo diário

PRÉDIO	CONSUMO (LITROS)
Alojamentos provisórios	80 <i>per capita</i>
Casas populares ou rurais	120 <i>per capita</i>
Residências	150 <i>per capita</i>
Apartamentos	200 <i>per capita</i>
Hotéis (s/cozinha e s/lavanderia)	120 por hóspede
Hospitais	250 por leito
Escolas – internatos	150 <i>per capita</i>
Escolas – externatos	50 <i>per capita</i>
Quartéis	150 <i>per capita</i>
Edifícios públicos ou comerciais	50 <i>per capita</i>
Escritórios	50 <i>per capita</i>
Cinemas e teatros	2 por lugar
Templos	2 por lugar
Restaurantes e similares	25 por refeição
Garagens	50 por automóvel
Lavanderias	30 por kg de roupa seca
Mercados	5 por m ² de área
Matadouros – animais de grande porte	300 por cabeça abatida
Matadouros – animais de pequeno porte	150 por cabeça abatida
Fábricas em geral (uso pessoal)	70 por operário
Postos de serviço p/automóvel	150 por veículo
Cavalariças	100 por cavalo
Jardins	1,5 por m ²

Fonte: Creder, 2006

Os cálculos foram feitos levando em consideração a área do primeiro e segundo pavimento, desconsiderando a área das varandas. Conforme segue:

$$\begin{array}{r}
 1 \text{ pessoa} \quad \underline{\hspace{2cm}} \quad 6 \text{ m}^2 \\
 \times \quad \underline{\hspace{2cm}} \quad 432,04 \text{ m}^2 \\
 \hline
 X = 427,704 / 6 \\
 X = 72,006 \text{ pessoas} > 72 \text{ pessoas}
 \end{array}$$

$$CD = CP \times N$$

***CD** = Consumo Diário

$$CD = 50 \times 72$$

***CP** = Consumo Percapita

$$CD = 3.600 \text{ Lts/dia}$$

***N** = Número de ocupantes

Considerando a reserva por dois dias:

$$3.600 \times 2 = 7.200 \text{ Lts}$$

Incluindo a Reserva Técnica de Incêndio:

$$7.200 + 30\% = 9.360 \text{ Lts}$$

$$\text{Reservatório superior } 40\% = 3.744 \text{ Lts} = 3.8 \text{ m}^3$$

$$\text{Reservatório inferior } 60\% = 5.616 \text{ Lts} = 5.7 \text{ m}^3$$

Para a proposta foi utilizada um reservatório superior de 10000 litros, localizado no segundo pavimento, na área técnica.

A topografia, originalmente, acentuada, com o tempo e os usos, foi aterrado boa parte do terreno, tornando-se uma grande área plana. Nas áreas de relevo mais acentuado foi proposta dois lagos artificiais, que servirão de apoio para drenagem do terreno, que ficarão cheios apenas em épocas de grandes chuvas. Na área externa foi proposto uma paginação de piso, que mescla o uso de concreto e revestimento que imita madeira, além de mobiliários urbanos que integram a paisagem. No lado oeste (fachada principal), localiza-se a área de academia, e no lado norte os equipamentos de playground, sendo conectados por caminhos orgânicos.

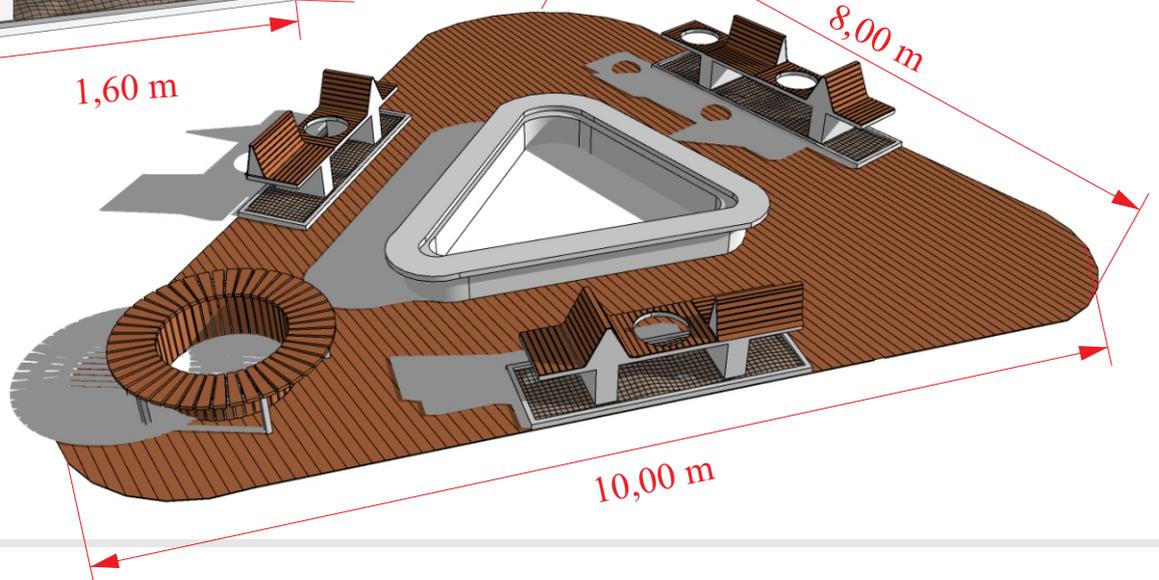
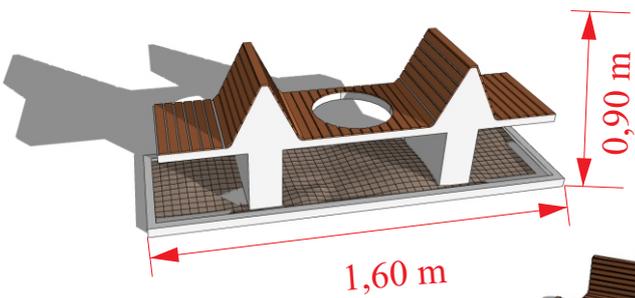
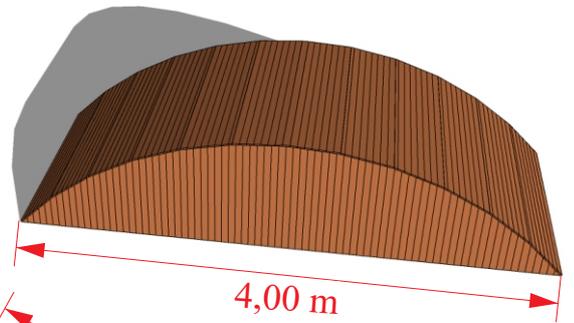
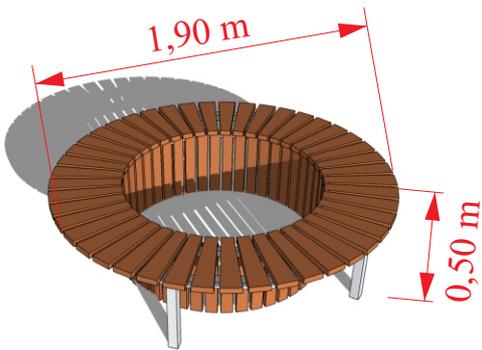
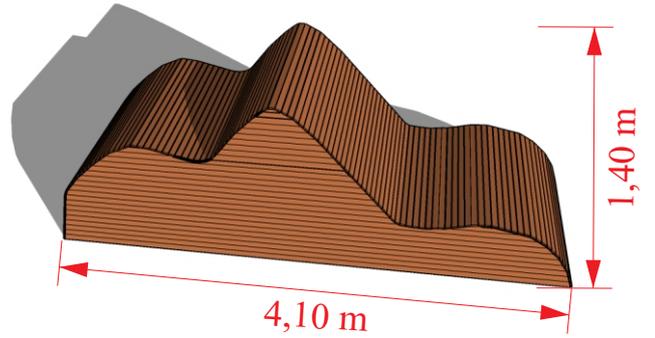
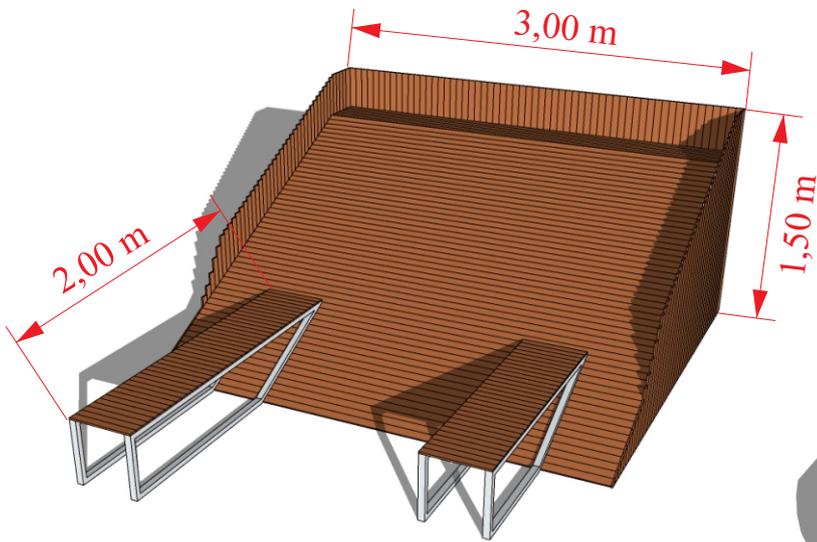
A guarita de entrada foi refeita, com duas vias, entrada e saída, se adequando a Norma Técnica 06/2014, prevendo o acesso de viaturas de bombeiros na edificação, com uma via que circunda todo o edifício. O paisagismo foi pensado com palmeiras na entrada marcando o caminho até o edifício, com uso de vegetações nativas da região. Algumas espécies foram escolhidas para integrar o paisagismo, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3 – Espécies sugeridas

Tipo	Nome comum	Nome científico
ÁRVORE	Acácia	<i>Acácia mangium</i>
ÁRVORE	Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>
ÁRVORE	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>
ÁRVORE	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
ÁRVORE	Fedegoso	<i>Senna pensula</i>
ÁRVORE	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>
ÁRVORE	Jacarandá do Cerrado	<i>Machaerium opacum</i>
ÁRVORE	Jambo	<i>Syzygium malaccense</i>
ÁRVORE	Jatobá do Cerrado	<i>Hymenae stigonocarpa</i>
ÁRVORE	Mulungu	<i>Evythrina sp.</i>
ÁRVORE	Paineira Rosa	<i>Chorisia speciosa</i>
ÁRVORE	Pata de vaca	<i>Bauhinia forficata</i>
ÁRVORE	Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>
ÁRVORE	Sibipiruna	<i>Caesalpinia pluviosa</i>
ÁRVORE	Ipê Amarelo	<i>Tabebuia ochracea</i>
ÁRVORE	Ipê Branco	<i>Tabebuia dura</i>
ÁRVORE	Ipê Rosa	<i>Handroanthus pentaphylla</i>
ÁRVORE	Ipê Roxo	<i>Handroanthus avellanadae</i>
FLORES	Ixora	<i>Ixora coccinea</i>
FLORES	Pingo-de-ouro	<i>Duranta repens</i>

Fonte: Autora, 2019.

Foi proposto mobiliários urbanos para compor a paisagem, feitos de madeira e estrutura metálica, que variam de bancos, floreiras e brinquedos.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As discursões a respeito da restauração e conservação crescem no cenário mundial, tentando garantir a permanência de bens tombados e atender as demandas sociais da região a qual será revitalizada. No decorrer da pesquisa buscou-se considerar todos os problemas que poderiam decorrer após a revitalização de uma região. No desenvolvimento do trabalho notou-se o quanto a revitalização e o novo uso proposto é eficientemente correto e viável para o projeto.

A partir do estudo da área e da análise do edifício, diagnosticando e identificando suas fragilidades e seus potenciais, para que assim fosse possível criar uma proposta que pudesse conservar as características atuais, melhorando a realidade relacionadas ao descaso e problemas de insegurança e incêndio, originado-se assim o projeto de revitalização da Assembleia Legislativa, dando o novo uso ao CAU-TO.

Nesta pesquisa e no desenvolvimento do projeto arquitetônico foi buscado mostrar que é possível restaurar e conservar o edifício de estrutura de madeira. O tema escolhido gerou questionamentos sobre o impacto que uma revitalização pode trazer para o espaço.

A proposta visa retratar a cultura da região, seus usos, vegetação, características, sendo condizente com a realidade local, preservando a estrutura o máximo possível, assim os usuários sentem-se ligados de forma intrínseca ao local, apropriando-se da área simbolicamente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcelo. A Paris de Haussmann. **História da Arte e Arquitetura**, 2018. Disponível em: <<https://historiaartearquitetura.com/2018/11/01/a-paris-de-haussmann/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ARCHDAILY. **Centro comunitário de Fa Chang**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/921084/centro-comunitario-de-fa-chang-ccdi-dongxiying-studio?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ARCHDAILY. **Jardim de infância da Bolívia**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/916060/equipe-brasileira-e-premiada-em-concurso-para-requalificacao-de-jardim-de-infancia-na-bolivia>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

ARCHDAILY. **Museu da Língua Portuguesa**: conheça o projeto por trás da reforma. Disponível em: < https://www.archdaily.com.br/br/923350/museu-da-lingua-portuguesa-conheca-o-projeto-por-tras-da-reforma?ad_source=search&ad_medium=search_result_all >. Acesso em: 22 set. 2019.

ARCOWEB. **Brasil Arquitetura**: Museu Rodin. Disponível em: < <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/brasil-arquitetura-museu-salvador-24-10-2006>>. Acesso em: 22 set 2019.

BRACARENSE, Lílian dos Santos Fontes Pereira; Ferreira, Jéssica Oliveira Nunes. Índice de acessibilidade para comparação dos modos de transporte privado e coletivo. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v.10, n.3, p.600-613, set/dez 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v10n3/2175-3369-urbe-2175-3369010003AO08.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de nov. de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasil, 1937

BESSA, Kelly; OLIVEIRA, Cláudia Fernanda Pimentel. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v.21, n.2, p. 497-517, ago. 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/320510958_Ordem_e_desordem_no_processo_de_implantacao_de_Palmas_a_capital_projetada_do_Tocantins>. Acesso em 10 jun. 2019.

BEZERRA, Roselane Gomes. Identificação e reutilização do patrimônio no processo de reinvenção das cidades: uma reflexão a partir da cidade de Almada. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.46, n.1, p. 69-92, jan/jun. 2015.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; SOUSA, Antônio Miguel Lopes de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v.18, n.37, pp. 845-861, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3711>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRITO, Eliseu Pereira de. Planejamento, especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, Minas Gerais, v.11, n.34, p.94-104, jun. 2010.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16161>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CARTA DE VENEZA. **Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios 1964**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d7af9_Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

CHOAY, Françoise, 2006. **Alegoria do Patrimônio**. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

CORIOLOANO, Germana Pires. Palmas: entre o planejamento e a exclusão. **Vitruvius**, 122.03, set. 2010. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.122/3587>>. Acesso em: 22 set. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COUTO, Perla do; MARTINS, Solismar Fraga. **Revitalização urbana como produto de apropriação do espaço público**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

CUNHA, Claudia dos Reis e. Teoria e método no campo da restauração. **Pós-**, São Paulo, v.19, n.31, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48070/51836>>. Acesso em: 07 out. 2019.

CUNHA, Victor Lacerda da; CALDEIRA, Altino Barbosa. Refuncionalização: transformações na paisagem de Ouro Preto/MG. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Minas Gerais, v.24, n.34, jan. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/16578>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. São Paulo, 2002. **Arquitextos**, São Paulo, n.015.06, Vitruvius, ago.2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Revitalização. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/revitalizacao/>>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação socio espacial e a recente política urbana e habitacional nas cidades brasileiras. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, São Paulo, maio 2014 – Edição 13, 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, agosto de 1980. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GALERIA DA ARQUITETURA. **Museu Rodin Baha**. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/brasil-arquitetura_/museu-rodin-bahia/2799>. Acesso em: 22 set. 2019.

GASPAR, Jadhi Vinck; MENEGAZZO, Carolina; FIATES, José Eduardo; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; GOMES, Luiz Salomão Ribas. A revitalização de espaços urbanos: o case do centro sapiens em Florianópolis. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v.2, n.4, p. 183-205, out/dez. 2017.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.29, n57, p. 149-168, jan/abr 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100009>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IPHAN, 2014

IPHAN. Patrimônio Cultural, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

JACOBS, JANE. **Morte e vida das grandes cidades**. 3 ed. -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JARDIM, Renata Maciel. **Revitalização de espaços urbanos ociosos como estratégia para a sustentabilidade ambiental: o caso do High Line Park no contexto do PlaNYC**. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. Departamento de Engenharia Urbana e Ambiental. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

JUDT, Tony. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. **Objetiva**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=y8H0JLbm670C&oi=fnd&pg=PT5&dq=berlim+pos+guerra&ots=SYBh_9H_o1&sig=xUtKak-p8AKJoa-SJ1VAKYF4jyM#v=onepage&q=berlim%20pos%20guerra&f=false>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KON, Nelson. **Museu Rodin Bahia**. Disponível em: <<https://www.nelsonkon.com.br/museu-rodin-bahia/>>. Acesso em: 22 set 2019.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v.17, n.49, jun. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26361606_Contra-usos_e_espaco_publico_notas_sobre_a_construcao_social_dos_lugares_na_Manguetown>. Acesso em: 27 abr. 2019.

LESSA, Fábio Lins. 70 anos do fim da 2ª Guerra Mundial: as cidades alemãs destruídas pelos bombardeios. **Cultura e Viagem**, 2015. Disponível em: <<https://culturaeviagem.wordpress.com/2015/05/09/70-anos-do-fim-da-2a-guerra-mundial-as-cidades-alemas-destruidas-pelos-bombardeios-imagens-fortes/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LIMA, Aryane Pinheiro. **Águas Jardins: Uma requalificação urbana do Canal Jardim América**. 2017. 56f. Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de

Fortaleza, Ceará, 2017. Disponível em: <<https://projetoatente.com.br/wp-content/uploads/2017/12/CADERNO-TFG-ARYANE-LIMA.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes. Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. **Artitextos**, n.5, p.117-129, dez. 2007. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

PALMAS. Lei complementar nº 155, de 28 de dez. de 2007. Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas, formulada para atender ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Palmas, 2007.

PALMAS. Lei nº 386, de 17 de fev. De 1993. Dispõe sobre a divisão da área urbana da sede do município de Palmas em Zonas de uso e dá outras providências. Palmas, 1993.

PALMAS. Lei nº 431, de 28 de jul. De 1992. Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica. Palmas, 2007.

PALMAS SOLAR. Decreto Lei nº1506 de dez. de 2018. Dispõe sobre o fluxo processual e critérios objetivos para a aplicação dos quesitos de obrigatoriedade e incentivos estabelecidos para o Programa Palmas Solar. Palmas, 2018.

PESSOA, Denise Falcão. Desafios do desenho urbano para a cidade contemporânea. **Arquitextos**, n.192.06, maio 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.192/6063>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PIZZIO, Alex; RODOVALHO, Sarah Afonso. Palmas (TO): uma análise acerca do papel do planejamento urbano na produção do espaço na mais nova capital do Brasil. **Revista do centro interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, v.6, n.1, p.97-206, jan/jun 2015.

RAMOS, Silvana Pirillo. Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. **Urbe. Revista brasileira de Gestão Urbana**, v.11, 2018.

ROCHA, Fernanda Daniela Chaves. Revitalização de áreas históricas: perspectivas, práticas e resultados. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_FernandaRocha_Revitalizacao_de_areas_historicas.pdf>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. 2 ed. Barcelona: Gráficas Campás, sa, Barcelona, 2001.

RUBINO, Silvana. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.6-17, mar/maio 2002.

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.1, p. 91-104. 2014.

SABOYA, Renato. **Segregação espacial urbana**. Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SARUE, Betina. Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise a partir do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.61, n.3, p. 581-616. 2018.

SANTOS, Cerqueira Jacileda. “**Revitalização**” da área do comércio em Salvador - BA: A construção de consensos sobre a requalificação de áreas centrais urbanas. 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Ednan Silva. Planos migratórios na Cracolândia de São Paulo na década de 1990. **Revista Katál**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 336-344, maio/ago. 2018.

SILVA, Helena Menna Barreto. Vazios urbanos – requalificando o problema na Grande São Paulo. **Seminário Internacional sobre Vazios Urbanos: novos desafios e oportunidades**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/silva_vaziosurbanos_hmb.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. Revitalização. **Dicionário do Patrimônio Cultural, IPHAN**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>>. Acesso em: 12 maio 2019.

SOUSA, Regina Moreira de. A expansão urbana do plano diretor de palmas: uma análise jurídica acerca da disputa do espaço urbano em palmas/to. **Vertentes do Direito**. Palmas, TO, edição 03, p. 40-66. 2014.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; MATTOS, Thiago Pedrosa; FILHO, Lauro Luiz Francisco; FÁVERO, Edison; DIAS, Ângela; RIBEIRO, Marialva Mota; MANFRINATO, Thaís. Ocupação de vazio urbano como promotor do planejamento para cidade saudável. **PARC Pesq. Em Arquit. E Constr.** Campinas, SP, v.6, n.3, p. 205-215. Set. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. **Viciados em Livros**, 2009, Digital Source. Disponível em: <[https://groups.google.com/forum/#!searchin/livros_online/capitalismo\\$20e\\$20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%7Csort:date/livros_online/a7-EI3YrJZM/3DKLYs2Xm9EJ](https://groups.google.com/forum/#!searchin/livros_online/capitalismo$20e$20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%7Csort:date/livros_online/a7-EI3YrJZM/3DKLYs2Xm9EJ)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TRIENAL DE ARQUITETURA EM LISBOA. **Vazios Urbanos**. 2007. Disponível em: <<https://www.trienaldelisboa.com/programa/trienais/2007>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. Lincoln Institute. 2001.

VITRUVIUS. **Museu Rodin Bahia**. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/06.070/2721>>. Acesso em: 22 set 2019.

ANEXO

LEI Nº 431, DE 28 DE JULHO DE 1992.

Publicado no Diário Oficial nº 153

Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica.

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam tombados e integrados ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins, os prédios públicos que sediaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do primeiro governo do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Miracema do Tocantins, sua primeira capital, e em Palmas:

- I - prédio que sediou o Palácio Araguaia - Sede do Poder Executivo: Rua Osvaldo Vasconcelos, s/nº - Miracema do Tocantins;
- II - prédio que sediou a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; Rua Hosana Cavalcante, s/nº - Miracema do Tocantins;
- III - prédio que sediou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins: Praça Mariano Cavalcante, S/N - Miracema do Tocantins;
- IV - prédio que primeiro sediou a Assembléia Legislativa em Palmas;
- V - prédio que primeiro sediou o Poder Executivo " O Palacinho" em Palmas;

~~VI - o Barracão de Palha, onde foi realizada a primeira reunião no povoado de Canela, que até hoje está bem conservado. (Revogado pela Lei nº 1.171, de 02/8/2000.)~~

Art. 2º. A manutenção e conservação dos prédios públicos a que se refere o artigo anterior, ficarão a cargo do detentor do domínio, público e sob a supervisão de órgão próprio do Poder Executivo Estadual.

Art. 3º. Ficam terminantemente proibidas a construção ou colocação de cartazes nas proximidades dos prédios tombados, que impeçam ou reduzam a visibilidade dos mesmos.

Parágrafo único. Para que a presente Lei possa produzir seus efeitos jurídicos perante terceiros, o órgão competente do Poder Executivo e encarregado do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Tocantins, comunicará ao registro imobiliário competente, o tombamento dos prédios a que se refere a presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

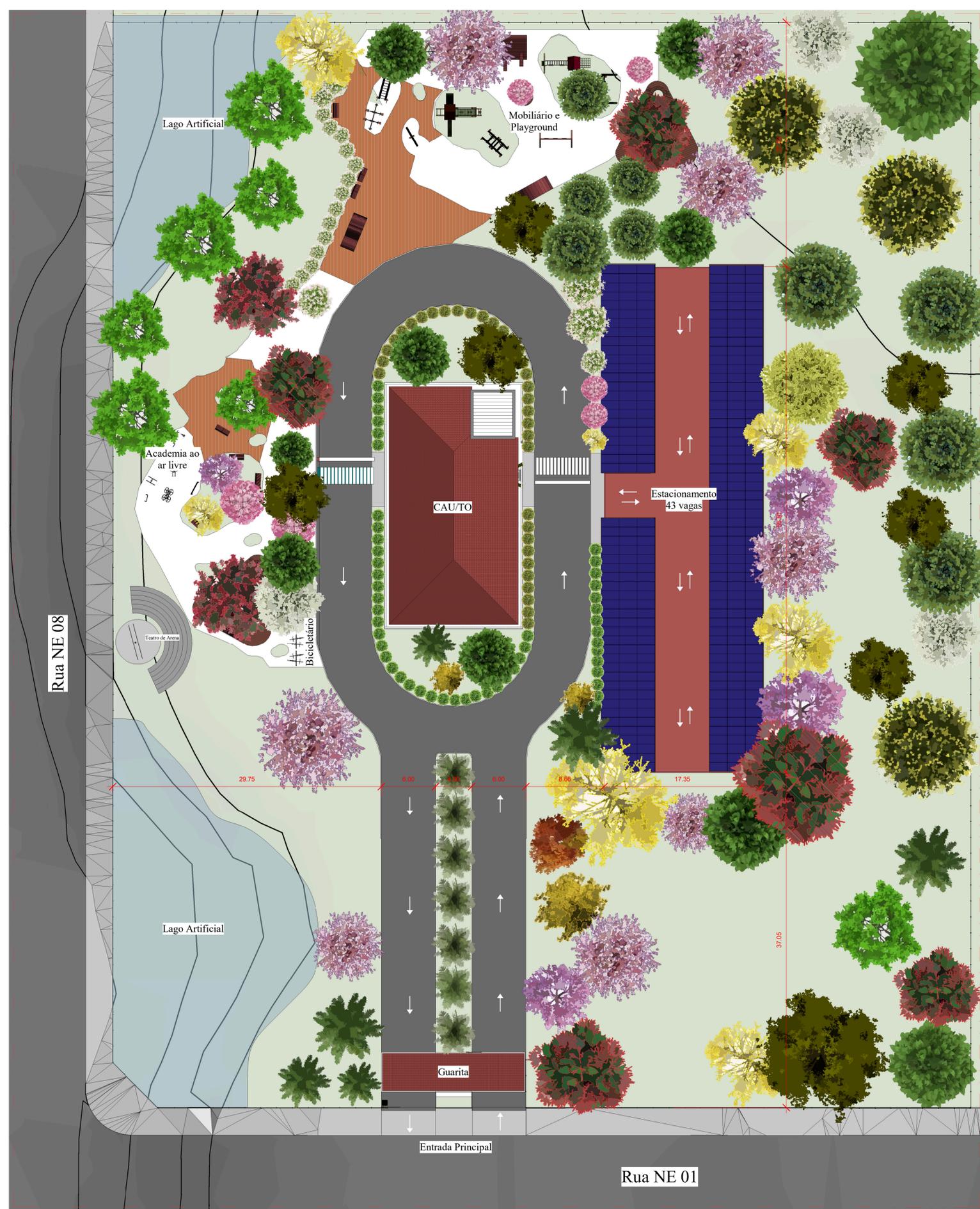
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 28 dias do mês de julho de 1992, 171º da Independência, 104º da República e 4º do Estado.

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO
Governador do Estado

PRANCHAS



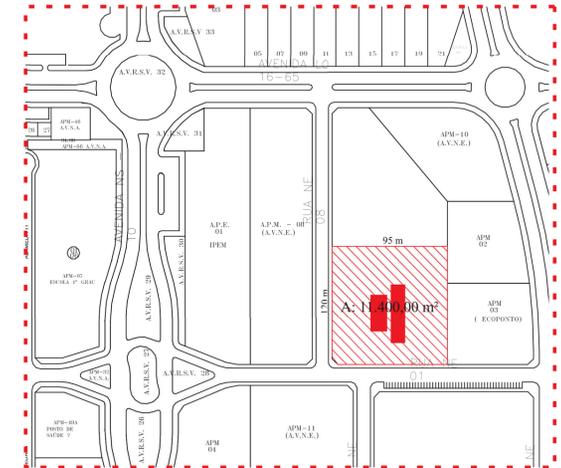


IMPLANTAÇÃO
Escala: 1:100



Tabela de Arborização

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO	NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	SÍMBOLO
ACÁCIA	<i>Acácia Mangium</i>		Ypê AMARELO	<i>Tabebuia ocracea</i>	
BABAÇU	<i>Attalea speciosa</i>		Ypê BRANCO	<i>Tabebuia dura</i>	
BURITI	<i>Mauritia flexuosa</i>		Ypê ROSA	<i>Handroanthus pentaphylla</i>	
CEDRO	<i>Cedrela fissilis</i>		Ypê ROXO	<i>Handroanthus avellanaeoides</i>	
FEDEGOSO	<i>Senna Pendula</i>		IXORIA	<i>Ixora coccinea</i>	
FLAMBOYANT	<i>Delonix regia</i>		PINGO-DE-OURO	<i>Duranta repens</i>	
JACARANDÁ DO CERRADO	<i>Machaerium opacum</i>				
JAMBO	<i>Syzygium malaccense</i>				
JATOBÁ DO CERRADO	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>				
MULUNGU	<i>Erythrina sp.</i>				
PAINEIRA ROSA	<i>Chorisia speciosa</i>				
PATA DE VACA	<i>Bauhinia forficata</i>				
PEQUI	<i>Caryocar brasiliense</i>				
SIBIPIRUNA	<i>Caesalpinia Pictoris</i>				



SITUAÇÃO
Escala: 1:5000



FACHADA SUL



VISTA NOROESTE



VISTA SUPERIOR

PROPOSTA CAU - TO

FOLHA: 01/03

OBRA: INSTITUCIONAL

ENDEREÇO: ASRNE 55 (512 NORTE)

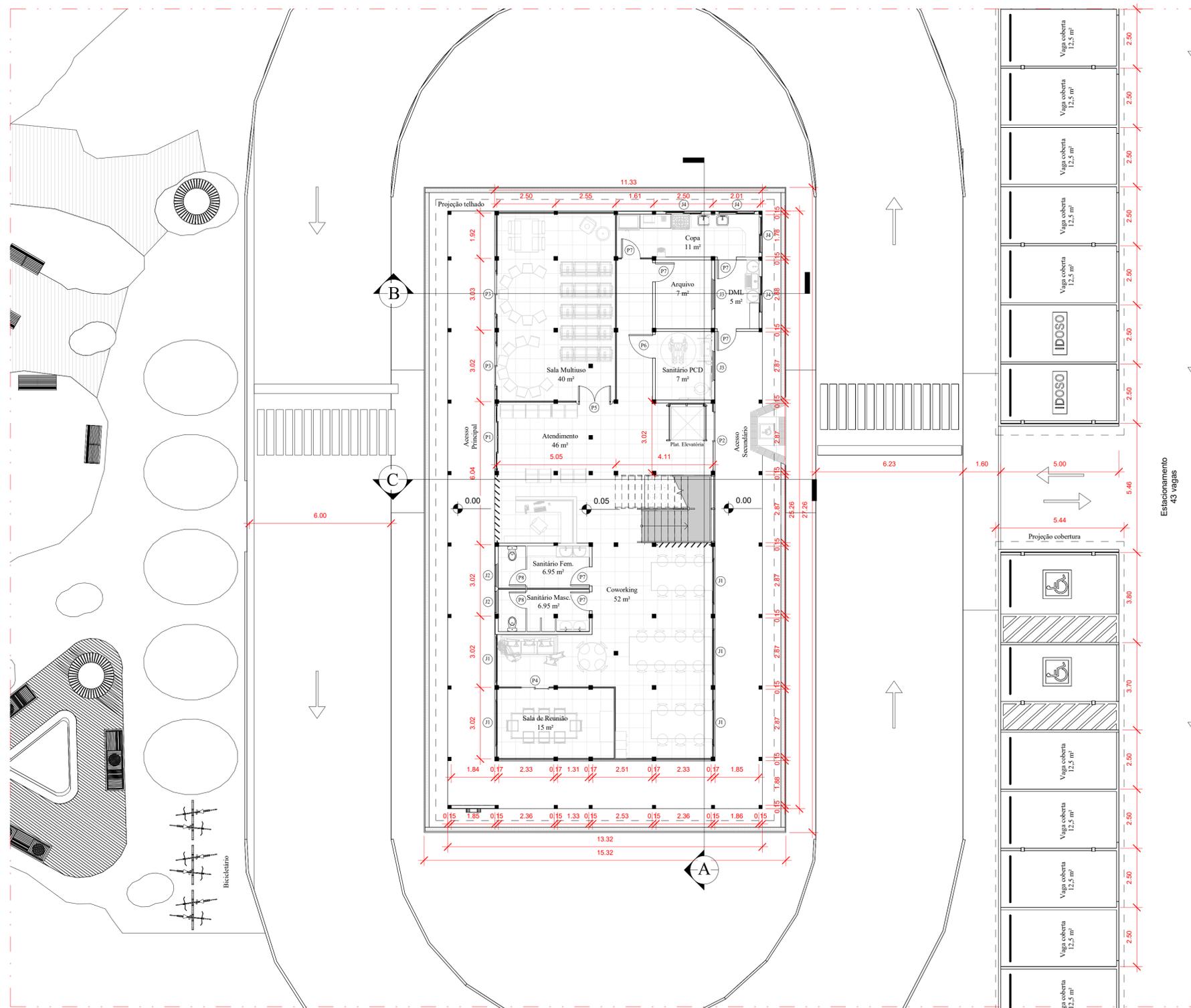
ÁREAS		TEMA	Revitalização na Antiga Sede da Assembleia Legislativa em Palmas/TO
Do Terreno:	11.400,00m ²	ALUNA	Sárlei Ferreira Oliveira da Mota
Da Construção:	417,623 m ²		
Térro:	336,463 m ²	ORIENTADOR	Prof. Arq. Msc. Edis Evandro Teixeira Carvalho
Superior:	336,463 m ²		

Escala: Indicada
Conteúdo:

Data: NOVEMBRO/2019

- Implantação
- Situação
- Tabela de arborização
- Perspectivas





1º PAVIMENTO
Escala: 1:100



Fachada Norte
Escala: 1:300



Fachada Sul
Escala: 1:300



Fachada Leste
Escala: 1:300



Fachada Oeste
Escala: 1:300



CORTE A
Escala: 1:100

QUADRO DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	MATERIAL	QTD
J1	Janela veneziana 4 folhas	180	120	100	Madeira e vidro	10
J2	Janela Maxim ar	90	80	180	Madeira e vidro	4
J3	Janela Maxim ar	120	80	170	Madeira e vidro	3
J4	Janela de correr 2 folhas	150	80	120	Madeira e vidro	4
P1	Porta de correr 4 folhas	270	280	-	Madeira e vidro	2
P2	Porta de correr 2 folhas	250	250	-	Madeira e vidro	2
P3	Porta de correr 2 folhas	170	210	-	Madeira e vidro	6
P4	Porta de correr 2 folhas	120	210	-	Madeira e vidro	4
P5	Porta pivotante dupla	165	210	-	Madeira	1
P6	Porta de abrir folha única	100	210	-	Madeira	2
P7	Porta de abrir folha única	80	210	-	Madeira	10
P8	Porta de abrir folha única	70	210	-	Madeira	4

PROPOSTA CAU - TO

FOLHA: 02/03

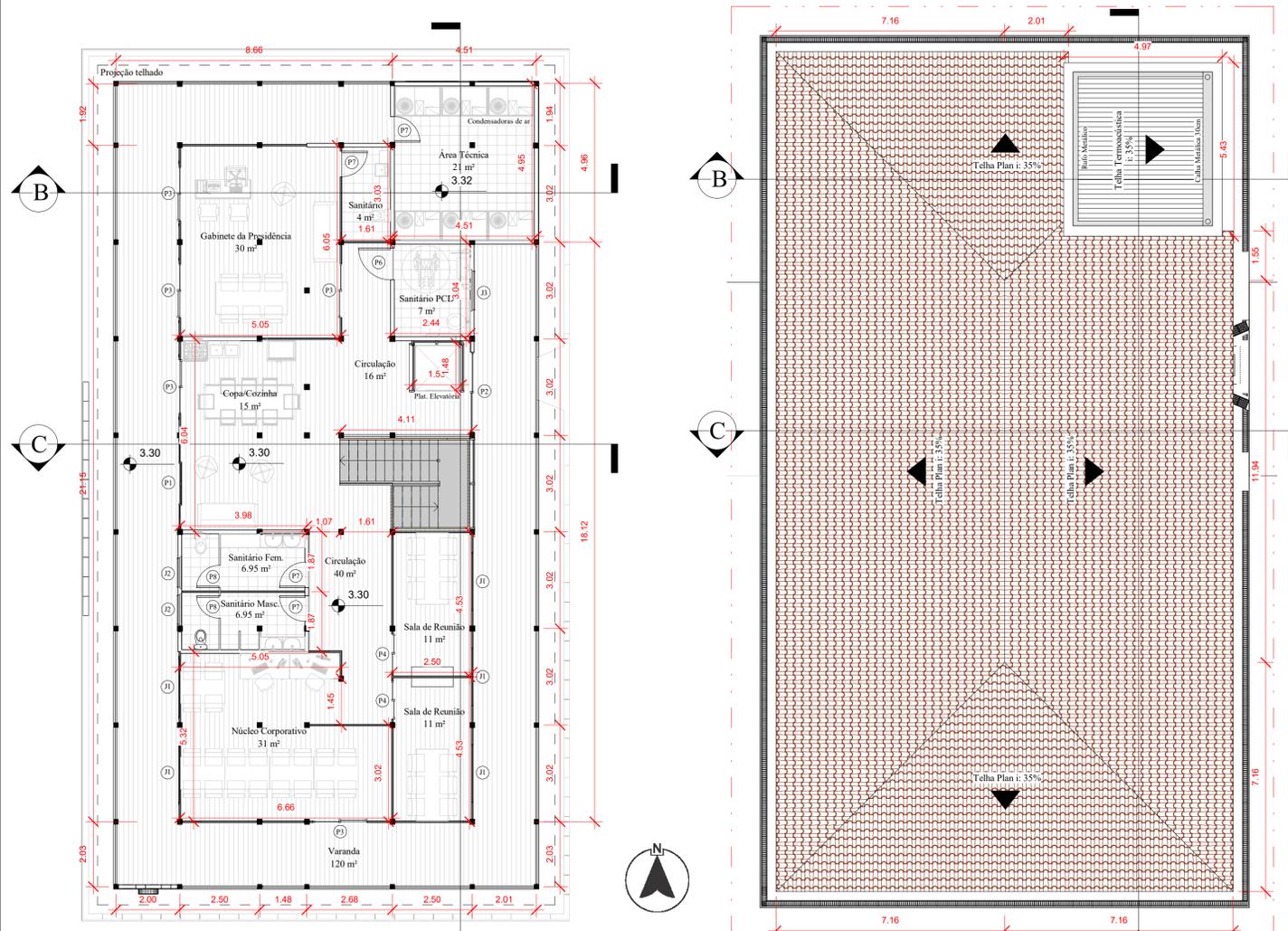
OBRA: INSTITUCIONAL
ENDEREÇO: ASRNE 55 (512 NORTE)

ÁREAS		TEMA	Revitalização na Antiga Sede da Assembleia Legislativa em Palmas
Do Terreno:	11.400,00m²	ALUNA	Sárlei Ferreira Oliveira da Mota
Da Construção:	417,623 m²		
Térreo:	336,463 m²	ORIENTADOR	Alumbrado h: 199cm Prof. Arq. Msc. Edis Evandro Teixeira Carvalho
Superior:	336,463 m²		

Escala: Indicada
Data: NOVEMBRO/2019

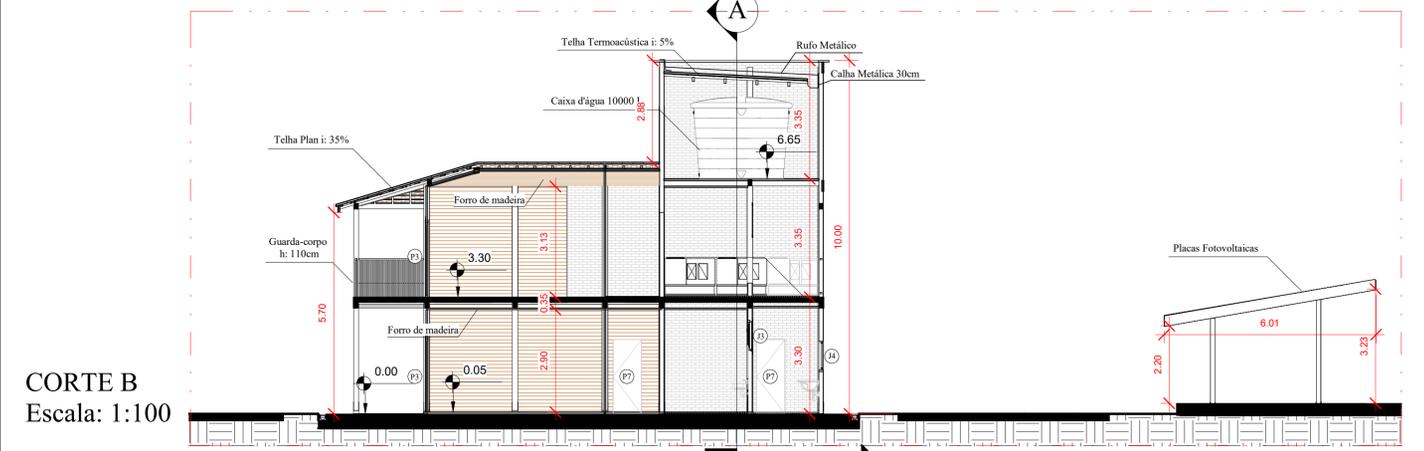
- 1º Pavimento
- Corte A
- Fachadas
- Quadro de Esquadrias



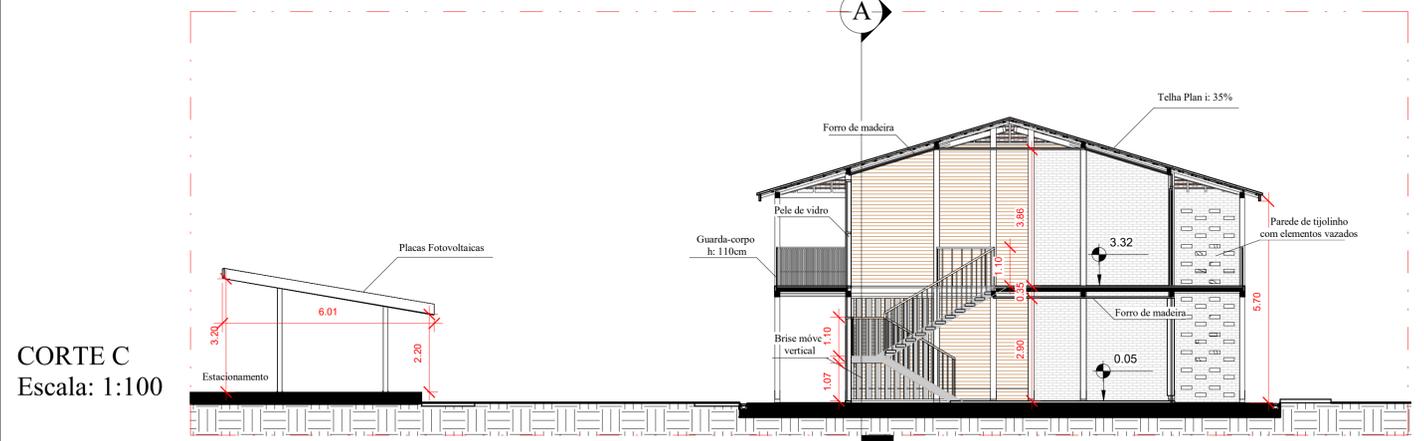


2º PAVIMENTO
Escala: 1:100

COBERTURA
Escala: 1:100



CORTE B
Escala: 1:100



CORTE C
Escala: 1:100

Alubrado li: 190cm

PROPOSTA CAU - TO FOLHA: 03/03

OBRA: INSTITUCIONAL
ENDEREÇO: ASRNE 55 (512 NORTE)

ÁREAS		TEMA	Revitalização na Antiga Sede da Assembleia Legislativa em Palmas
Do Terreno:	11.400,00m ²	ALUNA	Sárlei Ferreira Oliveira da Mota
Da Construção:	417,623 m ²		
Térro:	336,463 m ²	ORIENTADOR	Prof. Arq. Msc. Edis Evandro Teixeira Carvalho
Superior:	336,463 m ²		

Escala: Indicada Data: NOVEMBRO/2019

Conteúdo:

- 2º Pavimento
- Cobertura
- Corte B e C
- Perspectivas